PODER, LIBERDADE, DEMOCRACIA

COLECÇÃO DE ARTIGOS E DISCURSOS DE DIRIGENTES POLÍTICOS HÚNGAROS

(1974–1977)

CORVINA

Com os cumprimentos da

Embaixada da

República Popular da Hungria

PODER, LIBERDADE, DEMOCRACIA

COLECÇÃO DE ARTIGOS E DISCURSOS DE DIRIGENTES POLÍTICOS HÚNGAROS

(1974–1977)

CORVINA

Compilação de textos a cargo da Editorial Kossuth, Budapest

© Corvina 1978
ISBN 963 13 0548 1
Printed in Hungary, 1978
9860 - Imprensa Révai, Budapest
CO 1642 - h - 7879

Índice

As conclusões do XI Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro sobre as condições de desenvolvimento social, a vida do Estado e a democracia socialista 5

György Aczél: Algumas questões sobre a construção da sociedade socialista desenvolvida 18

György Aczél: A relação entre o Estado Socialista e as Igrejas na Hungria 30

Valéria Benke: Em prol do homem que compreende e transforma o mundo 47

Béla Biszku: A política da classe operária é a política do povo 57

Béla Biszku: O papel do Poder do Estado na fase da construção socialista 66

Sándor Gáspár: As tarefas dos sindicatos 86

Sándor Gáspár: A liberdade do socialismo 99

Imre Győri: O caminho do socialismo 106

Imre Győri: As questões actuáis da actividade ideológica 116

János Kádár: Algumas experiências da construção do socialismo na Hungria 126

János Kádár: A unidade operária é a base do poder operário 148

János Kádár: Com as massas 162

János Kádár: A Constituição é a lei das leis 171

Dezső Nemes: Concepção de história 188

Miklós Óvári: A liberdade de conhecer a realidade é a grande possibilidade da sociedade socialista 205

István Sarlós: Unidade popular–unidade nacional ... 218

Declaração programática do Partido Operário Socialista Húngaro (Extracto) 229

Notas 233

As conclusões do XI Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro sobre as condições de desenvolvimento social, a vida do Estado e a democracia socialista

O Congresso concluiu que o carácter socialista da República Popular Húngara, já existente na altura do X Congresso, reforçou-se em todos os seus aspectos nos últimos quatro anos.

A questão do poder é a condição social determinante. O nosso Estado, sendo pelo seu conteúdo de classe, uma ditadura do proletariado, cuja base fundamental é a aliança operário-camponesa, funcionou de acôrdo com os objectivos estipulados no período entre os dois Congressos. A classe operária optou para o exercício do poder representantes do campesinato cooperativista, da intelectualidade e das amplas massas que trabalham na construção do socialismo. Concretizou-se, assim, no nosso País, o poder de todo o povo trabalhador. O nosso Partido, partido governamental, em colaboração com os seus aliados, procurou e procura assegurar a concretização do programa e das exigências da construção do socialismo em todas as esferas de actividade.

Como resultado do cumprimento das decisões do X Congresso, desenvolveu-se significativamente a vida do Estado, o trabalho estatal nos últimos quatro anos.

A Assembléia Nacional, sendo o órgão máximo da soberania popular, executou um vasto trabalho legislativo. Entre as leis aprovadas no período entre os dois Congressos devemos salientar a lei que modificou a Constituição da nossa República Popular e que, tendo em consideração os resultados obtidos com o trabalho e a luta do nosso povo, exprimiu:

A República Popular Húngara é um Estado socialista, o partido marxista-leninista da classe operária é a fôrça dirigente da sociedade.

A Assembleia Nacional aprovou as leis sôbre os Conselhos, as cooperativas, a planificação da economia nacional, o comércio externo, a administração e instituições da Justiça, a Saúde e modificou o Direito Familiar. Fiscalizou periódicamente o cumprimento dessas leis e a actividade do Govêrno. No âmbito de democratização crescente, aperfeiçoamos o nosso sistema eleitoral, para que possam estar assegurados os direitos de candidatura directa dos cidadãos.

Consideramos como um grande passo em frente no caminho do desenvolvimento da democracia socialista o fortalecimento do carácter e da função de representatividade popular, de auto-gestão e de administração dos conselhos que são parte constituinte do aparelho estatal. Os conselhos tornam-se cada vez mais os donos responsáveis das suas regiões e contribuem eficazmente para resolver as tarefas de toda a sociedade.

O Govêrno da nossa República Popular que desempenha um papel central na orientação dos organismos estatais, logo após ao X Congresso e baseando-se num programa de trabalho detalhado, ajudou a realizar as decisões do Congresso. Com a aplicação consequente das normas de Direito apoiamos a concretização dos nossos objectivos de política social.

O Partido e o Govêrno velam por as instituições estatais de importância primordial funcionarem de acôrdo com a sua destinação. Asseguramos os meios materiais necessários para a defesa do nosso sistema social e do nosso Estado. A totalidade do efectivo do exército popular de Hungria é digna da estima do Povo. O nosso exército está equipado e preparado de acôrdo com as exigências da época, e, em conjunto com os outros companheiros de armas agrupados no Tratado de Varsóvia, defende a soberania do nosso País, a independência nacional e assegura ao nosso Povo a possibilidade de poder trabalhar em paz e segurança. Os trabalhado-

res do Ministério do Interior, da Guarda-Fronteiras, da Polícia, dos tribunais e procuradorias, das instituições de justiça trabalham sacrificada e responsavelmente no cumprimento do seu dever. Na defesa da ordem pública socialista trabalham–a par das organizações e corpos profissionais–as organizações sociais voluntárias dos trabalhadores: a milícia operária, os polícias voluntários, as unidades da Jovem Guarda. No nosso País vigora uma ordem que garante a defesa do nosso Estado popular, das conquistas socialistas e de todos os cidadãos; nos últimos anos consolidou-se a legalidade socialista.

A declaração de programa apresentada ao Congresso, tendo em consideração a construção socialista em curso no nosso País e a actual fase de desenvolvimento mundial, contem, no que respeita às questões estatais, a seguinte tomada de posição, clara e necessária: a existência e o fortalecimento do Estado socialista, o aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho é necessário enquanto as forças reaccionárias externas e internas procurarem impedir, com as suas tentativas de diversão e mistificação do socialismo. As condições internas do País fazem também necessária a existência do Estado, o aperfeiçoamento da vida estatal enquanto só a actividade de organização e orientação do Estado socialista for capaz de resolver as tarefas fundamentais da construção econômica e cultural.

Durante o prosseguimento do desenvolvimento da nossa sociedade, com a diminuição progressiva das diferenças existentes entre as diversas classes, com a criação da sociedade socialista desenvolvida, o Estado da ditadura do proletariado transformar-se-á progressivamente no Estado Socialista de Todo o Povo, continuando a classe operária a ser a fôrça dirigente da sociedade. Na sociedade socialista desenvolvida aparecerão e reforçar-se-ão os elementos de auto-govêrno social comunista.

A democracia socialista é um índice básico do grau de desenvolvimento da nossa sociedade. É, por isso, uma exi-

gência primordial do desenvolvimento da sociedade socialista, da vida do Estado e do nosso sistema político, incrementar cada vez mais a democracia socialista.

As experiências históricas do desenvolvimento social demonstram claramente que o democratismo de um sistema não é determinado no âmbito de quadros formais, mas sim o é sempre pelas características da posse do poder, ou seja, quem detém de facto em suas mãos o poder e esse poder que direitos e possibilidades concretas assegura e para participar nos assuntos do Estado, da sociedade e quais classes têm esses direitos. O carácter da democracia é fundamentalmente determinado pela existência ou não existência da possibilidade dos trabalhadores interferirem nas decisões e poderem controlar o cumprimento dessas decisões. Se no nosso País conseguimos instaurar o tipo mais perfeito de democratismo, que é a democracia socialista, isso se deve ao facto de que, na nossa sociedade, desapareceram as classes exploradoras capitalistas e latifundiárias, os instrumentos de produção são já propriedade colectiva, os interesses básicos das classes e camadas trabalhadoras que constituem a nossa sociedade coincidem, e os seus representantes participam no exercício do poder. A nossa democracia socialista é a democracia no verdadeiro sentido da palavra, significa o domínio da esmagadora maioria, o domínio do povo e está ao serviço dos interesses públicos.

Podemos afirmar que avançamos no desenvolvimento da democracia socialista–no desenvolvimento da democracia da vida estatal, das autarquias locais, das empresas e das cooperativas. Os cidadãos têm cada vez maiores possibilidades de intervenir nas decisões sôbre a política nacional, os assuntos locais, de empresa e de cooperativa. As nossas aspirações socialistas, o fortalecimento das bases políticas do nosso sistema exigem que o Partido e todas as suas organizações continuem a dedicar especiàl atenção ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da democracia socialista em todas as esferas da vida da sociedade.

Agora, no âmbito do fortalecimento da democracia socialista, está na ordem do dia o desenvolvimento da democracia no local de trabalho. A experiência ensina que, fortalecendo-se a democracia nas empresas, e se os trabalhadores tiverem possibilidades reais de discutir os assuntos da empresa, os assuntos locais, e os assuntos da vida pública, isso faz aumentar a sua actividade, amplia o seu horizonte e incrementa o seu sentido de responsabilidade. As instituições fundamentais que garantem a democracia nas empresas são as organizações de empresa do Partido, dos Sindicatos e da Juventude Comunista, assim como as reuniões periódicas para a discussão dos assuntos económicos e de produção.

O aperfeiçoamento da democracia nas empresas depende do melhor funcionamento, do trabalho ainda mais eficaz das instituições democráticas já existentes. Há que ajudar estas instituições a aperfeiçoarem o seu trabalho. Para atingir tal objectivo é necessário, em primeiro lugar, aumentar e ampliar o campo de acção e os direitos das organizações do Partido na coordenação das tarefas a nível de empresa, na elaboração e aprovação dos planos anuais e quinquenais das empresas; em segundo lugar, devemos generalizar a incorporação dos trabalhadores manuais no trabalho dos organismos importantes de direcção como, por exemplo, nos conselhos de direcção e nas comissões de controlo das empresas; em terceiro lugar, os dirigentes estatais das empresas devem, por intermédio da elevação do nível do trabalho directivo, com a modernização da organização interna das empresas, com a informação correcta e actualizada dos trabalhadores sôbre os assuntos e problemas das empresas, ajudar a concretização da democracia.

Com o aperfeiçoamento das instituições da vida estatal, das autarquias locais, das empresas e das cooperativas, com o florescimento geral da democracia socialista, chegamos mais perto da concretização da exigência leninista, segundo a qual, a maioria dos cidadãos devem participar activamente no exercício do poder e na solução dos assuntos de interesse

público. É esta a exigência primordial do poder operário, do aperfeiçoamento e fortalecimento do Estado socialista, e uma parte importante do programa político do nosso Partido.

Um dos teoremas fundamentais do marxismo-leninismo diz que as relações de propriedade expressam a essência de cada sociedade. As relações capitalistas de propriedade, o facto de que os instrumentos de produção estão nas mãos das classes privilegiadas, significa a exploração de milhões de trabalhadores. A relação socialista de propriedade, ou seja, a propriedade colectiva dos instrumentos de produção significa, ao contrário, que, na nossa sociedade, se acabou a exploração do homem pelo homem, e que todos os frutos do trabalho pertencem ao povo.

Logo a seguir à liberação, no nosso País, começamos por eliminar a propriedade capitalista dos instrumentos de produção e expropriamos os grandes latifúndios. Este processo completou-se em 1948, ano da grande transformação histórica quando apareceu o poder da classe operária e se acelerou o processo de formação das relações socialistas de propriedade. Com a expropriação completa de propriedade capitalista no fim dos anos quarenta com a reorganização socialista da agricultura no princípio dos anos sessenta no nosso País generalizaram-se as relações socialistas de propriedade.

Com o surgimento das relações socialistas de propriedade criou-se no nosso País a ordem socialista. Com a introdução da propriedade de Estado na indústria e no comércio e da propriedade cooperativa na agricultura, conseguimos o desenvolvimento rápido das forças produtivas e o desenvolvimento socialista da nossa sociedade.

A propriedade socialista e as relações de produção socialistas têm hoje uma posição preponderante na República Popular Húngara. Nas empresas cooperativas e estatais, nas fábricas e instituições trabalha 95% da população activa que produz mais de 98% da renda nacional. A grande maioria dos meios de produção é propriedade do Estado, sendo isto

a base e a garantia mais importante da economia socialista planificada. A propriedade cooperativa predomina na agricultura e tem importância também em vários ramos da produção industrial, dos serviços do comércio.

O Comitê Central é da opinião que, de aqui por diante, o desenvolvimento da sociedade já não exige a transformação radical das relações de propriedade, mas exige o fortalecimento e aperfeiçoamento da propriedade cooperativa e do Estado. Devemos aproveitar melhor as reservas potencialmente existentes na propriedade socialista e nas relações de produção socialistas. O desenvolvimento da propriedade cooperativa e do Estado serve, ao mesmo tempo, os interesses da classe operária e do campesinato e, consequentemente, de todo o povo.

Quando falamos de relações de propriedade, partimos da posição teórica do nosso Partido, que afirma que a propriedade cooperativa e a propriedade do Estado pertencem ao mesmo tipo de propriedade. Há, no entanto, diferenças entre elas, no que se refere ao grau de socialização, à direcção e orientação, ao modo de distribuição das rendas; o grau de socialização da propriedade do Estado é mais elevado do que o da propriedade cooperativa.

Nos últimos quatro anos continuou a fortalecer-se o carácter socialista das cooperativas agrárias. Cerca da metade da terra cultivada por elas já lhes pertencem. Um dos grandes sucessos do novo sistema social foi o de conseguir mecanizar a produção, de modo socialista e moderno, na base da propriedade cooperativa nas cooperativas agrárias. Estas aproximaram-se cada vez mais da indústria e dos outros ramos da economia nacional e, deste modo, as relações de produção socialistas dominam já todas as esferas da economia nacional húngara.

Desejamos que a propriedade cooperativa, que se fortalece, seja uma base cada vez mais sólida para o desenvolvimento da produção cooperativa, a fim de que esta prossiga no caminho já encetado, ou seja: aumentar sua eficácia, o rendi-

mento das terras por hectare, utilizar as reservas existentes, aproveitá-las o melhor possível, em todas as cooperativas, aproximar as cooperativas não suficientemente desenvolvidas das do alto nível de produção, melhorar as condições de funcionamento das cooperativas agrárias trabalhando em condições desfavoráveis; criar as mais diversas formas de cooperação que tenham como objectivo assegurar uma produção mais moderna e mais rentável.

Devemos também ocupar-nos com algumas questões teóricas relacionadas com a posse da terra. Uma parte das terras pertence ao Estado, outra às cooperativas, outra é propriedade privada ou individual. A terra, no entanto, independentemente da forma como é possuida, é uma riqueza nacional. E, por isso mesmo, preocupamo-nos que a sua utilização sirva aos interesses do todo o povo, os interesses nacionais.

Tendo em vista este objectivo, devemos em primeiro lugar dizer que se deve diminuir gradualmente a venda das terras que pertencem ao Estado, mais tarde proibi-la; que as terras que são cultivadas pelas cooperativas devem passar progressivamente a ser propriedade dessas cooperativas; por sua vez, a compra e venda das terras que constituem propriedade privada deve ser regulada e controlada pelo Estado.

O Partido considera indispensáveis estas medidas, porque o desenvolvimento socialista da sociedade exige que a aplicação e utilização de todos os instrumentos de produção, incluindo a terra, corresponda aos interesses gerais da sociedade, das comunidades de trabalhadores, dos cidadãos. Não podemos permitir seja a quem fôr que especule com a terra, com essa riqueza nacional. Mas devemos ao mesmo tempo assegurar a aquêles que, por causa da sua situação material, estão impossibilitados de comprar terra, a possibilidade de a arrendarem, baixo condições vantajosas, para a construção de habitações.

Continuará a existir a propriedade privada, sobretudo a dos pequenos comerciantes e artesãos ao serviço da população. Essa propriedade é essencialmente adquirida com o seu trabalho e com o dos seus familiares.

A opinião pública nacional expressa cada vez mais o desejo de que, na base dos princípios socialistas e de justiça social, sejam regulados os bens que podem ser adquiridos pelos cidadãos. As nossas leis reconhecem e defendem o direito à propriedade individual obtida com o produto do trabalho honesto. O aumento da propriedade individual é um resultado do nosso trabalho de construção socialista. Um dos objectivos básicos da política do Partido é satisfazer cada vez mais as exigências materiais e culturais de população e isso traz como consequência lógica, o crescimento da propriedade individual.

O Partido considera como um princípio fundamental do nosso sistema socialista que a propriedade individual provenha de um trabalho útil para a sociedade, e tenha como objectivo, satisfazer as necessidades do indivíduo e da família, sem ofender os interesses da colectividade e as normas socialistas.

A apreciação exacta da situação da nossa sociedade torna necessária, para além da análise da questão do poder e das relações de propriedade, de que maneira se desenvolveram nos últimos tempos no nosso País as diversas classes, como se transformaram as relações entre elas.

A força dirigente da nossa construção socialista, a classe operária, continuou a desenvolver-se nos últimos quatro anos. Esta classe é também, numericamente, a mais importante da nossa sociedade: 58% dos trabalhadores activos são operários. A tomada de posição política, a actividade, a disciplina da classe operária, a sua ideologia influenciam de forma determinante na maneira de pensar e agir de todos os grupos e camadas de trabalhadores.

Durante o período entre os dois Congressos o Comitê Central ocupou-se continuamente com as questões relacionadas com a classe operária. Tomou decisões para consolidar o papel de vanguarda da classe operária, ocupou-se com

especial atenção e cuidado da situação dos operários das grandes empresas e fábricas, O reforçamento, em todas as esferas da vida social, baseado nos resultados dos últimos anos, do papel dirigente da classe operária, o aumento do peso político e da importância do papel desempenhado por essa classe é uma condição indispensável da construção socialista e é também o interesse de todo o povo. Também é importante que estejam devidamente representados nos postos dirigentes das organizações do Partido, sociais, e do Estado os trabalhadores manuais e os operários devidamente aprontados e que se distinguiram pelo seu trabalho produtivo e pela sua actividade social.

O nosso campesinato que alcançou o socialismo através do movimento cooperativo, é um construtor activo da nossa sociedade. O desenvolvimento socialista do campesinato cooperativo acelerou os resultados obtidos na actividade e no desenvolvimento cooperativo e no avanço geral social, econômico e cultural.

A classe operária e o campesinato lançaram conjuntamente as bases da indústria e da agricultura socialista, defenderam ombro a ombro o poder popular e avançam lado a lado no caminho do futuro. As grandes vitórias comuns alcançadas durante a construção socialista fortaleceram e temperaram a aliança operário-camponesa. O nosso Partido atribui grande importância ao fortalecimento desta aliança para o bem da nossa classe operária, do nosso campesinato e de todo o nosso povo.

Durante a construção do socialismo, com o aumento da importância das ciências, da técnica, da cultura, com o desenvolvimento técnico-científico aumenta a importância do papel da intelectualidade, e cresce numéricamente. 24% dos assalariados activos têm uma actividade de tipo intelectual: são intelectuais ou empregados. Cerca de vinte por cento dêles acabaram os seus estudos universitários ou superiores ou têm um posto directivo. 90% das pessoas com diploma de um curso superior obtiveram esse diploma depois de 1949

e a sua maioria é de origem operária ou camponesa. Podemos afirmar, com toda a segurança, que a esmagadora maioria da intelectualidade da nossa sociedade socialista, com o seu trabalho e a sua actividade em prol da comunidade, serve o povo e a construção do socialismo.

Há que fazer frutificar o melhor possível, em todas as esferas da vida social, a mão-de-obra intelectual, a sua preparação e os seus conhecimentos técnicos, em prol do progresso nacional. Temos como objectivo fortalecer a consciência socialista, a participação na vida pública e a actividade da nossa intelectualidade.

Nos últimos quatro anos melhorou a situação social das mulheres, tanto do ponto de vista material como moral. Há ainda muitas tarefas a resolver, relacionadas com este assunto, porque ainda há certas forças que se opõem à emancipação completa da mulher. Necessitamos modificar muitas opiniões retrógradas sôbre este assunto, para faze-la avançar numa direcção verdadeiramente socialista. Devemos lutar por oferecer às mulheres melhores condições e possibilidades econômicas, materiais, sociais e de consciência.

O Partido dedicou sempre uma especial atenção à juventude. Não só consideramos as gerações mais jovens como a garantia do nosso futuro, mas também como participantes activos e criadores da nossa vida actual. Como resultado da política do Partido aumentou o papel da sociedade no provimento da juventude. Melhoraram as suas condições de vida e de trabalho, as suas possibilidades de prosseguirem os seus estudos e também aumentaram as possibilidades de preencherem utilmente as suas horas de ócio. No entanto, os jovens devem afrontar ainda inúmeros problemas que é preciso resolver. Para podermos continuar melhorando a situação da juventude, necessitamos de novas medidas adoptadas pelos organismos centrais e de aproveitar melhor as possibilidades locais.

No nosso país não só os membros do nosso Partido são, adeptos do socialismo. A grande maioria da população da

nossa sociedade, através das experiências obtidas, convenceu-se da justeza da política do Partido, do grande valor dos objectivos socialistas, convenceu-se de que essa política serve os interesses nacionais e de todo o povo. Com a ampliação da construção socialista ampliou-se também, revestiu-se de um conteúdo novo, socialista, a colaboração mútua entre as diferentes gerações, entre todas as forças progressistas e criadoras do povo húngaro, membros do Partido e apartidários, ateus e crentes, para alcançarmos os objectivos comuns.

Podemos estar satisfeitos porque, na Hungria, as relações entre o Estado e a Igreja, já estão completamente normalizadas e estabilizadas. As Igrejas, sem que tivessem necessidade de renunciar aos seus princípios religiosos e de fé, encontraram o seu verdadeiro lugar na sociedade socialista. Os crentes participam na construção do socialismo, sendo cidadãos tão estimados como qualquer outro.

Um dos elementos importantes da solidariedade nacional é a igualdade de direitos das minorias nacionais vivendo no nosso País. Os membros dessas minorias, sendo cidadãos integrais participam, como todo o nosso Povo, no trabalho de construção. Podem utilizar a sua língua pátria, mesmo na vida pública, cultivar a sua cultura nacional, recebendo para tal, todo o apoio que é necessário. O nosso Partido considera que a concretização da política leninista sôbre as minorias nacionais é uma condição indispensável, não só para consolidar a estabilidade nacional, mas também a solidariedade entre os países socialistas e a amizade entre os povos. Procuramos obter que as minorias nacionais alemã, eslovaca, jugoslava, romena e outras, do mesmo modo que as minorias nacionais húngaras vivendo nos países vizinhos, sejam pontes para a aproximação cada vez maior entre os nossos países.

Examinando as nossas relações sociais e a situação actual da nossa política interna, podemos afirmar que, nos últimos anos, se reforçou a unidade política e moral do povo húngaro e a solidariedade socialista nacional. Com o prosseguimento do desenvolvimento das nossas relações sociais demos um grande passo à frente no caminho do desenvolvimento socialista. A República Popular Húngara se apoia em bases sólidas, e os traços e características socialistas da nossa sociedade reforçaram-se e desenvolvem-se dinâmicamente. A nossa declaração programática, considerando a situação actual da nossa sociedade e não perdendo de vista o futuro, indica que devemos alcançar, como resultado do desenvolvimento, o grau de progresso social onde se criarão gradualmente as condições para o desaparecimento completo e definitivo das diferenças existentes entre as classes.

"Informação do Comitê Central do XI Congresso". I. Capítulo. *Az MSZMP XI. Kongresszusának jegyzőkönyve* [Actas do XI Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro]. Editorial Kossuth, 1975. págs. 79-88.

György Aczél

Algumas questões sobre a construção da sociedade socialista desenvolvida

O Partido Operário Socialista Húngaro, de um modo semelhante ao de outros partidos comunistas e operários da comunidade socialista, considera ser de grande importância a análise científica das questões relacionadas com as fases de construção do socialismo, com a construção da sociedade socialista desenvolvida e com a passagem gradual às relações sociais do comunismo. As experiências do sistema socialista mundial demonstram claramente a necessidade de uma concepção teórica correta e de um programa cientificamente elaborado para se poder caminhar com êxito rumo ao desenvolvimento socialista.

Tendo em consideração as contradições existentes

O Partido Operário Socialista Húngaro não baseia o seu trabalho em sonhos irreais, mas em factos concretos, reais, baseia-o nas leis objectivas do desenvolvimento social. Partimos do princípio que nunca devemos confundir a realidade com os fins a atingir e também sabemos perfeitamente que as nossas aspirações conscientes são parte integrante da realidade e uma força motriz considerável do desenvolvimento. Procurar pôr têrmo à diferença entre o "há" e o "é necessário", entre aquilo que realmente já alcançamos e o que temos

ainda por alcançar é uma das tarefas da nossa luta, da nossa acção e, por isso, o embelezamento, o envernizamento da realidade–do mesmo modo que a depreciação pusilânime dos resultados já obtidos e das nossas possibilidades reais– não estimula, ao contrário, paraliza o desenvolvimento.

O Partido Operário Socialista Húngaro rejeita o ponto de vista, teórica e praticamente falso e pernicioso, segundo o qual o socialismo seria um sistema social sem contradições.

A particularidade do socialismo não consiste em não surgirem contradições durante a sua construção, mas sim no facto dessas contradições, que surgem, não enfraquecerem a ordem social, antes pelo contrário: o seu reconhecimento consciente e a resolução consequente dessas contradições fortalece e desenvolve a sociedade socialista.

Quando procuramos encontrar resposta para as questões que vão surgindo no decurso do processo de construção da sociedade socialista desenvolvida, nunca devemos perder de vista o perigo que representam as soluções nascidas de um espírito nacionalista, falso e de horizontes limitados. A generalização verdadeiramente científica nunca pode ser unilateral, nem pode ser "deduzida" da situação específica de um só pais. As tentativas de análise de um ou outro país, isoladas do contexto do socialismo mundial, conduzirão inevitavelmente à absolutização dos interesses particulares, absolutização perniciosa mesmo para os seus próprios interesses reais, e à colocação desses interesses acima dos interesses gerais e universais.

O Partido Operário Socialista Húngaro insurge-se contra as teorias que defendem a existência de vários "modelos" de socialismo, de vários "marxismos" e do "pluralismo" do marxismo. O nosso Partido repudia firmemente estas teorias, considerando que elas trariam como consequência política o enfraquecimento do Partido e da unidade do movimento comunista internacional e também por considerar que tendem a relativizar o valor do marxismo-leninismo

como ciência. Do mesmo modo que nas Ciências Naturais, também nas Ciências Sociais só há uma resposta objectivamente verdadeira para cada pergunta concreta.

O que significa o papel dirigente do Partido?

O desenvolvimento das forças produtivas, o aperfeiçoamento das relações socialistas de produção serve de base às transformações indispensáveis a realizar na estructura social da sociedade e na esfera política, transformações que condicionam a construção da sociedade socialista desenvolvida.

Na Hungría desapareceram as classes exploradoras, acabou a exploração do homem pelo homem. Agora a tarefa é avançar para eliminar o mais depressa possível as diferenças existentes entre o operariado e o campesinato, entre a cidade e o campo, entre o trabalho físico e o trabalho intelectual. Hoje em dia a classe operária constitui 58 % da população activa, e é ela que detém o papel de força dirigente máxima da nossa sociedade. O campesinato aproxima-se cada vez mais da classe operária, tanto no que diz respeito às condições de trabalho, como no que respeita à sua maneira de pensar. Paralelamente ao aumento da importância social das Ciências, da Técnica e da Cultura, aumenta também o papel da intelectualidade e a sua percentagem na estructura social da nossa sociedade. Nos nossos dias cêrca de um quarto da população activa do país tem um trabalho de tipo e com características intelectuais.

Todas as classes, camadas e grupos da sociedade húngara contemporânea têm interesses comuns e esses interesses coincidirão cada vez mais, na medida que avança a construção da sociedade socialista desenvolvida. O processo objectivo da aproximação dos interesses constitui a base da aliança, que desenvolve cada vez mais completa e aperfeiçoadamente, entre o operariado, o campesinato e a intelectualidade. Esta

aliança é a base política do nosso Estado e o Partido, apoiando-se nela, dirige a construção da sociedade socialista desenvolvida.

A capacidade directiva do Partido determina cada vez mais os êxitos que se alcança, principalmente se consideramos que vivemos numa época tal, em circunstâncias tais, onde aumentam crescentemente as exigências para com a capacidade científica, eficiência do trabalho e qualificação da vanguarda. Sem o reconhecimento objectivo das leis do desenvolvimento social e sem a interpretação correcta das novas exigências sociais e dos interesses fundamentais dos trabalhadores, não se pode falar de progresso. Refutamos veementemente palavras de ordem revisionistas como por exemplo: "a separação entre o partido e o poder" ou seja, refutamos a afirmação de que o papel dirigente do Partido desaparece logo a seguir ao triunfo da revolução ou passa a limitar-se ao trabalho de propaganda. A nossa própria experiência demonstra a justeza da tese segundo a qual a importância do papel dirigente da vanguarda da classe operária aumenta constantemente com o avanço do processo revolucionário. O Partido Operário Socialista Húngaro organiza a actividade de toda a sociedade, coordena o trabalho dos aparelhos de Estado, dos Sindicatos, das organizações de juventude e de todas as outras organizações político-sociais, determinando as tarefas em perspectiva e trabalhando para a sua concretização. Por tudo isto, o fortalecimento do papel dirigente do Partido é uma condição indispensável para o êxito da edificação do socialismo.

Como é natural, quando a vanguarda estuda e determina os novos passos a dar na construção da sociedade socialista desenvolvida, sociedade que só poderá atingir em conjunto com a sua classe operária e o seu povo, não o faz só em seu nome e para o seu bem, fá-lo também em nome e em benefício de todo o povo. Dirigir não significa somente ser vanguarda, dirigir significa também compreender e fazer compreender os objectivos, os interesses, assegurar a marcha

sincronizada com a classe operária e com o povo e para atingir estes objectivos, è necessário efectuar um trabalho diário abnegado, consciente e convincente. János Kádár, Primeiro-Secretário do Comitê Central do Partido Operário Socialista Húngaro, ao clausurar os trabalhos do XI Congresso do nosso Partido, disse: "A vanguarda marxista-leninista, a vanguarda comunista que vive e luta desde 1918, vanguarda catalizadora e aglutinadora das forças políticas da classe operária húngara, só conseguiu progredir no seu caminho histórico, quando o fez com as massas. Isto é a nossa grande experiência histórica."

Em que sentido se desenvolve o Estado socialista?

Ao contrário daqueles que dizem que o papel do Estado vai-se debilitando na medida que o socialismo vai-se fortalecendo e que as funções desse mesmo Estado, ou diminuem gradualmente, ou passam inteiramente para as mãos dos organismos e organizações sociais, o Partido Operário Socialista Húngaro parte da tese marxista-leninista, segundo a qual o Estado é o principal instrumento da realização das transformações sociais, na etapa de construção da sociedade socialista desenvolvida. Como é natural, essa função não tem um carácter estático. Com a transformação socialista da sociedade, algumas funções desaparecem, outras funções surgem. Nos nossos dias são prioritárias as tarefas econômico-organizativas, educacionalis e culturalis.

Com o estudo dos processos em curso no sistema político da nossa sociedade e com a utilização, num espírito construtivo, dos resultados obtidos pelos partidos irmãos, o Partido Operário Socialista Húngaro chegou a uma importante conclusão, no que diz respeito às perspectivas de desenvolvimento do Estado da ditadura do proletariado. Com o desenvolvimento socialista da nossa sociedade, com a diminuição constante das diferenças existentes entre as várias classes, começa a aparecer cada vez mais claramente o esbôço do Estado do Povo. Com a criação da sociedade socialista desenvolvida, o Estado da ditadura do proletariado transforma-se gradualmente no Estado Socialista do Povo, cuja força dirigente máxima continuará a ser a classe operária. Na sociedade socialista desenvolvida cada vez mais irão-se reforçando os componentes do auto-govêrno comunista.

Portanto, o desenvolvimento e aperfeiçoamento da vida do Estado socialista significa que, na nossa sociedade, se aprofunda e se amplia cada vez mais a democracia socialista. Este processo é uma das condições fundamentais do desenvolvimento do nosso sistema social. Quanto maior fôr o apoio das massas, quanto maior e mais profunda fôr a democracia socialista, mais forte será também o nosso poder popular.

Nos últimos anos, com o aperfeiçoamento do aparelho central de direcção da sociedade, aumentou e aumenta consideràvelmente a independência e a responsabilidade dos órgãos do poder local, dos Concelhos Municipais, Distritais e outros, que desempenham funções de representação popular, de autonomia administrativa e de administração estatal. O povo discute os projectos de lei, os trabalhadores intervêm directamente na preparação e elaboração das propostas mais importantes, na transplantação para a vida diária, real, das novas leis e isto pode ser considerado como uma tradição já vinculada à nossa prática social.

O Partido desenvolve esforços consideráveis para reforçar a democracia no lugar de trabalho, por considerar esta democracia como parte essencial da democracia socialista. A democracia nas empresas permite criar condições favoráveis para um melhor trabalho socialista, que constitui a parte mais importante da vida humana. A democracia seria uma palavra vazia, sem sentido, se não se imbuisse penetrantemente no ambiente social onde o homem trabalha, onde utiliza a sua força criadora.

O socialismo desenvolvido só pode ser alcançado com o trabalho consciente e activo de todo o povo e isto exige a solidariedade e a unidade de acção de todo o povo para o desenvolvimento sócio-econômico da nossa sociedade.

Como é do conhecimento geral, as condições externas necessárias para o desenvolvimento do nosso País mudaram, mas não só no bom sentido: a profunda e grave crise econômica do mundo capitalista também influência a nossa economia e isto faz com que seja necessário incrementar, por todos os meios, a eficiência da nossa direcção econômica. Os comunistas, para alcançarem este objectivo, procuram ganhar o apoio das massas. Expõem com sinceridade os problemas existentes e as propostas e resoluções para a solução dos mesmos e pedem às massas que, com as suas propostas e conselhos, ajudem a encontrar as soluções mais adequadas para os mesmos. Há quem pense que, se as coisas seguem bem, então é deixar "correr" a democracia, e se não seguem bem é necesário restringí-la. Isto é uma dedução completamente errônea. A democracia socialista significa também compartilhar os resultados obtidos e as preocupaçoes e problemas que surjam.

Pela hegemonia da idealidade socialista

O resultado mais vivível do desenvolvimento social, econômico, político e cultural em curso na sociedade socialista é a mudança que se verifica na forma e no modo de vida. A forma socialista de vida surge gradualmente, mas o seu florescimento na vida social representa um salto à frente, uma mudança qualitativa. Ao lado da importante pergunta social "de que vivemos?" aparece cada vez com maior determinação a pergunta "como viver?".

O ponto de partida para o estudo de qualquer dos aspectos da forma de vida–a actividade política, a consciência ideológica, o grau e carácter da cultura–é sempre o trabalho, base

da formação e transformação do homem. Como o carácter do trabalho no capitalismo é basicamente antagônico ao carácter do trabalho no socialismo, é esta contradição que determina, em última instância, a diferença radical existente entre as duas formas de vida. No âmbito das relações capitalistas de produção, "o trabalho, a actividade essencial da vida, enfim, a vida produtiva e produtora, aparece só como o instrumento de satisfação de uma necessidade, da necessidade de manutenção da existência física". Ao contrario, o trabalho socialista-comunista, o trabalho livre, o trabalho que, na liberdade, se intensifica cada vez mais já "não é só o instrumento para a manutenção da existência, é sim a necessidade principal da própria existência".

O reconhecimento da necessidade de conciliar os interesses individuais, de grupo e de toda a sociedade e de resolver os problemas que daqui advêm, de forma a que esta conciliação corresponda aos nossos objectivos socialistas, joga um papel determinante no desenvolvimento da forma socialista de pensar e de viver. O Partido e o Estado–contando com as possíveis divergências de interesses–preocupa-se com que os interesses de grupo não sejam apresentados como sendo interesses de toda a sociedade ou que se lhes sobreponham, e luta para que sejam levadas em consideração as perspectivas socialistas e comunistas de desenvolvimento da sociedade, no complicado mecanismo que é o da acção recíproca dos interesses. A solução deste problema está intrínsecamente ligada à exigência de um consumo proporcional ao trabalho realizado, ao sistema de fiscalização do trabalho e de distribuição de bens, à proporcionalização equilibrada e justa entre estímulos materiais e estímulos morais. Segundo a opinião do Partido Operário Socialista Húngaro, na fase de construção da sociedade socialista desenvolvida, o dinheiro e as relações mercantís continuarão a desempenhar um papel positivo e importante na vida econômica e só desaparecerão no comunismo.

Em relação a esta questão podemos dizer que o partido

analiza ininterruptamente o conteúdo real do princípio da divisão de bens segundo o trabalho executado, conteúdo que varia constantemente ao par com o desenvolvimento social e econômico e examina também a dinâmica da unidade entre os estímulos materiais e os estímulos morais. A aplicação consequente da divisão de bens produzidos segundo o trabalho executado não é estrictamente um problema econômico, não se trata só de uma relação entre salários e suas proporções, é também um processo eficaz para reforçar as relações entre as diversas classes e para desenvolver e fortalecer a consciência e a moral socialistas.

O princípio da aplicação dos estímulos materiais não está em contradição com a moral socialista, da mesma maneira que o princípio de utilização dos estímulos morais não contraria a nossa política de elevação do nível de vida. Aquêles que consideram a luta pelo fortalecimento das normas morais uma espécie de predicação moral ou uma frase dogmática estão, voluntária ou involuntàriamente, colocando em dúvida a existência das particularidades do socialismo e fazem-no vendo o problema sob o prisma de uma vulgar "sociedade de consumo". Mas todos aquêles que, lutando contra o materialismo pequeno-burguês, apresentam como alternativa o ascetismo, não menos pequeno-burguês, não conseguem-se aproximar da compreensão da verdadeira natureza do socialismo. Lutar contra os estímulos materiais, como o fazem os ideólogos maoístas, é aceitar a política esquerdista do "comunismo de caserna". Significa-se opôr às leis objectivas do socialismo. Tanto o hedonismo, como o ascetismo, são estranhos, nos seus princípios, aos verdadeiros ideais do marxismo-leninismo, à classe operária revolucionária e ao socialismo real.

A criação e generalização da forma de vida socialista não podem ser consideradas tarefas fáceis de propaganda, que poderão-se resolver num abrir e fechar de olhos. Há quem pense ser possível "instaurar" administrativamente o modo de vida socialista (e mesmo comunista) por meio de decretos,

independentemente das condições objectivas existentes e das possibilidades reais. Esquecem-se que o "há", o "há" dialéctico, está claro, é que lança as bases para a concretização do "é necessário". Essa forma de vida, que preconizam "criar" com meios administrativos pode, no máximo, corresponder ao "comunismo crú", mas não corresponde de forma alguma ao ideal marxista-leninista de personalidade, personalidade multifacèticamente desenvolvida, nem corresponde sequer à ordem social onde as capacidades criadoras humanas possam expandir-se livremente.

O desenvolvimento da vida intelectual da sociedade, o enriquecimento do conteúdo e do carácter socialista da cultura, o fortalecimento da unidade ideal e ideológica do povo na base dos ideais marxistas e da visão marxista-leninista do mundo–são condições fundamentais para construir com êxito a sociedade socialista desenvolvida. O Partido Operário Socialista Húngaro está consciente de que a criação da unidade ideológica do povo, na base do marxismo-leninismo será fruto de um longo processo, processo que requer muitos esforços e exige um trabalho árduo e contínuo e que acelerar artificialmente esse processo pode acarretar graves consequências e prejuízos. Levando em conta tudo isto, lutamos para consolidar e aperfeiçoar o papel dirigente de facto, do marxismo-leninismo na vida ideológica, científica e cultural da nossa sociedade. Como resultado desta luta, obtivemos que, na Hungria, se consolidasse e se fortalecesse cada vez mais o papel desempenhado pelo marxismo-leninismo em todas as esferas da vida social. O aprofundamento da aliança entre as classes trabalhadoras e a construção da sociedade socialista desenvolvida criam, hoje em dia, condições favoráveis para reforçar a visão marxista-leninista do mundo e a sua aceitação por todo o povo.

O nosso Partido defende a tese da unidade inseparável entre patriotismo e internacionalismo, considerando que constitui um dos elementos básicos da consciência socialista. O sentimento e a consciência patriótica socialista se formou

e se reforçou no espírito dos trabalhadores húngaros, sendo elemento integrante desse patriotismo o trabalho criador do nosso Povo e o orgulho que sente pela Hungria socialista.

O internacionalismo proletário, a cooperação com todas as forças revolucionárias e progressistas do mundo está intrínsecamente ligado ao conceito de patriotismo socialista. O nosso Povo sabe muito bem que a cooperação e a unidade de acção com a União Soviética e com os outros países socialistas irmãos desempenharam um papel muito importante para que tenhamos alcançado os resultados que já alcançamos na construção da nossa nova sociedade. O internacionalismo significa que o trabalho de construção socialista de um país não pode estar separado da unidade de acção e da solidariedade entre as forças socialistas internacionais. As mudanças que ocorrem no mundo, o surgimento de novas facetas na cooperação com os países irmãos, tudo isto exige o desenvolvimento ainda mais intenso do internacionalismo e do patriotismo socialista do nosso povo.

O trabalho de construção da sociedade socialista desenvolvida, trabalho já em curso na maioria dos países irmãos, está sendo levado a cabo nas condições do desanuviamento da tensão internacional. E isto já é uma obrigação histórica. O imperialismo nunca teria cedido à ofensiva de paz dos países socialistas, se esses países não tivessem obtido resultados históricos nas esferas social, econômica, de defesa nacional e em todas as demais. A coexistência pacífica não significa, no entanto, o fim da luta entre os dois sistemas sociais, só mudou as formas dessa luta. Nos proporciona maiores possibilidades para a expansão, à escala mundial, dos ideais do comunismo e para provar que esses ideais são correctos e para mostrar a verdadeira face do socialismo.

Só a sociedade socialista é capaz de garantir para a classe operária e para todo o povo o verdadeiro conteúdo e o valor da vida humana. Já conseguimos ultrapassar o capitalismo em certos ramos da esfera econômica, noutros lutamos para o ultrapassar e isto é uma tarefa real muito importante. Mas no tocante à instauração da vida livre, liberta da exploração do homem pelo homem, à instauração da vida verdadeiramente humana, a nossa superioridade já é indiscutível. E o capitalismo nunca poderá ultrapassar-nos neste domínio, até mesmo porque nós estamos em outra órbita, vamos a caminho do comunismo.

(Sobre algumas questões da construção da sociedade socialista desenvolvida. Publicou-se na revista *Béke és Szocializmus*, nº 3, 1976.)

György Aczél

A relação entre o Estado Socialista e as Igrejas na Hungria

Na Hungria, os representantes do Estado socialista têm a seguinte opinião sobre a relação entre o Estado e as Igrejas: essa relação corresponde às nossas relações sociais e aos nossos princípios políticos; os representantes das Igrejas dizem, por sua vez: essa relação corresponde aos interesses e vocação das Igrejas.

Isto significa, na prática, o seguinte:

1. A separação entre o Estado e as Igrejas é completa.

2. Tanto no campo nacional, como internacional, há questões em cuja solução estão interessados tanto o Estado como as Igrejas.

3. A relação entre o estado e as Igrejas é regulada por acõrdos e convénios.

4. Abordar abertamente os problemas e contradições ideológicas, travar diálogos sob formas diversas, purifica e fertiliza a unidade socialista nacional.

5. O Estado respeita as leis internas das Igrejas; as Igrejas, por sua vez, na base dos seus princípios religiosos reconhecem e apreciam a sociedade socialista e o seu Estado.

Há muitas experciências históricas, tanto nacionais, como internacionais, que influenciam as nossas relações actuais. No funcionamento do nosso Estado socialista exercem influência as lições históricas do desenvolvimento da Hungria e de outros países socialistas. As Igrejas também aprenderam muito com as suas próprias experiências e com as experiências das Igrejas noutros países, experiências relacionadas

com a mudança de sistema social. Na Hungria socialista, no entanto, a relação entre o Estado e as Igrejas também está ligada, necessariamente, à actual situação internacional e às relações ideológicas e políticas.

Os povos do mundo têm diante de si tarefas tão importantes a resolver que–apesar das diferenças ideológicas–obrigam todos os homens de boa vontade a procurarem formas de cooperação capazes de se sobreporem às divegências políticas, sociais e econômicas.

Em 1945 verdadeiramente se abriu ao povo húngaro o caminho pelo qual actuaram de mãos dadas marxistas e crentes, democratas, socialistas e comunistas, não só para curar as feridas causadas pela guerra, mas também para que fosse criada uma ordem social radicalmente nova. Se bem que já tivesse havido um certo espírito de cooperação entre marxistas e certas personalidades progressistas das Igrejas durante a guerra quando esta acabou não soubemos aproveitar devidamente as novas possibilidades que se abriram.

A explicação para este fenômeno negativo nos é dada, em parte, pelo nosso passado histórico específico. Os publicistas dos países capitalistas que têm por hábito atacar os países socialistas, da Europa Central e Oriental, criticando ora a ausência da pluralidade de partidos, ora a uma pretendida falta de democracia, esquecem-se de que por exemplo, na Hungria, foi precisamente a burguesia francesa, directamente, e a inglesa, indirectamente, que prestaram auxílio à contra-revolução húngara para que se derrubasse o primeiro poder socialista, a República dos Concelhos, em 1919 e mais ainda, esquecem-se que foram essas burguesias que fizeram calar o radicalismo burguês e o democratismo húngaro e obrigaram os seus dirigentes ao exílio. Foi assim que a estrutura semi-feudal do País, o sistema latifundiário, a indústria rudimentar e unilateralmente desenvolvida, a administração pública, perdida nas mãos da pequena nobreza corrupta, durante o período entre as duas guerras mundiais,

não só se mantiveram, mas também fecharam as poucas possibilidades de reformas sociais dentro da ordem existente, e isto fêz com que, no seio das Igrejas, diminuisse o espírito progressista.

Em consequência do desenvolvimento histórico específico do País, as forças dirigentes da Igreja Católica e, em parte, das Igrejas Protestantes, também beneficiaram-se directamente desta situação: a Igreja Católica era, na Hungria, a maior proprietária de terras, as Igrejas dispunham de fortunas fabulosas no país dos três milhões de mendigos e não só apoiavam a luta contra a democracia liberal e contra o comunismo, mas também que, a nível estatal, se praticasse uma discriminação entre religiões aceitadas, toleradas e não reconhecidas. No reino sem rei, no período entre as duas guerras mundiais, o alto clero, em virtude dos seus direitos feudais e de pertencer à Camara Alta do Parlamento, aumentou de tal maneira o seu poder e influência, que conseguia mesmo influenciar grandemente as decisões do poder do Estado. Isto faz talvez compreender melhor o porquê da repulsa manifestada por József Mindszenty, arcebispo de Esztergom, depois da Liberação–justificando essa sua repulsa com as tradições feudais e considerando-se a si próprio como o primeiro dignitário do País–que se opôz tenazmente à reforma agrária que pos fim ao sistema dos latifúndios, à República Democrática que substituiu à Monarquia e à separação entre o Estado e a Igreja–ou seja que se opôs aos passos de transformação democrática que já tinham sido anteriormente dados pela burguesia nos países da Europa Ocidental mas que, no nosso País, só puderam ser dados depois dos operários e dos camponeses terem tomado o poder. Na hierarquia doutras Igrejas houve uma resistência parecida, se bem que não tão feroz. Todos estes esforços não conseguiram, no entanto, impedir a concretização do desejo de milhões de homens, a concretização do renascimento social do País, pelo contrário, ajudaram a isolar estes

representantes do passado semi-feudal mesmo no seio das suas próprias Igrejas.

A luta pela transformação democrática e socialista agudizou as contradições entre os crentes e as Igrejas, tiveram de escolher entre a sua política anterior e a simpatia da maioria dos seus crentes. Neste processo, a influência da opinião da maioria dos trabalhadores crentes fêz com que, gradualmente, começassem a dominar, na hierarquia das Igrejas, as forças que não queriam se afastar dos seus fiéis e que consideravam suficientemente importante a felicidade dêstes, os objectivos sociais comuns à esmagadora maioria dos operários, camponeses e intelectuais para não absolutizarem as divergências ideológicas que separam os crentes dos ateus. Esses dirigentes religiosos com idéias mais modernas aproximaram-se cada vez mais do ideal de unidade socialista e democrática nacional.

Neste campo, como é natural, a história húngara também tem tradições positivas. Os dirigentes retrógrados das Igrejas não conseguiram, apesar dos seus esforços, apagar da memória dos crentes a recordação dos movimentos cristãos progressistas e mesmo revolucionários. Quando se deu o levantamento hussita, também houve fenômenos semelhantes na Hungria, no século XV, a guerra camponesa dirigida por Antal Budai Nagy. No levantamento camponês de 1514, dirigido por Dózsa, os dirigentes políticos do povo foram os ideólogos franciscanos. Durante séculos, do século XVI ao XVIII, os predicadores protestantes desempenharam um papel de relêvo na luta contra os austríacos. Os sacerdotes que aceitaram os ideais da iluminação e da transformação burguesa da sociedade puseram-se ao lado do povo como, por exemplo, o bispo Mihály Horváth que defêndeu abertamente a guerra de independência de 1848–1849. No movimento democrático de 1918 e mesmo na República dos Concelhos de 1919 houve sacerdotes que simpatizaram com o novo sistema social e que, por isso, foram mais tarde assassinados e se tornaram mártires da causa popular.

Depois de 1945 essas recordações começaram a reavivar-se. Ao mesmo tempo as Igrejas consideraram ser oportuno ter em consideração as tradições históricas dos ideais democráticos da tolerância religiosa e da liberdade de consciência no nosso País. Já no século XVI, no principado da Transilvania–se bem que por pouco tempo–se admitiram como aceitáveis as religiões católica, calvinista, luterana e unitária. Miklós Zrínyi, chefe das lutas contra os turcos e alemães, foi partidário e propagador, no século XVI, da tolerância religiosa; do mesmo modo procedeu Francisco II Rákóczi, que também lutou contra a opressão estrangeira, no século XVIII, e Széchenyi, Kossuth e József Eötvös no século XIX.

Essas tradições também ajudaram a que os dirigentes das Igrejas Protestantes e Judaica já em 1948, e os dirigentes da Igreja Católica em 1950, tivessem assinado acordos com o Estado, no âmbito dos quais, na base da separação entre o Estado e a Igreja, reconheceram a ordem legal e a Constituição da República Popular Húngara. Por seu lado, o Estado garantiu legalmente as condições de propagação livre dos ideais religiosos, ajudou a criar as condições de vida e segurança social dos sacerdotes e defendeu os monumentos históricos pertencentes à Igreja e restaurou as igrejas com valor histórico.

A par deste processo de consolidação, a Constituição da República Popular fixou o princípio de liberdade religiosa e de consciência dos cidadãos e pôs termo aos princípios discriminatórios existentes anteriormente que beneficiavam certas Igrejas e relegavam para segundo plano as outras, estando expressas estas discriminações no Direito de Estado.

O desenvolvimento das relações religiosas na Hungria despertou grande atenção internacional. Não foi por acaso que a personalidade mais importante de Teologia protestante do século XX, Karl Barth, estudou, após a Segunda Grande Guerra Mundial a situação dos protestantes húngaros e as suas posições sôbre os acontecimentos sociais em que crentes e ateus trataram colaborar. O espírito de cooperação, no

interesse da Paz e do progresso social, também ganhou gradualmente batalhas no seio da Igreja Católica, se bem que esse processo tivesse sido muito mais longo e complexo.

Estas aspirações positivas não podiam, no entanto, concretizar-se com facilidade nos anos cinquenta. A atmosfera de guerra fria dificultou imensamente a aplicação dos princípios correctos. Do lado da Igreja Católica fazia-se sentir com força a pressão das forças retrógradas que anteriormente tinham apoiado o fascismo de Mussolini, tinham assinado um acordo com a Alemanha nazi e que não quiseram utilizar o seu prestígio contra o horroroso genocídio cometido pelo nazismo.

Nessa altura na vida política húngara também reinava a desconfiança sectária, o dogmatismo e o culto da personalidade. Nesta atmosfera misturaram-se muitas vezes os processos da luta política contra a reacção e a confrontação ideológica com a religião.

Estas tendências negativas fortaleceram-se mutuamente e, junto com as outras causas que conduziram à tentativa contra-revolucionária de 1956, dificultaram também, naturalmente, a relação entre o Estado e a Igreja.

Depois da contra-revolução, o Partido Operário Socialista Húngaro e o govêrno revolucionário operário-camponês travaram um combate consequente contra o dogmatismo sectário e contra o revisionismo e restabeleceram pouco a pouco o prestígio nacional e internacional da direcção socialista húngara. O Partido fortaleceu a relação de confiança entre o operariado e o campesinato, entre os trabalhadores físicos e a intelectualidade e não só declarou, concretizou também, durante o processo de construção, a unidade política entre os trabalhadores com diferentes visões do mundo, a transformação socialista da economia nacional e da sociedade, o aumento do nível de vida da população e o florescimento geral da cultura nacional, tudo isto com o fim de solucionar os problemas da sociedade, das mulheres, da juventude e da família. Nesta situação foi possível criar as condições

necessárias para a cooperação dos homens com diferentes visões do mundo no sentido de concretizar os objectivos comuns de luta contra os perigos que ameaçavam a todos.

A unidade nacional assim conseguida não significa como é natural nenhuma espécie de homogeneidade: é a unidade dialética de ideais diversos, pertencendo à hegemonia ao marxismo-leninismo porque, de acordo com a sua essência, esta visão científica do mundo é a mais capaz de analizar profundamente os problemas actuais e de lhes dar as respostas mais válidas. É por isso mesmo que os representantes do marxismo devem lutar e trabalhar constantemente para que se compreenda as tarefas que nos esperam, para discutí-las o mais amplamente possível, para preparar de forma científica e com espírito construtivo as alternativas possíveis, para concretizar o melhor possível as decisões tomadas em discussões democráticas, dando a conhecer quais os objectivos das mesmas e estimulando essa concretização, tanto moral como materialmente. Neste processo complexo–durante o qual o Partido deve constantemente se auto-analizar–não seria possível obter bons resultados se não se conseguissem aproveitar, na elaboração dos planos econômicos, políticos e culturais, todas as propostas das forças criadoras da sociedade, se não conseguíssemos–a par da existência das diferentes visões do mundo–inspirar a actividade comum no sentido do socialismo, a actividade comum que tem como objectivo servir os interesses de todos os trabalhadores.

Esta linha política não apareceu em consequência de nenhum cálculo táctico, nem ao serviço de nenhuma concepção manipulatória. Os grandes objectivos da sociedade húngara, o mesmo que toda a problemática da situação mundial, pressupõem este tipo de cooperação. Naturalmente que esta concentração de forças não é simples.

O partido marxista procede correctamente quando defende sinceramente esta cooperação, na prática, ao mesmo tempo que defende a sua visão científica, dialéctica e materialista histórica do mundo. Parece que os dirigentes das Igrejas

húngaras chegaram à conclusão de que a realização dos grandes objectivos históricos serve não só o bem-estar e a felicidade dos seus fiéis, mas também está de acordo com os seus princípios de fé. Por isso, ganha terreno entre o clero, para além da simples lealdade, do reconhecimento do status quo da ordem socialista, o apoio activo de certas tarefas da construção do socialismo.

Neste contexto, das convicções sociais suas a modificação dos membros pode influenciar favoràvelmente as Igrejas húngaras, para além das suas tradições progressistas durante a construção do socialismo. Com certeza que existem também influências internacionais que se fazem sentir: é o auto-exame histórico cujos sinais podem ser observados nos últimos vinte anos, na maioria das grandes Igrejas e seus centros, no Vaticano como no Conselho Mundial das Igrejas. A advertência de João XXIII que diz deverem os crentes cooperar com pessoas com outros ideais "a favor do bem ou das coisas em prol do bem" deve tê-las influenciado, o mesmo que o exemplo do católico Camilo Torres que morreu como mártir na terra da América Latina, do mesmo modo que Ernesto Che Guevara, ou que as palavras do bispo de Recife, Helder Câmara, que reclamou terra e vida digna do homem para os seus camponeses explorados, ou ainda o comportamento de Martin Luther King ou dos sacerdotes operários franceses.

Tudo isto advertiu os crentes e o clero de que, a par das dimensões extra-terrestres da fé, não podem se esquivar à responsabilidade ditada pelo "aqui e agora", de que devem optar neste mundo pela luta contra o mundo inhumano da exploração e da opressão, por uma melhor e mais livre possibilidade: na Hungria devem, portanto, escolher o caminho por onde, em condições nada fáceis–e cometendo êrros–criamos uma vida mais humana ao construir a sociedade socialista desenvolvida. Do lado da Igreja isto expressa-se da seguinte maneira: deve-se praticar, ao mesmo tempo, o amor a Deus e aos homens.

Porque haveria de se esperar que, nas nossas condições sociais, as Igrejas procurassem os seus aliados entre os inimigos do progresso social, entre os excomungadores dos revolucionários católicos latino-americanos, entre os adversários do progresso social na França e na Itália? Porque não reconhecer, de preferência, os seus aliados nas fileiras dos que lutam contra os ídolos do sangue e do dinheiro, entre aquelas forças que não se satisfazem com a declaração pura e simples do amor ao próximo, nas condições sociais que na prática o excluem, mas sim lutam pela criação de facto de relações mais justas, mais livres e mais harmoniosas?

Da teoria histórica materialista do marxismo deduz-se que, durante as lutas sociais, não devemos partir, essencialmente, daquilo que os homens pensam de si próprios–das suas visões do mundo, das suas religiões–mas sim dos seus interesses e necessidades objectivas, que determinam tarefas comuns a classes e camadas diferentes, porém aliadas. Chegando a esta conclusão, poderão os marxistas ajudar a fortalecer o espírito de cooperação dos seus aliados.

Os marxistas procuram a cooperação prática capaz de superar as divergências na visão do mundo. A política da mão estendida aos crentes, no nosso século, antes de Thorez e Togliatti, já tinha sido representada por Lénine, que achou necessário escrever um artigo sôbre o "sacerdote honesto" que se pôs ao lado do movimento e protestou contra a agitação segundo a qual a classe operária se divide segundo a sua crença ou não crença em Deus e não por participar ou não nas greves. A conhecida frase de János Kádár, parafraseando o Evangelho, que diz que quem não está contra nós está connosco, teve também como objectivo ajudar a cooperação, ou seja, que os crentes também possam colocar-se do nosso lado, teve como objectivo incentivar a cooperação. Não concordamos com os que só consideram como aliados dos marxistas os que estiverem de acordo connosco em todas as questões–mesmo na ideologia.

A política de alianças dos marxistas também é sólida por-

que, no diálogo ideológico com os seus aliados, procuram fazer compreender melhor a sua maneira de pensar e porque também procuram compreender o melhor possível os seus interlocutores, procuram propagar a sua visão do mundo entre os apartidários.

É porque os marxistas respeitam a convicção sincera dos seus aliados, que acham natural que as Igrejas possam prosseguir na propagação dos seus ideais religiosos e procurem reforçar a fé dos seus fiéis. No campo ideológico, no entanto, não há coexistência pacífica. Queremos com isto dizer que não podemos nos conformar com a indiferença ideológica, com a sua influência desmoralizante. O confrontamento de ideais torna honesta e autêntica a cooperação. É um facto comprovado pela experiência que, quanto melhor for a relação política prática entre os crentes e os marxistas, mais profundo se torna o diálogo desenvolvido sôbre questões ideológicas.

A prática demonstra que o que é necessário é também possível: a diferença de visão do mundo não impede, na prática, a cooperação entre ateus e crentes. Podemos ter opiniões diferentes no que diz respeito à origem do mundo material, sôbre a imortalidade da alma, inclusive sobre a origem dos valores morais. No entanto, esta diferença de opiniões não exclui que os crentes e ateus se coloquem de acordo em todas as questões relacionadas com as tarefas a executar neste mundo que achemos importantes para a nossa felicidade e para o progresso social. Há quem diga que as diferentes bases ideológicas conduzem inevitàvelmente a discussões não sòmente na esfera filosófica, mas também nas esferas política e moral. Naturalmente que assim acontece, mas essas discussões já não são–como o demonstra a nossa própria experiência–discussões entre inimigos irreconciliáveis, mas sim entre pessoas que caminham lado a lado, pessoas que, apesar das diferenças de suas visões do mundo, sentem a mesma responsabilidade e, por isso, prosseguem

a sua troca de impressões e opiniões e, assim, se enriquecem a si próprios também, com o diálogo.

A democracia socialista–cuja importância foi discutida pelo XI Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro que sublinhou a necessidade de desenvolvê-la–exige a troca sincera de impressões, com a qual mutuamente tentemos nos convencer e não vencer, e que ajude a aprofundar as relações humanas, a aperfeiçoar os argumentos e a preparar melhor as decisões a tomar. Esta democracia pressupõe a liberdade de pensamento e, por consequência, também a liberdade religiosa, pessoal e institucional, a liberdade de crença. Esta democracia liga, deste modo, ao circuito da actividade social comum, impulsos vindos de diversas fontes, liberta e une as forças sociais vivas em prol da sociedade.

Os marxistas consideram, no que diz respeito à discussão final sobre as questões relacionadas com a visão do mundo, que devemos ganhar essa discussão por intermédio da propagação e confrontação de ideais e não por intermédio da violência. Não temos esta opinião por questões de táctica, mas sim porque é um princípio ideológico nosso, que Engels já tinha definido, no seu tempo, da seguinte maneira: o ateísmo não pode ser declarado "artigo de fé forçado".

As discussões ideológicas, entre elas a discussão entre o materialismo científico e as religiões, devem ser coordenadas com a luta travada para a concretização dos grandes objectivos históricos da humanidade. Devemos continuar esta polêmica com muita circunspecção porque, nos nossos dias, há discussões internas no seio das Igrejas sobre o conteúdo real dos valores e normas morais que regulam a actividade humana. Não nos incumbe responder às questões levantadas pelas Igrejas. Mas o facto de que, nas discussões internas das Igrejas, se podem encontrar novos aspectos e opiniões, merece grande atenção.

Todo e qualquer cristão consciente, que saiba pensar, sabe também que o mandamento de amor ao próximo–do mesmo modo que a proibição de roubar, de matar ou de falso testemunho–foi, durante dois mil anos, interpretado de diferentes modos, de acordo com os interesses de cada qual e, por isso, há muito tempo que existe uma pergunta que preocupa a humanidade: será possível concretizar realmente o amor ao próximo na sociedade dividida pelos interesses de classes, será possível conciliar o amor ao próximo com a incitação à guerra, com os ideais facistas, com o racismo, tolerando, digamos, o terrorismo no Chile, o racismo na África Austral, poderemos amar aquêles que se aproveitam sem escrúpulos da falta de consciência dos homens simples, pobres e indefesos para os explorarem cada vez mais? Ou será que as lutas actuais não nos obrigam, moralmente, a subordinar os nossos interesses pessoais–se fôr necessário–e os interesses directos da Igreja aos interesses objectivos da comunidade dos homens trabalhadores para que, criando uma sociedade mais livre e harmoniosa, apareçam melhores condições para o desenvolvimento livre da personalidade criadora e de relações humanas com conteúdo mais rico–e, porque não, também para a ampliação das dimensões do amor e da sua concretização?

Não colocamos em dúvida, pelo contrário–utilizando, as palavras de Engels–sublinhamos que "no cristianismo foi pela primeira vez expressa a igualdade negativa de todos os homens face a Deus, como pecadores e, numa definição mais restricta, a igualdade de todos os filhos de Deus serem salvos pelo perdão e sangue de Cristo Deus". Mas os próprios cristãos sabem muito bem que este pensamento antigo de igualdade foi relegado, mais tarde, para segundo plano, mesmo no cristianismo. Na teoria do socialismo moderno renovamos a exigência da igualdade real na Terra e na sociedade–não na base da igualdade por sermos todos homens, mas sim na base das possibilidades iguais dadas aos homens com diferentes capacidades. Pode qualquer crente ficar indiferente, se quiser cumprir as suas obrigações de homem?

Os Evangelhos definiram a exigência da necessidade dos crentes aceitarem o poder estatal então vigente. Na nossa

sociedade socialista, no entanto, a questão já não se coloca nestes termos, não há que dar a César o que é de César–há que aceitar participar activamente na luta pela causa de toda a sociedade–visto que a nossa comunidade já não é a amálgama entre classes exploradoras e exploradas, entre classes opressoras e oprimidas–e, assim, é possível e devemos apoiar os organismos estatais e sociais que trabalham em prol da causa comum.

A possibilidade real do direito à liberdade de consciência incrementa imensamente a actividade no nosso País onde, na vida pública, trabalham lado a lado amplas camadas com diferentes opiniões e visões do mundo. Poderíamos até citar nomes de homens e mulheres crentes que, em postos de importancia, na Assembleia Nacional, nos concelhos provinciais e municipais, na Frente Popular Patriótica, no Conselho Nacional da Paz, se ocupam dos assuntos relacionados com a vida pública e com a comunidade.

Somos da opinião de que, na Hungria, temos obtido experiências úteis relacionadas com a cooperação de pessoas de distintas visões do mundo. Sentimos que é da nossa responsabilidade continuar a aproveitar estas experiências para continuarmos a servir à solução das tarefas nacionais e internacionais comuns aos crentes e aos marxistas.

A relação entre o Estado e as Igrejas também tem na Hungria, como é natural, os seus problemas e contradições. Há diferenças de opinião entre as diversas Igrejas, entre certas Igrejas e o Estado; como é natural, nem sempre é possível resolver de forma satisfatória para ambas as partes todas as questões que aparecem. A paciência mútua pode, no entanto, ajudar-nos a vencer as dificuldades.

Esta cooperação paciente concretiza-se em vários níveis. Um desses níveis é principalmente o das relações diárias entre os trabalhadores, crentes e ateus, com diferentes visões do mundo: nas fábricas, nas cooperativas, nos escritórios, nas instituições, nas escolas. Essas relações demonstram o desejo de cooperação no que diz respeito às questões essen-

ciais, até mesmo porque a grande maioria dos homens ao organizarem a sua forma de vida e durante o seu trabalho, dá prioridade às suas necessidades reais e, geralmente, aos interesses comuns.

É claro que, para os marxistas, não é indiferente a fundamentação da visão do mundo da actividade social, mas sabem que, no socialismo também existem homens–entre os quais crentes–que–se bem concordem com a prática do socialismo e apoiem a sua construção–não aceitam como sua a teoria marxista. Esses homens são tidos pela sociedade em estima e consideração, em função do seu trabalho e comportamento.

O outro nível de cooperação situa-se no plano de cooperação entre o Estado e as diferentes Igrejas, em tanto que instituições. A separação democrática entre o Estado e as Igrejas fez validar, na vida pública, a soberania do Estado popular e assegurou às Igrejas a possibilidade de prosseguirem normalmente o seu trabalho de propagação da fé, tornou impossível que qualquer pessoa seja prejudicada ou sofra injustiças por professar uma ou outra religião, ou por ser ateu. Existem ainda, naturalmente, questões a resolver entre as Igrejas e o Estado, relacionadas com as actividades específicas das Igrejas e poderá haver, às vezes há mesmo, diferenças de opiniões sobre a maneira de solucioná-las. A experiência demonstra que, por intermédio do diálogo paciente, na atmosfera do respeito mútuo das opiniões, é possível encontrar a solução mais adequada para cada questão, em prol de toda a comunidade.

Está claro que, tanto o Estado, como as Igrejas húngaras, têm relações estabelecidas com os centros mundiais das Igrejas. Depois do acordo assinado em 1964, desenvolvem-se gradualmente as relações entre o Vaticano e o Estado Húngaro, o que permitiu, entre outras coisas, nomear todos os bispos e arcebispos húngaros, entre êles o arcebispo de Esztergom, reorganizar o Instituto Papal Húngaro em Roma e resolver outras questões. Com a discreção e a paciência

necessárias foi possível conciliar as justas exigências do Vaticano com a competência da República Popular Húngara em certas questões pessoais e outras. As Igrejas Protestantes húngaras desenvolvem, há vários decênios, uma actividade frutuosa e positiva no seio do Conselho Mundial das Igrejas, da Conferência Cristã da Paz e noutras organizações internacionais que realizam periodicamente negociações com representantes do governo húngaro.

O terceiro nível das relações situa-se na esfera ideológica. Não consideramos possível barrar as fronteiras existentes entre as diferentes visões do mundo, não consideramos possível o compromisso entre o materialismo marxista e as religiões. O conceito marxista de ideologia no entanto não está circunscrito só à esfera da visão do mundo, no sentido restrito da palavra: também lhe pertencem–como uma projecção dos interesses sociais–todos os ideais que desempenham um papel de importância na regularização da actividade política, económica e cultural. Esses ideais, essas normas–com um outro acento, com fundamentação filosófica diferente–podem estar também, parcialmente, presentes noutras ideologias. O facto de que os marxistas se opõem ideológicamente aos sistemas ideológico e ético da religião, não exclui que–para além das questões económicas e políticas–estejam, até um certo ponto, de acordo–digamos–no que diz respeito aos mandamentos "não matar" ou „não roubar". Mas a verdade é que aos marxistas não basta a proibição pura e simples do que é moralmente condenável, querem também obter e assegurar condições e garantias sociais para eliminar toda e qualquer possibilidade de genocídio, de roubo ou de expropriação pela violência, do trabalho ou dos bens alheios, de falso testemunho, de abusar da boa fé, querem mostrar um caminho positivo no que diz respeito à moral, para ajudarem a criar relações humanas com conteúdo mais nobre e elevado. Nas nossas discussões podemos ter posições muito próximas e semelhantes, mesmo se, como é natural,

não nos esquecemos do conteúdo diferente da nossa visão do mundo e da diferença de ideais existentes.

Mas mesmo essa diferença de visão do mundo merece um estudo muito mais cuidadoso. Marx, na introdução à „Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" escreve que „acabar com a religião, por ser a ilusória felicidade do povo, é o mesmo que exigir a verdadeira felicidade do povo". Este teorema muito importante de Marx aponta um processo histórico muito complexo, um processo que decorre no âmbito das relações de uma longa época histórica. De acordo com esta verdade marxista podemos afirmar que, nos nossos dias, os crentes, na base dos interesses por êles já reconhecidos, ou pelo menos pressentidos, exigem, conjuntamente com os marxistas, a verdadeira felicidade para o povo. Esse tipo de crentes sente-se mais perto do ateismo humanista dos marxistas do que do comportamento hipócrita dos idealistas e fariseus. A confrontação ideológica só conseguiria impedir, na prática, cooperação entre comunistas e crentes, se se perdessem de vista os grandes objectivos históricos comuns, que são determinados pelas actuais condições sociais, nacionais e internacionais, tendo como pano de fundo o perigo da guerra termonuclear.

Nos nossos dias existem, como é natural, ainda muitas pessoas que não conseguem compreender claramente a relação entre as diferenças de visões do mundo e a necessidade de actuar conjuntamente com pessoas com outros ideais. No entanto, há duas coisas que parecem bem claras. A primeira: os marxistas e os cristãos, vivendo num mesmo mundo, devem encontrar soluções comuns para as questões primordiais, devem lutar para diminuir o perigo de guerra, devem dar a sua opinião sobre o capitalismo e o socialismo. A segunda: o marxismo e a religião hão-de viver ainda durante muito tempo lado a lado. Mesmo que esses ideais não concordem, os seus representantes podem, no entanto, colocar-se de acordo sobre as acções comuns que aceitem realizar–mesmo no caso de diferentes motivações ideológicas–a

bem da felicidade humana, em nome do humanismo e contra as chamas do ódio e contra a guerra. Baseando-nos na nossa experiência, poderemos afirmar: é não só necessário, mas também possível–não só possível, mas necessário.

"O Estado socialista e as Igrejas na Hungria" (fragmento). Revista *Világosság*, 1976 n° 10.

Valéria Benke

Em prol do homem que compreende e transforma o mundo

O trabalho é uma condição e um meio primordial para o desenvolvimento integral da personalidade humana e para a formação do homem socialista. Na Hungria socialista o trabalho, se bem que não esteja isento das tarefas parciais, de rotina, já formou, em grande número, trabalhadores com elevado grau de consciência, com vastos conhecimentos e que consideram o seu trabalho, nas empresas, como um trabalho responsável e importante. A democracia no lugar de trabalho, que se desenvolve constantemente, contribuirá substancialmente para esta transformação do homem trabalhador, desde que os trabalhadores colaborem uns com os outros com a consciência de que são êles os donos dos bens comuns.

Há quem não compreende as correlações precisas entre o seu trabalho individual e os interesses da economia nacional e os de toda a sociedade. Para modificar este estado de coisas, necessitamos incrementar o papel das colectividades na qualificação do trabalho e do homem.

Porque não liquidamos os interesses de grupo?–Esta pergunta nos é feita por certas pessoas; outras pessoas fazem-na doutra maneira: Porque é que foi necessário "criar" os interesses de grupo? Nestas perguntas está implícita a confiança depositada no Partido, mas também está o desconhecimento da realidade e uma certa espécie de voluntarismo. Não fomos nós que inventamos ou introduzimos os interesses de grupo e esses interesses nem sequer são uma consequência inerente

só à autonomia das empresas ou à propriedade de grupo. Esses interesses existem e exercem a sua influência mesmo quando não reconheçamos a sua existência ou quando a conhecemos mal. É preferível utilizar a energia disponível para fazer a classificação dos interesses em três partes, classificação esta que todos nós conhecemos: 1°–interesse de toda a sociedade; 2°–interesse de grupo; 3°–interesse individual. Aquêles cuja tarefa é a formação da opinião pública têm ainda muito a fazer para que essa opinião pública conheça verdades elementares. Como, por exemplo, que ao contrário do que se passa no capitalismo–onde o interesse do lucro espezinha todas as outras coisas–a vantagem histórica do socialismo não consiste na inexistência de interesses diferentes. No socialismo também existem interesses particulares. Mas no quadro das nossas relações de propriedade não existe nenhum interesse de classe que impeça a síntese dos interesses individuais, de grupo e de toda a sociedade.

O Partido Operário Socialista Húngaro, também no que diz respeito a este assunto, resolveu seguir o caminho do tratamento aberto e sincero das contradições existentes e procura contìnuamente resolver e conciliar as contradições que, de vez em quando, surgem na repartição da renda nacional e nas correlações entre salários e preços e colocar estas contradições ao serviço dos interesses comuns da sociedade, transformando-as em fôrças ao serviço do progresso social.

A política–além de todas as suas outras funções–é a ciência do reconhecimento, expressão e validação dos interesses. Nas condições e relações do socialismo–onde os interesses básicos coincidem–isto significa a intervenção com conhecimento de causa nos processos da acção. A política, no nosso País, é uma ciência que se situa a um nível mais elevado do que o das ciências especializadas ou administrativas e que o Partido sabe utilizá-la de forma a sintetizar os interesses particulares no interesse geral de toda a sociedade. Nesta sua tarefa de síntese, o nosso Partido se orienta pela teoria marxista-leninista. Se a nossa ideologia conseguiu ganhar

crédito no seio das massas, foi porque soube responder satisfatòriamente às suas perguntas e soube não só mostrar como conhecer e explicar o mundo, mas também como podemos transformá-lo.

Em prol do homem que compreende e transforma o mundo

O ambiente cultural e ideológico e as instituições ideológico-culturais desempenham um papel de inestimável valor na formação do homem colectivo socialista.

Foi em primeiro lugar o nosso sistema de ensino que contribuiu à ampliação do horizonte dos conhecimentos gerais. Neste campo de actividade nos situamos no mesmo nível dos países mais ricos e, se levarmos em consideração o democratismo do nosso ensino, as possibilidades que damos aos filhos dos trabalhadores para prosseguirem os seus estudos, podemos dizer que, conjuntamente com os demais países socialistas, já estamos muito mais adiantados do que esses países mais ricos. Só um povo liberto, um povo que detem em suas mãos o poder, é capaz de fazer tanto neste sentido, como o que temos feito em nosso País apesar das limitadas possibilidades materiais. Um povo cujo operariado e campesinato souberam aliar-se aos pedagogos e a todo o corpo docente, sem o trabalho cheio de sacrifícios, a vocação e a dedicação dos quais as nossas escolas não teriam alcançado os resultados que alcançaram. A ampla extensão das possibilidades de escolarização e a transformação do direito à saúde e à assistência médica num direito fundamental de todos os cidadãos, são duas conquistas que constituem parte essencial do conteúdo da nossa ordem social e que expressam o democratismo socialista e o humanismo do nosso regime.

O desenvolvimento da democracia socialista e a divulgação social, cada vez mais perfeita, que a acompanha, cria

cada vez maiores possibilidades para que a experiência das massas venha à tona. Isto facilita o trabalho da intelectualidade, se bem que, em certa medida, também o dificulte. Visto não haverem conclusões prescritas de antemão, cada qual tem de lutar àrduamente pela sua verdade científica e artística. Vivemos ainda num mundo em que–por causas históricas conhecidas–ainda vivem lado a lado as idéias progressistas e retrógradas, os pontos de vista reais e as intenções simplistas, as belas tradições do nosso passado histórico, a conservar, e as maléficas tradições, os mais belos ideais dos nossos antecessores revolucionários e elementos da maneira de ser e pensar da burguesia, se bem que essa existência simultânea contenha proporções distintas. O espírito comunitário está presente e reforça-se constantemente, entretanto de vez em quando, acentua-se o egoísmo, egoísmo com horizontes estreitos que ainda existe. Dificulta a luta e o trabalho de esclarecimento o facto de que, hoje em nosso País, os diferentes ideais não são representados por classes com interesses antagónicos. Não há linhas de demarcação claramente visíveis, entre a intenção progressista e o preconceito retrógrado que vivem por vezes ao tempo na mesma pessoa.

Somos adeptos da discussão pública, aberta e livre, quando a inteligência investigadora e inquiridora tiver como objectivo desvendar o caminho mais rápido e mais fácil para atingir o fim histórico que almejamos. Assim, consideramos dignos de reconhecimento os debates que se realizam sobre o tema dos sentimentos nacionais, sobre o consciência e sobre o conhecimento da problemática nacional, debates que já obtiveram resultados parciais proveitosos.

O nacionalismo é a mais perigosa das ideias burguesas. Devemos contar constantemente com a sua presença e com a sua capacidade inerente de mudar de face. É um dever histórico dos nossos cientistas e escritores escrever de tal maneira, que ajudem a limpar e purificar os sentimentos nacionais de todo o joio existente e de continuar a cultivá-los ao lado dos ideais do internacionalismo proletário.

Os comunistas que trabalham na esfera cultural e científica têm uma grande responsabilidade na realização dos nossos ideais e aspirações. Não podem aceitar nenhuma das alternativas, falsas ou erróneas, que surjam visto não se permitir nenhuma má interpretação das questões fundamentais da nossa ideologia. Necessitamos de argumentos convincentes e de um trabalho ideológico criador, que ajude à evolução social. Procuramos descobrir e analizar a tempo as novas tendências da evolução e generalizar as experiencias obtidas. Procuramos dar respostas construtivas às questões relacionadas com a evolução da nossa sociedade, realizando uma estreita colaboração entre a investigação científica das ciências sociais marxistas e o trabalho de propaganda. Prosseguimos neste caminho, e temos como objectivo definir ainda mais claramente as nossas perspectivas socialistas e demonstrar a superioridade do modo socialista de vida face ao modo de vida capitalista.

A experiência do nosso Partido, que coincide com a experiência do movimento comunista internacional, demonstra que, na frente ideológica, não há nem pode haver lugar para compromissos. Não podemos separar a luta no interior do País da luta ideológica a nivel internacional. Nós não travamos esta luta isoladamente, mas sim como parte integrante do movimento operário internacional e da comunidade dos países socialistas. Por desejarmos que esta luta seja cada vez mais eficiente, queremos coordenar a nossa luta ideológica com a União Soviética e com os demais países socialistas.

O Partido Operário Socialista Húngaro continuará a fazer tudo o que esteja ao seu alcance para que se cumpra cabalmente as tarefas a êle confiadas no âmbito da colaboração ideológica e, enriquecido com a experiência dos outros partidos irmãos, lutará mais eficazmente pela concretização da coexistência pacífica e, no campo ideológico, contra a propaganda dos nossos inimigos, propaganda esta estranha ao marxismo, como seja a do nacionalismo, do cosmopolitismo

e do maoismo, esta última especialmente nociva. É por isso que o nosso Partido, mais além de desenvolver em larga escala as relações políticas, económicas e culturais com o Partido Comunista da União Soviética, com os partidos irmãos dos países socialistas e com todo o movimento comunista internacional, fortalece e amplia, ao mesmo tempo, a cooperação ideológica com esses partidos e movimentos.

No decurso do XI Congresso do nosso Partido o Comitê Central sublinhou que: "O nosso objectivo principal pode-se resumir no facto de querermos reforçar os ideais marxista-leninistas em nossa sociedade, elevar a influência da concepção socialista do mundo, a consciência socialista das massas, e a moral socialista." Os comunistas devem ir sempre um passo mais à frente do que os não comunistas na concretização dos ideais relacionados com a moral socialista. O tomar de uma iniciativa nem sempre é popular e a participação pessoal pode ser uma coisa arriscada. Porém o que distingue os lutadores pelo progresso social das demais pessoas é que êles aceitam lutar em benefício da comunidade e da evolução social. É, pelas posições que toma, neste aspecto, que se reconhece o revolucionário dos nossos dias, o representante dos ideais e da moral socialistas face às forças retrógradas que o rodeiam e o exemplo da sua vida o testificará. Hoje em dia as condições em que esta luta se trava são nos mais favoráveis do que antes, visto que em nossa sociedade as bases socialistas são mais fortes do que eram no passado.

Não fizemos ainda tudo o que poderíamos ter feito para arrastar para o nosso campo todos aquêles com quem–se bem que não estejamos em tudo de acordo com êles–temos muitos pontos comuns, desde os objectivos a atingir até a intenção de reforçar a consciência, a moral e a vida pública. Se algumas vezes não conseguimos encontrar estes pontos comuns, é porque a crítica–muitas vezes sumária, exagerada–que nos é feita pelos nossos interlocutores, nos confunde, crítica esta que não avalia devidamente os grandes factores da evolução e, por isso, é incapaz de ver duma maneira

realista os meios ulteriores. É por isto mesmo que nós, às vezes, não reconhecemos nessas críticas a boa intenção, a intenção de ajudar. Naturalmente que, entre os nossos interlocutores há pessoas que são incapazes de encontrar o denominador comum para a nossa acção conjunta e construtiva e talvez, haja mesmo, entre êles, quem não queira encontrar esse denominador comum. Há pessoas que confundem ser construtivo com ser conformista e, por isso, se mantêm num estado letárgico, passivo, ou são incentivados por essa confusão a executarem actividades que não trazem nenhum proveito para a sociedade. O que lhes causa problema é saberem que, se se unem a nós, terão também que aceitar a responsabilidade pelos prováveis erros que cometerão e isso silenciará as suas críticas.

Somos da opinião que o homem que pensa vê sempre o mundo de um modo crítico. Mas toda e qualquer pessoa que nos queira ajudar a melhorar a sociedade, deve, em primeiro lugar, fazer um exame de consciência, para estar seguro de que aceita realmente ajudar a construir o socialismo real, o socialismo existente e não uma imagem idealizada do socialismo, perfeita em todos os seus aspectos. Deve saber, também, que só uma força organizada é capaz de actuar, com êxito, na formação da nova sociedade e todo aquêle que queira actuar, influenciar esta formação, deve saber identificar-se com essa força organizada, que tem capacidade de actuação. E é aqui onde se dá a separação entre um revolucionário e um utopista, porque este último não é capaz de realizar actos constructivos ou, se o é, não o quer fazer, isto porque, perseguindo o sonho do socialismo ideal, coloca de lado tudo o que é real e o que se está construindo.

Todos aquêles cientistas, médicos, engenheiros e outros intelectuais da geração anterior que, não tendo sido membros do Partido, construiram conosco este socialismo real, e ajudaram convertê-lo em nosso lar, jogaram um papel de grande importância na obtenção dos resultados por nós alcançados.

O nosso povo anseia uma Arte que o ajude a conhecer-se

melhor, e que o ensine os ideais de uma vida humana mais justa.

Temos escritores e artistas que ainda não conseguiram encontrar o caminho para se fazerem compreender pelas massas populares e as suas inovações artísticas são compreendidas só por minorias privilegiadas ou nem sequer por elas. Nós sabemos que, na história da literatura e da arte universal, houveram génios que não foram compreendidos, nem pela critica, nem pelo grande público, mas também sabemos que nem todos os incompreendidos são génios, longe disso. É uma lástima que actualmente a inovação tornou-se, por assim dizer, convencional e a procura espasmódica da inovação formal dá origem ao que muitas vezes não se sinta o apêlo, o fascínio que uma obra de arte deveria irradiar, não se sinta a atracção por uma vida mais justa, mais rica em conteúdo, e o convite para sermos melhores amanhã, do que até hoje o fomos.

Os artistas que irradiam a moral socialista, que são um exemplo de vida a seguir, exemplo e moral com o qual pode-se identificar um povo que constrói o socialismo, sabem aproveitar as possibilidades de criação que lhes são concedidas e a obrigação que lhes é imposta pela História.

O Partido Operário Socialista Húngaro, ao definir a sua política artística, nunca parte do princípio que, no nosso País, já existe um público homogêneo, capaz de compreender e assimilar com facilidade as obras de valor. Nas decisões que tomamos sobre a cultura nacional, sobre crítica e outros assuntos, temos sempre o maior cuidado em incluir medidas tendentes a elevar a capacidade de assimilação e mesmo de exigência, por parte do grande público, de obras de nível mais elevado. Os órgãos de informação, a imprensa, a rádio e a televisão cumprem tarefas de grande responsabilidade para a concretização destes objectivos. A informação objectiva, a palavra de esclarecimento e o prazer encontrado em obras de arte com conteúdo nobre são, as vezes capazes de fazer aumentar a capacidade crítico-política dos homens

e a sua sensibilidade artística, a sua capacidade de assimilação.

Esta concepção pressupõe um grande número de educadores e propagandistas entusiastas, com formação sólida e de grande espírito de sacrifício, pressupõe um grupo de trabalhadores científicos e artísticos da vida ideológica, do ensino e da Cultura, trabalhadores conscientes de que estão a oferecer valores, bens que enriquecem aos seus camaradas trabalhadores. É evidente que, se quisermos fazer com que algumas pessoas se sentem numa mesa cheia de guloseimas, teremos de convidá-los com palavras amigáveis e não fazendo estalar um chicote. Por isso, todo aquêle que queira difundir e tornar atraente os valores da Cultura e da maneira socialista de viver, tem que aprender muito bem este trabalho de persuação, de criar exigências, por meio do convite amigável.

É também com as acções diárias, com a resolução coerente das tarefas de cada momento, que conseguiremos atingir os objectivos, ainda longínquos, porém já definidos, da vida ideológica e cultural. Foi a realização simultânea das nossas tarefas fundamentais e das acções do dia a dia que contribuiram para que o nosso povo e o ideal socialista se tornassem inseparáveis.

A política do nosso Partido orientou e orienta de tal maneira os principais processos sociais, que podemos sempre ter em consideração os diversos elementos que predominam na vida social e se influenciam reciprocamente. Levando em consideração os sentimentos nacionais, as contradições existentes, os hábitos individuais, as condições de vida e as aspirações de todos é que conduzimos o nosso povo ao caminho do socialismo, fazendo prevalecer as leis gerais e internacionais do socialismo. Foi assim que as exigências e aspirações socialistas se apossaram de milhões e milhões de pessoas. Hoje em dia, os anseios e aspirações da esmagadora maioria do nosso povo já coincidem com o nosso programa de desenvolvimento socialista da sociedade. Foi por isto mesmo que, plenos de justificada confiança e esperança, nos lançamos

na tarefa de generalizar as novas formas de relações humanas, de consciência, de maneira de ser e pensar, formas essas que têm um conteúdo mais rico. É nestas condições que nós trabalhamos e parafraseando o nosso poeta Mihály Váci, somos aquêles a quem "a História deu possibilidades, ordens e também meios".

"Intervenção no XI Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro" (fragmento). *Az MSZMP XI. Kongresszusának jegyzőkönyve* [Actas do XI Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro]. Editorial Kossuth, Budapest, 1975. págs. 238–250.

Béla Biszku

A política da classe operária é a política do povo

O Primeiro de Maio é a festa da solidariedade operária. A nossa classe operária e o nosso povo festejam condignamente esta data como os sucessos alcançados na construção socialista e como participantes activos na luta de classes internacional. Desfilamos, demonstramos acreditar firmemente na nossa causa comum, examinamos os resultados e as vitórias alcançadas para, assim, com maior firmeza e determinação, com mais força e maior querer prosseguirmos no nosso dia a dia a luta e o trabalho para alcançar os nossos objectivos.

A política do nosso Partido determina o caminho seguro e aceito, para a elevação contínua do bem-estar do povo e da classe operária.

As decisões e directivas determinadas na reunião de Março do Comitê Central estão sendo discutidas em diversos foros em reuniões das organizações do Partido. Segundo as informações que obtivemos, os membros do Partido e amplas camadas da nossa opinião pública aprovam e apoiam essas decisões. As organizações sociais e do Partido, as instituições estatais, criaram, com a sua actividade consciente, as condições necessárias para dar a conhecer o melhor possível as decisões e directivas tomadas, para que estas sejam correctamente interpretadas e totalmente executadas. Este trabalho já começou e prossegue.

Ocupar-me-ei aquí, entre o completo material da reunião de Março do Comitê Central, só de algumas coisas relaciona-

das com as directivas sobre o desenvolvimento do papel social da classe operária e o melhoramento da sua situação.

As directivas sobre a classe operária são parte integrante e continuação lógica da nossa política. Leva em consideração as circunstâncias modificadas e as necessidades possíveis ou prováveis, a longo prazo, da construção socialista.

Estas directivas espelham objectivamente que o Partido Operário Socialista Húngaro prossegue uma política que expressa os interesses diários e os objectivos a longo prazo da classe operária. A política do Partido é uma política de classe, que corresponde aos interesses de todo o povo. Este facto ficou expresso em numerosas disposições do Partido e do Estado, sobretudo nas decisões dos Congressos do Partido, recentemente nos do X Congresso. É do conhecimento geral que a reunião de Novembro de 1972 do Comitê Central, que teve como objectivo controlar o cumprimento das decisões do X Congresso, chegou à seguinte conclusão: prossegue com êxito, no nosso País, a construção do socialismo; o papel dirigente da classe operária é uma realidade e o reconhecimento do seu valor pela sociedade é um facto. Ao mesmo tempo sublinha que, no entanto, é necessário tomar novas decisões e medidas relacionadas com certos aspectos desta questão. A reunião de 28 de Novembro de 1973 do Comitê Central concluiu que estão a ser devidamente cumpridas as decisões tomadas um ano antes e que estas têm uma influência política favorável. As decisões relacionadas com o desenvolvimento da produção, com o nível de vida e com a política social estão a ser cumpridas de acordo com o espírito das directivas do Partido. O cumprimento das decisões do X Congresso ganhou uma nova força e importância, reforçou-se o papel dirigente da classe operária, reforçou-se a aliança operário-camponesa, a unidade socialista nacional desenvolveu-se.

Quando desejamos determinar o ritmo e o rumo do nosso desenvolvimento futuro, devemos sempre pensar quais serão as influências que se exercerão sobre toda a nossa sociedade,

sobre a classe dirigente, de que maneira se irá reforçar e desenvolver o peso e o papel da classe operária. Por outras palavras: devemos sempre contar com todo o tipo de influências que advêm da nossa política e da nossa construção socialista. Isto explica porque foi necessário determinar com precisão as tarefas complexas prescritas pelas directivas do Comitê Central.

Estas directivas significam, tanto teórica, como pràticamente, uma posição firme para assegurar o papel dirigente da classe operária, para incrementar e assegurar a política planificada de ajuda aos trabalhadores e para combater eficazmente a opinião errada dos que negam a actualidade de tais tarefas. Ajudam a que os trabalhadores que se distinguem pelo seu trabalho na produção, que se interessam verdadeiramente pela vida pública, tenham maiores possibilidades do que até aqui de exprimir a sua opinião sobre os assuntos das empresas, do País e da política internacional. O estimular, educação dos trabalhadores neste sentido, o aproveitamento das experiências positivas dos operários, impõe ao Partido, ao Govêrno e aos organismos sociais a necessidade de prosseguirem um trabalho consciente e cheio de responsabilidades.

É uma questão de princípios do Partido considerar como sua obrigação dar a conhecer à toda a nossa sociedade a importância do papel social e político da classe operária e de que esse papel é determinante na produção da renda nacional. Os trabalhadores conscientes sempre souberam e continuam a saber a importância e o valor do seu trabalho, os benefícios econômicos que advêm da actividade productiva e a influência social deste trabalho. Sabem porque e quando devem-se sacrificar em prol dos grandes objectivos socialistas. Conheçem e respeitam os esforços dos seus aliados, do mesmo modo que as outras camadas trabalhadoras da sociedade também sabem que os resultados dependem da qualidade e quantidade do seu próprio trabalho e também do papel desempenhado pela classe operária no desenvolvi-

mento geral da nossa sociedade. Tendo tudo isto em consideração, continuaremos a fortalecer a aliança operário-camponesa, a solidariedade entre todos os trabalhadores.

Da política do nosso partido, das exigências e desejos do desenvolvimento, depreendemos claramente a necessidade de reforçar a aliança operário-camponesa, de desenvolver a política de alianças, e a unidade popular nacional. Porque sabemos, por experiência própria, que os interesses dos trabalhadores, os interesses de todas as camadas de trabalhadores coincidem nas questões essenciais. O teorema marxista-leninista que diz que a classe operária só poderá verdadeiramente se libertar, ao mesmo tempo, libertar todos os trabalhadores da opressão e exploração e, conjuntamente com êles, criar a sociedade socialista, que garanta a vida digna de homem, e que tem sentido o bem-estar e o enriquecimento intelectual para todo o povo, já foi comprovado na prática.

As experiências adquiridas durante a formação, defesa e desenvolvimento do poder operário nos ensinam que, de futuro, devemos continuar a tratar com o devido cuidado e a reforçar de forma consequente a base de classe do poder que é a aliança operário-camponesa e que também devemos continuar a tratar com a devida atenção as nossas relações com as outras camadas da população trabalhadora. As decisões do X Congresso, assim como os pontos de vista do Comitê Central que têm como objectivo controlar e ajudar o cumprimento dessas decisões, que são a garantia do nosso desenvolvimento socialista, obrigam-nos a prosseguir esta política.

Claro que a estabilidade política nunca significa imobilidade, rigidez, nunca pode conduzir a que ponhamos de lado as experiências novas e as lições sociais adquiridas. Certos pontos de vista e processos que, em determinada altura do desenvolvimento, demonstraram ser correctos e actualizados, tornam-se, com o tempo, inadequados, podem tornar-se mesmo pesos mortos no processo do trabalho e no cumprimento das tarefas, se não os actualizarmos e não conseguirmos corrigi-los de acordo com as exigências do desenvolvimento. O nosso Partido caracteriza-se por estudar sistemàticamente a realidade, por seguir com grande atenção as mudanças efectuadas na nossa política, pelo seu espírito aberto em relação às exigências do desenvolvimento. O Partido Operário Socialista Húngaro, como factor e força governativa, possui a capacidade de compreensão necessária e análise, que é absolutamente indispensável para uma actuação bem fundamentada, responsável e eficaz. Este facto é demonstrado por toda a sua actividade. A estabilidade–a que já me referi–é a estabilidade dos princípios básicos e da linha política fundamental, que não se modifica. As questões políticas secundárias, parciais, as soluções concretas utilizadas em certos casos, podem variar segundo as necessidades–e variam–sendo necessário corrigir e aperfeiçoar, a sua concretização com espírito auto-crítico.

Um dos sinais mais evidentes da realidade que vai-se transformando e do desenvolvimento é a mudança de estructuras sociais que vem ocorrendo nos últimos quinze anos. A principal característica deste processo é que–a par do seu papel determinante–aumentaram os contingentes da classe operária, a sua situação transformou-se e reforçou-se a sua aliança com o campesinato e com as outras camadas trabalhadoras.

A nossa classe operária, para além da sua vocação histórica, da sua firme posição política e ideológica, tornou-se a maior, a mais numerosa classe da nossa sociedade. Três dos cinco milhões dos assalariados activos são operários. Nas fileiras da classe operária encontram-se cada vez mais mulheres e jovens. Se desenvolveu a consciência dos operários, aumentaram os seus conhecimentos profissionais e o seu nível cultural. A sua repartição nas distintas regiões do País tornou-se mais regular. A classe operária está presente e influencia a vida social em todos os ramos da indústria e em todas as regiões importantes do País.

O desenvolvimento complexo e variado da classe operária é uma consequência lógica e natural da construção da socie-

dade socialista. Este desenvolvimento exige, naturalmente, que a classe transforme os seus novos membros convenientemente, faça deles operários no verdadeiro sentido da palavra. Mas há ainda uma série de questões que se põem em relação a este assunto.

O Comitê Central considera importante melhorar a proporção dos operários no seio do Partido. Por altura da reeleição dos orgãos do Partido deve aumentar a percentagem de trabalhadores manuais que se interessam pelas questões de política social e da vida pública, em todos os corpos dirigentes. Devemos reforçar o processo já começado e que permite que operários com boas capacidades, depois de uma formação conveniente, possam ocupar postos dirigentes.

O Comitê Central define as suas posições teóricas sobre importantes questões econômicas e políticas. Assim, por exemplo, ao tomarmos decisões relacionadas com a produção e com a política de salários, devemos procurar obter que as vantagens das grandes empresas socialistas–sobretudo das empresas com um esquema organizativo mais elevado–se concretizem melhor e mais eficazmente. Para tal, necessitamos prestar muita atenção a que não surja uma situação insustentável, a saber que, ao mesmo tempo que essas empresas desempenham um papel determinante na produção, com a sua coparticipação substancial, na formação da renda nacional, não têm possibilidades materiais de desenvolvimento que correspondam ao seu peso real e os seus trabalhadores não tem salários tão elevados como deveriam ter. Isso iria violar os nossos interesses essenciais e iria causar confusões no nosso progresso.

Outra coisa que não podemos perder de vista, nos próximos anos, é que devemos fazer todos os esforços possíveis no sentido de melhorar as condições habitacionais dos operários, especialmente dos operários trabalhando nas nossas empresas mais importantes. Devemos estimular e apoiar as iniciativas das grandes empresas, encaminhadas a construir moradias para os operários, assegurando que as demandas

de moradia das camadas operárias, de baixo e médio ingresso, sejam satisfeitas em primeiro lugar por meio das moradias de propriedade estatal e cooperativa. Nos próximos anos também nos preocuparemos para solucionar convenientemente os problemas habitacionais das famílias operárias numerosas.

O Comitê Central ocupou-se também com os problemas relacionados com a democracia nas empresas. Partiu do princípio que é o Partido que faz validar o papel dirigente, do ponto de vista político, da classe operária e, por isso, o Partido tem também um importante papel a desempenhar no desenvolvimento da democracia no local de trabalho. Chegou à conclusão de que só é possível desenvolver a democracia, se os foros da democracia nas empresas funcionarem realmente com possibilidades de tomarem decisões e medidas concretas em certos assuntos e, para tal, se lhes forem concedidos os direitos necessários para assim o fazer. Para tal é necessário aperfeiçoar a democracia nas empresas; as organizações do Partido, os sindicatos, os representantes da Federação das Juventudes Comunistas devem, neste sentido, realizarem iniciativas comuns. Ao mesmo tempo devem-se preocupar em ajudar ao nascimento de soluções constructivas, nesses foros, as organizações do Partido utilizam toda a sua influência e capacidade de persuação, no sentido de que nasçam pontos de vista comuns entre as organizações sociais, os operários e a direcção econômica.

O Comitê Central definiu a sua posição teórica em relação a todos estes assuntos, mas só em linhas gerais. Determinou que sejam as organizações do Partido, sociais e de Estado competentes que discutam em pormenor estas tarefas e que, depois de consultarem os trabalhadores interessados, determinem os passos concretos a dar. Estamos certos que este processo ajuda a desenvolver a democracia nas empresas, aumenta o espírito de iniciativa dos organismos e organizações locais e, ajudando a incrementar a actividade dos

trabalhadores, faz avançar este processo e contribui à solução dos problemas que apareçam.

Devemos estudar, com o sentido de responsabilidade, que emana do facto de ter o poder todas as questões essenciais existentes e elaborar planos adequados para a solução das mesmas. Temos de trabalhar com a consciência de que a vida diária é formada por muitas e diversas dimensões humanas, desde o salário real e o estado de espírito de cada indivíduo, até às necessidades e desejos de cada um. Devemos também ocuparmo-nos com os assuntos que nos dizem respeito, pensando sempre na vida real, nas questões, problemas e desejos existentes, fazendo sempre política. Devemos medir sempre com cuidado quais são as coisas que necessitamos do ponto de vista do desenvolvimento e quais são as necessidades que podemos satisfazer, tendo em consideração as nossas possibilidades reais.

É por isso que o Comitê Central considera oportuno que, para além das soluções parciais, a curto prazo, se elabore um sistema de decisões que possa ajudar a aumentar o peso e a influência da classe operária em todas as esferas da vida que assegure o fortalecimento do papel dirigente dessa classe e o melhoramento contínuo da sua situação. Devemos estar conscientes, quando trabalhamos no cumprimento destas tarefas, de que, numa atmosfera onde domina a improvisação e o formalismo vazio, fàcilmente pode ganhar terreno a demagogia, o falso revolucionarismo e o romantismo operário. São aquêles que trabalham em prol do socialismo, que fazem tudo que esteja ao seu alcance para que aumente a propriedade socialista e para melhorar as condições de vida que servem verdadeiramente bem a causa dos operários. Menos conversa, mais trabalho diário: é assim que se serve realmente os interesses da classe operária e do povo trabalhador.

As iniciativas tomadas pelas colectividades de trabalhadores das fábricas e das cooperativas, as suas ofertas de trabalho voluntário, por ocasião dos festejos do 30° aniversário da Libertação do nosso País e da realização do XI Congresso do Partido, no próximo ano, demonstram a confiança depositada na nossa política e no seu cumprimento. São as brigadas socialistas, como de costume, que mostram o caminho a seguir para o cumprimento destas tarefas. Os operários, os trabalhadores são os elementos essenciais para a nobre emulação entre as colectividades das empresas, para a concretização dos nossos planos.

O nosso Partido começou os preparativos para a realização do seu XI Congresso num clima favorável. Isto significa que a classe operária, com a cooperação do povo trabalhador, concretiza com êxito as tarefas determinadas no X Congresso. O XI Congresso, depois de analisar os resultados obtidos na construção política, social, econômica e cultural, determinará as tarefas futuras de construção do socialismo. Trabalhemos para conseguir atingir este objectivo, porque haverá de amadurecer o fruto do nosso trabalho.

A política da classe operária é a política do povo. Diário *Népszabadság*, 1 de Maio 1974.

Béla Biszku

O papel do Poder do Estado na fase da construçao socialista

A teoria revolucionária da classe operária, o marxismo-leninismo ensina aos partidos comunistas que devem-se ocupar, com especial atenção e com grande cuidado, da vida do Estado e das questões relacionadas com o trabalho estatal. Isto é válido para todas as fases da luta revolucionária. A diferença na apreciação do carácter do Estado, da importância do Poder estatal, do trabalho dos organismos estatais é uma das principais linhas de demarcação, teórica e política, entre os partidos verdadeiramente revolucionários e os partidos oportunistas.

Dos ensinamentos do marxismo-leninismo deduz-se claramente que: os partidos comunistas–ao contrário das tendências oportunistas–ampliam o conceito da luta de classes, tornando-o extensível à derrubada do Estado burguês, à sua liquidação, de mesmo modo que à instauração do poder da classe operária, à instauração da ditadura do proletariado. Os partidos comunistas consideram que, depois da tomada do poder, o Estado da classe operária, já na fase de construção da nova sociedade, é o principal instrumento para a edificação do socialismo.

A história legitimou perfeitamente a conhecida definição de Marx. "Há um período entre a sociedade capitalista e comunista, durante o qual a sociedade capitalista se transforma em sociedade socialista. A este período corresponde também um período político de transição, durante o qual o

Estado só pode revestir uma forma, a forma de ditadura revolucionária do proletariado."

A tarefa mais importante das revoluções proletárias é a tomada do poder estatal pela classe operária. Nesse sentido existiam ainda muitas questões ideológicas por esclarecer, questões estas que estavam relacionadas com o poder estatal. Coube à teoria marxista-leninista sobre o Estado a tarefa de descrever rigorosamente a razão de ser, a essência e conteúdo de classe e as funções do poder estatal. Isto tornou-se absolutamente necessário porque as teorias burguesas que falavam do Estado acima das classes, tendo por função servir "o interesse público" escondiam assim como escondem hoje o verdadeiro carácter do Estado burguês, o seu carácter de classe. A teoria marxista-leninista sobre o Estado surgiu através da aplicação dos teoremas do materialismo histórico, da denúncia e refutação dos pontos de vista burguês e pequeno-burguês, e continuou a se desenvolver nas relações de construção socialista.

Nos últimos quinze anos, por intermédio de diferentes resoluções e documentos declaramos, defendemos teòricamente e demonstramos que o nosso Estado socialista, se tivermos em consideração o seu conteúdo de classe, não pode ser outra coisa–e não o é–que não seja a ditadura do proletariado, ou seja, o poder da classe operária. Chamamos também a atenção para o facto de que tudo isto não nos deve conduzir a um estado de espírito de auto-satisfação, fechado e, principalmente, não nos deve conduzir ao isolamento. Mais além de conservarmos o papel de dirigente da classe operária, devemos trabalhar assíduamente para reforçar a aliança entre a classe operária e o campesinato, aliança que é a base de classe da ditadura do proletariado. A confiança depositada no nosso Estado, o apoio que lhe é concedido por todas as classes e camadas progressistas da nossa sociedade, baseia-se nesta aliança de classes. Portanto, quanto mais capazes formos para representar e defender os interesses diários e a longo prazo de todas as classes

trabalhadoras, mais forte será o poder da classe operária; e desta forma as massas populares confiariam mais no Estado, apoiando-o activamente com o seu trabalho e comportamento. Esta tendência, esta exigência prevalecem e se refletem na política de alianças do Partido.

Durante a explicação das questões relacionadas com o Estado, já dissemos também várias vezes que é incorrecto tratar a ditadura e a democracia como se entre elas existissem contradições irreconciliáveis, que se excluem mutuamente. No caso do Estado socialista formam um todo, constituem uma unidade dialéctica. Nos últimos anos colocamos na ordem do dia o desenvolvimento da vida estatal e da democracia socialista. Mas isto tem, no entanto, um conteúdo político bem determinado. O aprofundamento e aperfeiçoamento da democracia socialista servem para fortalecer a ditadura do proletariado e para ajudar o funcionamento mais eficaz da direcção central. A democracia é a condição essencial da sobrevivência da ditadura do proletariado, o ar tonificante que a fortalece. Defende-nos da deturpação do conceito de ditadura, da burocratização, assegura também que o poder do Estado não perca de vista os interesses históricos e diários da classe operária e das outras classes trabalhadoras, suas aliadas. A democracia socialista não vai contra a ditadura do proletariado, nem tem por missão substitui-la. O facto de, nos nossos dias, ser o próprio Partido, o Estado e os seus organismos centrais a incentivar e ajudar o florescimento da democracia socialista, demonstra claramente a unidade entre democracia e ditadura.

Ao mesmo tempo que definimos sem equívoco o carácter de classe do Estado socialista, expressamos a nossa convicção de que a função da ditadura do proletariado pode mudar durante o processo de construção da nova sociedade. Também concluimos várias vezes que, nos últimos tempos, constituem tarefas prioritárias a realizar: a construção económica, a organização do trabalho ideológico e do trabalho cultural-educacional. Foram as circunstâncias objectivas que influen-

ciaram tudo isto. Por exemplo, modificaram-se as funções repressivas internas, como consequência da diminuição considerável da força, resistência e actividade do inimigo de classe, que se deve principalmente ao facto deste inimigo ter-se visto privado do seu poder político e da sua base económica–depois da liquidação, como classe, da burguesia. Se as condições objectivas se modificarem–por exemplo, se se incrementar a actividade do inimigo de classe–então com certeza as funções do Estado se modificarão de acordo com essa mudança.

De acordo com tudo o que foi dito, depreende-se que é necessário defender e aperfeiçoar constantemente a ditadura do proletariado e o Estado socialista. Sem existir um forte poder do Estado, sem uma organização estatal que funcione convenientemente, não é possível construir o novo sistema social, o socialismo.

Continuamos a considerar correctas e válidas as conclusões dos clássicos do marxismo-leninismo sobre a lei da extinção do Estado. Continuamos a afirmar que o Estado socialista se tornará desnecessário e, consequentemente, se extinguirá quando se alcance um grau superior de desenvolvimento social. Os nossos clássicos também se referem de que a ditadura do proletariado funcionando no interesse da grande maioria, já não é, por isso–e só deste ponto de vista–um simples aparelho de repressão, tornando-se cada vez mais um organismo administrativo. Assim, o começo da extinção gradual do Estado começa já no momento da formação do Estado de novo tipo, do Estado da ditadura do proletariado.

As teses que se ocupam do estudo sobre a extinção do Estado advertem-nos de que a perspectiva do Estado socialista é totalmente diferente da do Estado explorador. Enquanto êste último será fatalmente desintegrado, mais tarde ou mais cedo, pelas classes revolucionárias, o Estado socialista se extinguirá por si só.

O desenvolvimento histórico ainda não permitiu que se

possa, no momento, determinar a extinção do Estado, a forma e o caminho concreto para lá chegar. Levando em consideração o estado de desenvolvimento actual da nossa sociedade, seria difícil determinar com precisão quando, em que fase do desenvolvimento se extinguirá e de que maneira. É provável que, depois da ditadura do proletariado, haja um Estado socialista com bases populares mais amplas, característico do período de transição do socialismo para o comunismo. Esta fase de desenvolvimento é ainda hoje objecto de investigação científica. Uma das grandes tarefas dos nossos trabalhadores científicos consiste em ajudar o Partido a preparar-se teóricamente para o futuro e a informar-se convenientemente sòbre as fases e caminhos do desenvolvimento da vida estatal.

As principais fases do desenvolvimento da vida estatal

Os Congressos do nosso Partido desempenharam, nos últimos quinze anos, um papel determinante no desenvolvimento do trabalho do Estado, na elaboração das questões teóricas e práticas relacionadas com o mesmo e na determinação das tarefas a executar.

O VII Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro, realizado em fins de 1957–analisando os ensinamentos do ataque contra-revolucionário de 1956–resumiu as experiências adquiridas da seguinte maneira: uma das condições principais para defender e desenvolver o poder do Estado e o seu trabalho é uma tomada de posição clara e firme, a apreciação correcta do carácter de classe do Estado socialista, do seu papel e de suas perspectivas. De acordo com as determinações do VII Congresso, o Comitê Central desenvolveu árduos esforços para que o Partido e toda a sociedade tivessem uma posição teórica correcta em relação às questões básicas da teoria sobre o Estado.

No final do ano de 1962, na altura em que se realizou o VIII Congresso do Partido, surgiu a exigência de desenvolver com mais vigor o trabalho do Estado. O Congresso reconheceu, de forma correcta, que as transformações profundas em curso em nossa sociedade exigem e permitem modificações importantes na vida e no trabalho estatais. O VIII Congresso levantou a questão da necessidade dessas transformações, analisando-a sob diversos prismas.

Em primeiro lugar chegou à conclusão de que, com a reorganização socialista da agricultura e com a modificação das relações de propriedade, em nossa sociedade triunfou o socialismo. Com o lançamento das bases do socialismo criamos novas possibilidades de aperfeiçoamento do trabalho estatal. Em segundo lugar: o aumento das possibilidades e das tarefas de construção do socialismo que se perfilam, exigem um trabalho mais complexo e de maior nível por parte dos organismos estatais. Em terceiro lugar: pareceu-nos conveniente examinar também as novas possibilidades de aperfeiçoamento do trabalho estatal, possibilidades que aparecem como consequência das transformações na estrutura social.

No início dos anos sessenta surgiram internacionalmente novas experiências no que respeita à construção do Estado, surgiram novos problemas relacionados com a interpretação do conceito de Estado socialista. Há em alguns países socialistas, entre várias outras, duas correntes de opinião extremistas. Uma, pretende lutar contra o chamado estadismo e considera que o Estado é só uma instituição burocrática, devendo por isso ser totalmente substituido pela autogestão social geral. A outra, destaca, entre todas as funções do Estado a função repressiva–independentemente do período em que se viva–desprezando as funções econômico-organizativa e cultural-educacional. Por detrás destas duas concepções extremistas esconde-se a teoria segundo a qual poder e democracia são dois conceitos antagónicos e, portanto,

inconciliáveis. Na realidade formam um par contraditório dialècticamente interligado.

O VIII Congresso do Partido determinou o caminho correcto, no que respeita a linha directiva principal para o aperfeiçoamento do trabalho dos organismos estatais. O partido tomou uma posição correcta quando expressou a ideia de que devemos nos apoiar cada vez mais na actividade do povo trabalhador para resolver o melhor possível os assuntos de interesse público. A decisão de instituir a fiscalização social do trabalho dos organismos estatais e de ampliá-la cada vez mais também tem a sua razão de ser. Também chegou à conclusão de que é necessário e conveniente ampliar a autonomia econômica e política dos concelhos municipais e distritais.

Mas, na realidade, o VIII Congresso só fez prever a existência de maiores possibilidades e de exigências mais elevadas no que respeita ao desenvolvimento do trabalho estatal. O estudo da vida estatal intensificou-se e o Congresso chamou a atenção da opinião pública para o uso de métodos mais novos e modernos. O Congresso, com esta sua exigência de aperfeiçoamento do trabalho estatal, iniciou um importante processo político-social.

O desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho estatal começaram, portanto, a partir dos anos sessenta. Porém a problemática da vida estatal estava presente na opinião pública e no Partido mais como um desejo social do que como um programa concreto de trabalho.

Já em 1966, o IX Congresso do Partido avançou muito mais neste sentido e transformou as exigências sociais em realidade. Chamou a atenção do Partido e do aparelho do Estado principalmente para a necessidade premente de incrementar e melhorar o trabalho político-teórico, as investigações teóricas. Demarcou precisamente quais são as esferas que são necessárias estudar e analisar, quais são as esferas que mais necessitavam ser transformadas.

Concluiu também que o estudo da vida estatal deve servir

a dois fins. Em primeiro lugar: aperfeiçoar o conteúdo e a especialização do trabalho político do Estado. Em segundo lugar: desenvolver a democracia socialista, reforçar os traços democráticos do poder operário e, consequentemente, criar um grau maior de eficiência à função directiva do Estado.

Baseando-se na decisão do Congresso, o Comitê Central e o Conselho de Ministros elaboraram um plano conjunto e ampliaram o trabalho analítico e de avaliação à quase todas as esferas de importantes actividades. Desta forma iniciamos a revisão do trabalho dos organismos estatais nas seguintas esferas de actividade: questões constitucionais da nossa sociedade e da nossa organização estatal; desenvolvimento do trabalho do poder executivo e legislativo; aperfeiçoamento do nosso sistema eleitoral; desenvolvimento da actividade econômica e do papel social e político dos nossos concelhos municipais e distritais; aperfeicoamento da jurisdição e do aparelho judicial; análise do trabalho administrativo do Estado e elevação de sua eficiência; orientação e direcção dos organismos do Estado pelo Partido.

O X Congresso do nosso Partido reforçou o seu apoio e concordância a esta forma de resolução das tarefas, aprovou o trabalho até então realizado e autorizou o Comitê Central a prosseguir o trabalho iniciado.

Entre as tarefas determinadas pelo Congresso salientamos que, em virtude do trabalho preparatório já ter sido completamente executado, o Partido e o Estado tomaram importantes decisões: em 1970 voltamos a aperfeiçoar o sistema eleitoral, no que diz respeito as eleições para deputados e para os Concelhos municipais e distritais, modificamos a lei eleitoral e em 1971 elaboramos uma nova lei para incrementar o desenvolvimento da actividade econômica dos concelhos e do seu papel social e político.

O aperfeiçoamento do sistema eleitoral

Nos anos anteriores–mesmo em 1963–os deputados eram eleitos em listas eleitorais, os membros dos concelhos municipais por circunscrições eleitorais individuais. Nas eleições de 1967 acabamos com as eleições por listas para deputados. Os deputados passaram também a ser eleitos por circunscrições eleitorais individuais e criamos a possibilidade de apresentação de várias candidaturas em cada circunscrição eleitoral. Esta tendência também foi reforçada com modificações posteriormente introduzidas. Nas eleições de 1971–tendo em consideração as experiências adquiridas–atribuimos maior importância às reuniões eleitorais preparatórias para apresentação de candidatos. Criamos as condições necessárias para incentivar a apresentação de mais de uma candidatura por cada circunscrição eleitoral, especialmente naquelas onde julgámos ser mais conveniente fazê-lo.

Corresponde às nossas aspirações a eleição de pessoas que não são membros do partido e que representam as classes e camadas aliadas nossas, pois desta forma essas classes e camadas estariam devidamente representadas na Assembléia Nacional. Em 49 das 352 circunscrições eleitorais apresentaram-se dois ou mais candidatos. Naturalmente que esta inovação, como todas as outras inovações que servem ao progresso, não teve o apoio unânime, havendo quem colocasse objecções e dúvidas sobre sua importância e validade. No entanto, a esmagadora maioria das pessoas com direito a voto compreendeu a importância da modificação da lei eleitoral e–como o resultado das eleições o demonstra–soube devidamente utilizá-la.

Nas últimas eleições para o Concelho Municipal da capital e para os concelhos distritais introduzimos o sistema eleitoral indirecto.

Ao princípio houve quem estivesse sobre aviso–e é possível que haja ainda quem o esteja–que a introdução do sistema eleitoral indirecto é uma limitação do democratismo eleitoral. Segundo a nossa opinião, a prática demonstrou que não o é. As eleições indirectas não restringiram a democracia, em certo sentido até a desenvolveram. A introdução deste sistema justificou-se plenamente nas eleições para o Concelho Municipal da capital e para os concelhos distritais e, essas eleições, não violam o sistema eleitoral socialista–o sufrágio universal, directo, secreto e igual para todos–porque esses concelhos situam-se a um nível intermédio entre os concelhos municipais e o aparelho superior do Estado. Com a introdução do sufrágio indirecto–e isto é de capital importância–aparecem perspectivas mais reais–porém só perspectivas–para o controlo de baixo para cima, por parte dos concelhos municipais locais, do trabalho dos membros desses concelhos intermédios e, se necessário, pode ser lhes retirado o mandato. Todos os membros dos concelhos que não cumpram cabalmente as suas funções já podem ser, na práctica, destituidos, porque existe um organismo que funciona permanentemente e que os vigia que é o concelho municipal local ou de bairro.

Pode-se dizer tudo isto de outra maneira: com o novo sistema eleitoral aumentou a dependência dos concelhos distritais e do Concelho Municipal da Capital, em virtude de serem ainda mais estreitamente fiscalizados pelos concelhos municipais locais e, por intermédio dêstes, pela população.

Em alguns sítios disseram-nos que, no caso de candidaturas múltiplas, se na primeira volta das eleições nenhum dos candidatos obtivesse a maioria absoluta, na segunda bastaria a maioria relativa para que fosse eleito. Outros propuseram-nos que um candidato só possa ser eleito com maioria absoluta e, por isso, na segunda volta do escrutínio só possam se apresentar os dois candidatos que maior número de votos tenham obtido na primeira volta e, assim, um dêles poderá obter a maioria absoluta e ser eleito. Na devida altura examinaremos estas propostas e, se fôr necessário, voltaremos a modificar o nosso sistema eleitoral.

Porque foi necessário aumentar a autonomia econômica dos conselhos?

A autonomia dos conselhos municipais e distritais, o desenvolvimento do seu funcionamento democrático não passaria de um pró-forma, se não fosse acompanhado pela elevação de suas possibilidades econômicas e dos seus meios materiais. E é preciso ter em conta que as funções econômico-organizativa, cultural e educacional do Estado não serão suficientemente eficazes sem a colaboração activa desses conselhos.

Com a ampliação da autonomia econômica aparecem problemas de outra ordem. Não basta reconhecer, teóricamente, o direito de autonomia dos conselhos, necessitamos criar condições materiais e pessoais para concretizá-la. Seria um grave erro ampliarmos as atribuições dos conselhos sem criar essas condições, porque seria inútil e não traria nenhum resultado concreto. Consideramos de especial importância a existência das condições pessoais. O salário do pessoal técnico trabalhando nos conselhos é muito inferior ao do pessoal técnico com habilitações idênticas trabalhando em emprêsas e em outras instituições e isto faz com que esses técnicos prefiram ir trabalhar para essas emprêsas e instituições, do que vir a trabalhar para os conselhos. E isto ocasiona uma grande falta de pessoal técnico especializado nos conselhos. Por isso é necessário actualizar, mais tarde ou mais cedo, o salário dos que trabalham nos conselhos porque, sem um grupo de técnicos especializados capazes, o aumento da autonomia dos conselhos nunca se tornará viável na prática. Para que essa autonomia possa realmente existir é ainda necessário o apoio do Partido, da Frente Popular Patriótica e das outras organizações e instituições sociais.

Que significa o desenvolvimento da vida estatal?

A definição correcta do estado de desenvolvimento da vida estatal, não é só uma questão teórica mas também uma questão política. A demasiada pressa, os equívocos podem acarretar graves consequências.

Quanto ao carácter do poder do Estado, devemos dizer que o nosso Estado é um Estado socialista, e isto se considerarmos o seu conteúdo de classe. Durante o estudo de algumas questões relacionadas com o trabalho estatal verificamos a existência de opiniões e métodos de análise estáticos e anti-históricos. Há pessoas que, ao fazerem a análise de algumas categorias, de algumas esferas do trabalho estatal, as retiram do contexto do desenvolvimento, do contexto das relações históricas existentes. Considerando o problema como se fosse só um problema do dia de hoje, na qual vivem, ousam tomar decisões sobre questões teóricas muito importantes.

Para melhor ilustrar tudo o que acabo de dizer, recordo a problemática da centralização do centralismo. No nosso País decorre um processo de descentralização da vida econômica e política. Há, em relação a este assunto, opiniões segundo as quais, depois da tomada do Poder e até 1956 houve uma centralização exagerada. Isto é simplificar de forma rudimentar o assunto, especialmente quando, denominando a esse período uma época de centralização exagerada, acrescentam que, agora, por intermédio do processo de descentralização, não fazemos mais do que corrigir os erros cometidos nos anos anteriores.

Nunca consideramos centralismo e democracia como duas contradições inconciliáveis, nos preocupamos sempre em analizar ambas ao mesmo tempo, as suas relações recíprocas e a influência que exercem uma sobre a outra.

Logo após à tomada do poder torna-se absolutamente necessário, tanto do ponto de vista político e teórico, como

do ponto de vista prático, centralizar o mais estritamente possível. Este facto não pode ser considerado, em si, como um erro que cometemos em 1948-1949, e no período posterior. Está claro que os erros cometidos, o afastamento das massas populares, a demasiada pressa, a impaciência, o culto da personalidade, as ilegalidades jurídicas influenciaram negativamente e deformaram a vida estatal. A centralização, correcta e justa, transformou-se em burocratismo e abuso do poder. Por isso mesmo não se pode falar de continuidade pura e simples da vida estatal. Tornou-se necessária a revisão dos métodos antiquados, mas só devem ser eliminadas as deformações e suas causas e não a centralização, que é, históricamente, justificada.

Estamos agora precisamente numa fase de descentralização, mas tendo sempre o cuidado de conservar a solidez da direcção central e a sua eficiência; e a realizamos tanto no campo econômico, como estatal. Este processo não se iniciou por si próprio, espontâneamente, fomos nós que o iniciamos quando as condições amadureceram devidamente.

Quando, por exemplo, julgámos já existirem condições favoráveis, preparamos a reforma da direcção econômica. Mantendo a orientação estatal da vida econômica, levamos a cabo a descentralização econômica naquelas esferas que podem ser localmente melhor orientadas. Não é possivel dirigir a economia nacional–administrar de forma planificada, fazer validar a lei do desenvolvimento planificado proporcional–como se esta se tratasse de uma só empresa.

Ao mesmo tempo torna-se necessário desenvolver a actividade de organização econômica e de educação cultural e sua orientação, incrementar a fiscalização, aumentar a eficácia do trabalho em todas as esferas da nossa vida econômica e cultural.

Na vida estatal também decorre, em certa medida, um processo de descentralização. Consideramos este processo como parte integrante da democracia socialista. Para nós este trabalho é extraordinariamente importante, por dois

motivos. Em primeiro lugar: cria condições favoráveis para que os trabalhadores tenham iniciativas para a aplicação correcta da política do Partido; em segundo lugar: nos dá possibilidades para comparar a política do Partido com as experiências da vida real. Nos ajuda a detectar os aspectos negativos, a recolher as observações críticas e, assim, através da descentralização, pode-se desenvolver em nossa sociedade um sistema de vigilância e sinalização que nos ajude eficazmente, um instrumento muito eficaz a ser utilizado na luta contra os erros e insuficiências.

A descentralização em curso não vai, de forma alguma, contra a direcção central. Ao contrário, é o seu instrumento auxiliar. O processo de descentralização decorre segundo directivas centrais e de uma forma prevista serve à concretização da política geral, e ao cumprimento das decisões centrais. Se, seja onde ou quando fôr, isto não se passar desta maneira, então será necessária e possível a intervenção dos organismos do poder central, intervenção que se processará da maneira mais adequada. Pode-se, portanto, considerar que, paralelamente ao processo de descentralização, está na ordem do dia o fortalecimento dos organismos centrais do Estado.

As organizações sociais, os organismos eleitos, as diversas organizações de massas devem aperfeiçoar e enriquecer as formas pelas quais, com suas experiências, opiniões e propostas irão ajudar os organismos estatais.

A justiça e os organismos judiciais

O Comitê Central se apoia uma decisão de princípio para fortalecer a legalidade socialista e para ajudar a incrementar a responsabilidade de todos os organismos estatais e sociais. A prevalência da legalidade socialista depende de duas exigências básicas: em primeiro lugar, ninguém pode infringir impunemente a nossa ordem constitucional, legal; em segun-

do lugar, todo cidadão que, em nosso País, respeite as leis tem o direito de receber o máximo apoio possível de todos os organismos do Estado. Isto é uma grande conquista do nosso sistema social e, doravante desejamos continuar a fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para que seja aplicada de forma mais consequente.

O desenvolvimento da justiça e do aparelho judicial é–além da política do Partido–a condição essencial para salvaguardar a nossa legalidade. A Procuradoria da República é a guardiã da legalidade e à ela cabe um papel determinante no exercício dessa função. No entanto seria um erro confiar a defesa das leis à um só organismo estatal. A única forma correcta de proceder é procurar obter que todos os organismos estatais e sociais, desde a Assembleia Nacional até os concelhos municipais, se ocupem desta questão. E só será possivel fazer respeitar as leis se todos considerarem isto–cada um com os seus meios e possibilidades, como é natural–como um dever a cumprir.

Ao estudar as questões relacionadas com a justiça e com o aparelho judicial surge um problema teórico muito importante: as questões do Direito socialista, do sistema da jurisprudência do período de transição.

Antes de mais, podemos afirmar que, com a transformação efectuada no carácter de classe do poder estatal, com a instauração da ditadura do proletariado, também se modificou o conteúdo de classe do Direito. Mas, durante um longo espaço de tempo, no nosso sistema judicial entraram em vigor pouquíssimas leis elaboradas pelo regime popular. No entanto, as funções das leis que herdamos do anterior sistema social modificaram-se nas mãos do poder popular, e desta forma serviram à causa da construção do socialismo. Fomos substituindo pouco a pouco as antigas leis por leis novas que ajudaram a florescer as funções sociais, organizativa, educativa e de transformação da consciência do Direito. As novas regras jurídicas asseguraram a defesa das relações socialistas de produção, que estavam a ser instauradas, e

reforçaram a tendência socialista do desenvolvimento social. Temos a intenção de criar gradualmente novas leis que correspondam às exigências da construção do socialismo e que substituirão completamente as leis e o Direito antigo e tradicional.

Uma das propriedades da nossa jurisprudência é a capacidade de reagir às mudanças sociais e, assim, se desenvolver constantemente. Citamos a análise feita por Marx sobre este assunto, sobre o Direito existente no período de transição do capitalismo para o socialismo. "Não se trata aqui de uma sociedade comunista que se desenvolveu a partir das suas próprias bases, ao contrário, trata-se de uma sociedade que mal acabou de aparecer das entranhas da sociedade capitalista; portanto, uma sociedade que, em todos os seus aspectos está ainda marcada pelos traços característicos da antiga sociedade, do ventre da qual nasceu...

O seu conteúdo e forma modificaram-se porque, nas novas circunstâncias, ninguém pode oferecer mais do que o seu trabalho e, porque por outro lado, agora além dos bens de consumo individuais nada mais pode ser propriedade privada...

Os direitos do produtor são proporcionais ao seu trabalho: a igualdade mede-se com uma medida igual, mede-se com o trabalho... Esse o é, na sua essência, como todos os direitos, o direito da desigualdade. O direito só pode consistir, por natureza, na aplicação de uma medida igual; porém os indivíduos desiguais (e não seriam distintos indivíduos, se não fossem mesmo desiguais) só poderão ser medidos com a mesma medida se os colocarmos num denominador comum, se só os examinarmos sob um ponto de vista determinado, por exemplo, se, neste caso, só os considerarmos todos como trabalhadores...

...Estas imperfeições são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, em virtude desta ter apenas acabado de nascer do ventre da sociedade capitalista, depois de um parto longo e difícil. O Direito nunca pode estar situado

a um nível mais elevado do que o da formação econômica da sociedade e do grau de desenvolvimento cultural da mesma."

No desenvolvimento da problemática do Direito, o papel preponderante da base econômica não exerce directamente a sua influência, exercendo-a através da transposição para as relações de classe, ideológicas, para a maneira como é exercido o poder estatal, para o nível legislativo existente e para a cultura do Direito. Tudo isto mostra que, nas relações entre o Direito e a política, é a política que determina o Direito, sendo o papel do Direito ajudar a concretização da política. Deste modo podemos considerar o Direito socialista como um dos instrumentos importantes para a concretização da nossa política.

Os trabalhadores costumam criticar principalmente o trabalho administrativo do Estado. Tanto os interesses dos trabalhadores, como os do Estado, exigem que a resolução dos assuntos administrativos seja simples, rápida, tècnicamente correcta e isenta de burocratismo, defenda e fortaleça a justiça socialista, ajude ao cumprimento das leis.

Para que tal objectivo se possa alcançar, temos, em primeiro lugar, que descentralizar a competência na resolução dos assuntos administrativos. Devem ser, na medida do possível, as autoridades competentes a resolver os problemas e assuntos que surjam, lá onde os mesmos possam ser mais fácilmente resolvidos. Só assim se poderá diminuir ou evitar a super-lotação dos serviços administrativos e acelerar a resolução dos problemas.

Precisamente, uma das partes muito importantes do trabalho administrativo do Estado é a simplificação da resolução dos assuntos de sua competência.

O trabalho dirigente do Partido no seio dos organismos estatais

A experiência demonstra a importância e a necessidade histórica do papel dirigente do Partido na organização e orientação da construção do socialismo. A imposição do papel dirigente do Partido também se estende à actividade do Estado socialista. Quando falamos de direcção do Partido, isto significa que é o Partido quem define a linha política e que são os comunistas trabalhando nos organismos estatais que ajudam a que essa linha política se concretize.

O Partido utiliza, sobretudo, meios ideológicos e políticos para assegurar a direcção do Estado socialista. Os organismos e instituições do Comitê Central estudam periodicamente as questões relacionadas com o trabalho estatal, fazem análises e propostas sobre o caminho a seguir, propostas essas que são entregues às entidades competentes do Partido e do Estado. Quando julgam estarem suficientemente amadurecidas as condições para se introduzirem modificações, elaboram, em princípio, o carácter, a forma e as dimensões que devem assumir essas modificações. As transformações realizadas em várias esferas da vida estatal, as novas leis e decretos importantes que foram elaborados, nos 15 anos últimos foram introduzidos por iniciativa dos organismos de direcção do Partido.

Outra forma de orientação do Partido é o trabalho e a responsabilidade dos comunistas que trabalham nos organismos estatais. Esses comunistas são responsáveis para com o Partido pelo trabalho que executam para fazerem cumprir as orientações e decisões do Partido no âmbito administrativo. Em nossas relações sociais, todo e qualquer comunista que tem a desempenhar uma importante função de Estado é, também visto sob esse prisma, um trabalhador político. É sua obrigação não só seguir a risca o que está escrito nas leis e nos parágrafos–até mesmo porque o papel, por não saber falar, é um objeto com muita paciência, porém

é necessário se interpretar o verdadeiro espírito dessas leis, sopesar as decisões a tomar, compará-las com a sua consciência individual de comunista e com os ideais do Partido. Esta é uma exigência real, porque as leis e decretos nasceram da política do Partido e, por isso, é necessária a sua aplicação lógica e inteligente.

Os organismos competentes do Partido têm um papel determinante a desempenhar na direcção dos organismos de Estado. Os comitês ministeriais do Partido, as organizações de base nos locais de trabalho, os grupos e células do Partido são responsáveis pela execução da política do Partido e pela fiscalização periódica do trabalho. Neste campo demos já um passo à frente, com a ampliação dos direitos dos organismos do Partido que funcionam no seio da vida estatal, o que lhes permite a possibilidade de contrôlo e de solicitar explicações sobre o trabalho realizado. Nos últimos anos verificamos o aumento da responsabilidade dos organismos do Partido funcionando nas instituições estatais e dos comunistas que aí trabalham.

As organizações do Partido funcionando nas forças armadas e no aparelho e instituições jurídicas encontram-se numa situação especial e essa situação condiciona o seu trabalho. Dadas as características do trabalho executado nessas instituições, o direito a solicitar esclarecimento e de contrôlo das organizações do Partido que aí trabalham está muito limitado ou é mesmo impossível. Por isso, as suas funções são, principalmente, funções ideológicas e políticas, educacionais e de execução das orientações do Partido. É também seu dever o contrôlo da correcta aplicação dos princípios da jurisprudência. Por intermédio da análise posterior dos processos judiciais já encerrados, de sua avaliação e depois de terem chegado às conclusões e ensinamentos que essa análise lhes forneceu têm a obrigação de fazer propostas de transformação da prática jurídica de forma a que esta satisfaça as exigências da jurisprudência socialista. Essas instituições estatais trabalham directamente sob a direcção do Comitê Central e das organizações regionais do Partido e essa é a maior garantia de que, na prática, executam a política do Partido.

Com tudo o que acabo de dizer, talvez tenha conseguido fazer me compreender, de que o desenvolvimento da vida estatal, do trabalho administrativo do Estado constitui uma parte importante, indispensável, da política do Partido objetivando resolver as tarefas básicas da construção do socialismo.

"Algumas questões sobre o desenvolvimento do trabalho e da orientação do Partido em domínio do Estado" (fragmento). Béla Biszku: *A párt és az állam a nép szolgálatában* [O Partido e o Estado em serviço do povo]. Editorial Kossuth, Budapest, 1975. págs. 260–284.

Sándor Gáspár

As tarefas dos sindicatos

A tarefa essencial dos sindicatos consiste em educar e organizar os trabalhadores a fim de aumentar a força política e económica da nossa sociedade; representar os interesses dos seus membros de forma a que sejam satisfeitas, em conformidade com as possibilidades do País, as suas necessidades materiais, sociais e culturais; cooperar na elaboração do sistema salarial a nível nacional e empresarial; organizar e ajudar o movimento de brigadas e a emulação socialista do trabalho; colaborar activamente no desenvolvimento da democracia nas empresas e no local de trabalho.

O movimento sindical é julgado, dia após dia, por toda a sociedade. Nas eleições sindicais, os milhões de trabalhadores expressaram a sua opinião sobre o trabalho realizado pelos sindicatos.

As experiências positivas adquiridas durante o trabalho diário, o desenvolvimento socialista dinâmico do País, facilita a concretização das tarefas. O nosso povo sabe muito bem aquilo a que se comprometeu no nosso País a classe operária, o povo trabalhador e o movimento sindicalista, dirigidos pelo nosso Partido. As aspirações naturais dos trabalhadores exprimem-se nos objectivos da classe operária, na construção da sociedade socialista. Como resultado dessa construção, os sonhos e anseios seculares do nosso povo, pela concretização dos quais tanto se sacrificaram os melhores combatentes da causa da classe operária, tornaram-se realidade.

Esses objectivos concretizam-se no fortalecimento da classe operária, no desenvolvimento das forças e relações de produção, no melhoramento das condições de vida e de trabalho. Concretizam-se na vida que se transformou e de que são exemplos eloquentes, entre outros, as centenas de milhares de novas habitações, as fábricas e as oficinas modernas, as condições de vida que melhoram cada vez mais, as empresas agrícolas mecanizadas. Mas a nossa vida socialista ainda é mais rica, mais colorida, tem muito mais conteúdo do que isto. Não pode só ser medida em edifícios, máquinas, bens materiais, deve ser também medida no grau de concretização dos nossos ideiais socialistas, no humanismo, no aumento constante do nível cultural, nos milhões e milhões de homens trabalhadores que cada vez mais fazem valer os nossos princípios, as nossas normas morais.

Os sindicatos, conforme à sua vocação, participam activamente no difícil combate, por vezes complexo, que se desenvolve para obter a nossa realidade socialista. O movimento sindical húngaro é um dos participantes activos do poder político, ajuda o desenvolvimento socialista em todas as esferas da vida pública, assim como o melhoramento das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, fortalece o poder operário, representa os interesses dos trabalhadores.

A relação entre o Partido e os sindicatos

O movimento sindical trabalha, do ponto de vista ideológico-político, sob a orientação do partido revolucionário da classe operária, mas do ponto de vista organizativo é independente, os princípios que regulam as suas relações com o Govêrno são normais.

Nunca consideramos como um segredo o facto dos sindicatos trabalharem na base das directivas do Partido. Interpretamos este princípio leninista da seguinte maneira: os organismos dirigentes do Partido acompanham com atenção

o nosso trabalho e ajudam-nos com os seus conselhos. A orientação do Partido se expressa também, no facto dos comunistas, trabalhando nos sindicatos, considerarem como tarefa do Partido melhorarem constantemente o nosso trabalho, cumprir devidamente as nossas tarefas, ou seja, cumprir com a vocação dos sindicatos.

Os organismos dirigentes do Partido não tomam decisões cujo cumprimento seja obrigatório para os sindicatos, mas sim para os membros do Partido aí trabalhando, os quais, com a sua capacidade de persuação política, no âmbito de discussões entre camaradas, explicam a necessidade de realizar uma ou outra tarefa específica. Este processo de trabalho é útil, não só para os sindicatos, mas também para o próprio Partido. É um método indispensável para conhecer a opinião das massas populares e para que o Partido possa, também na prática, controlar a justeza da sua política. Com outras palavras: isso ajuda o Partido a utilizar a opinião dos trabalhadores sindicalizados para enriquecer e desenvolver a sua política.

Este facto não ofende a independência dos sindicatos, porque a ajuda, os conselhos, não significam interferência directa ou ordens do Partido. Nós mesmos orientamos os nossos organismos e de nós depende a maneira de defender os interesses dos trabalhadores e de ajudar, com os nossos meios específicos, a construção da sociedade socialista.

No entanto, não confundimos autonomia com independência em nossa relação com o Partido. Os sindicatos não poderiam ser os organismos de defesa dos interesses da classe operária e do povo trabalhador se se tornassem completamente independentes do Partido, do grupo de vanguarda da classe operária, se não cooperassem com os organismos encarregados do exercício do poder da classe operária, para que se concretizem as objectivos comuns.

O trabalho dos sindicatos em prol da produção

Um campo de actividade quase clássico dos sindicatos, nas relações socialistas, é o trabalho de ajuda à produção, visto que só o trabalho produtivo assegura a elevação do nível de vida, o aumento da distribuição e acumulação de bens.

A actividade dos sindicatos para ajudar à produção também se baseia na política do Partido. Esse trabalho é um trabalho organizativo, educacional e de mobilização das massas. Os sindicatos colaboram na planificação econômica, na organização de trabalho e na propaganda à produção. Mobilizam a vida no trabalho, o trabalho de emulação socialista, o movimento de inovação e invenção, a formação técnica e profissional dos trabalhadores. Intervêm contra a desorganização, as infracções à disciplina do trabalho, os actos que causam prejuízo à propriedade social e a violação do interesse social.

Os sindicatos, com os seus específicos meios e possibilidades, ajudam a determinar as tarefas de produção. Como representantes dos interesses sociais, de empresa e individuais–considerando os interesses da sociedade como prioritários–ajudam a tomar decisões condizentes sobre as tarefas a executar. As suas propostas e opiniões reflectem a opinião, as exigências e as observações dos trabalhadores organizados.

As experiências dos sindicatos demonstram também a necessidade de melhorar a orientação central da economia nacional e aumentar a cadência de aplicação dos processos racionais de produção. A fundamentação científica dos planos e a execução lógica e consequente dos mesmos assegura as condições para o eficaz funcionamento da economia socialista e determina o carácter da ajuda a prestar pelos sindicatos. A condição fundamental para a concretização dos nossos objectivos no âmbito da política econômica é o fortalecimento e o desenvolvimento constante da gestão econômica pla-

nificada por intermédio do incremento da autonomia, da iniciativa e da responsabilidade local. É isto o que dá segurança à economia nacional, às colectividades das empresas e aos indivíduos.

Nos últimos anos adquiriu importância cada vez maior a prospecção e o aproveitamento das reservas internas da nossa economia, duma gestão mais racionalizada. Já houve várias iniciativas proveitosas, mas ainda não foram dados os passos necessários a nível da economia nacional. Justifica-se absolutamente que os organismos econômicos e sindicais investiguem, tenham em consideração e preparem para serem utilizados de forma planificada as energias que até aqui não foram aproveitadas. Não seja o acaso quem determine se essas energias são ou não úteis, mas sim os processos racionais característicos à toda a nossa economia. Podemos citar como exemplos de reservas ainda por utilizar, o aproveitamento ainda mais eficaz das máquinas e instalações, um melhor aproveitamento e poupança das matérias primas e energia, o melhoramento da disciplina na cooperação, uma organização do trabalho e da produção mais eficiente e a exigência da execução das decisões relacionadas com este assunto, a utilização previdente e racional da mão-de-obra e a aplicação correcta do sistema de estímulos morais e materiais. No interesse de um aproveitamento ainda mais eficaz das nossas possibilidades econômicas, é imprescindível que, em algumas esferas da produção e em alguns serviços, seja necessário modificar a estrutura da produção ou fechar certas unidades fabris. Estas medidas prejudicam momentâneamente os interesses de certos grupos de trabalhadores. Os sindicatos têm como função ajudar a concretização destas medidas, procurando sempre soluções humanas para contrabalançar os prejuízos sofridos por esses trabalhadores. Porém neste sentido, a tarefa dos sindicatos não termina aqui.

Os sindicatos participam activamente na reeducação profissional desses trabalhadores e na sua orientação para novos locais de trabalho. Se a transferência de trabalhadores para

outros locais de trabalho, tendo em consideração os interesses da economia nacional, garantisse sempre que esses trabalhadores não sofram prejuízos, diminuiriam os problemas relacionados com a falta de mão-de-obra.

Também os sindicatos consideram importante que o lucro das empresas advenha da produção e da utilização das reservas existentes na esfera produtiva e não que advenha de outras esferas, que reflicta o estado de organização do trabalho e da produção, a eficácia da organização das empresas e indique a diminuição do preço de custo dos bens produzidos.

A orientação da produção, a transformação da estruttura da produção, não é uma tarefa específica dos sindicatos, porém é um assunto nosso. A iniciativa, o incentivo, a colecta de propostas e o controlo são, no entanto, nossas tarefas sociais.

A outra esfera mais importante do trabalho de ajuda à produção é o aperfeiçoamento da nossa política de distribuição dos bens e o reforçamento dos traços socialistas desta política. Os trabalhadores sindicalizados conhecem a situação real da nossa economia. Estão informados da configuração das nossas relações econômicas externas e das dificuldades energéticas, de mercados e de divisas com que nos debatemos. Estão de acordo com o programa, actualmente mais modesto, da nossa política de elevação do nível de vida. Nas circunstâncias actuais da economia mundial, necessitamos fazer muitos esforços para que esta nossa política se concretize. Todos sabem que, quanto menos bens houver, mais difícil se torna assegurar a diferenciação, a justiça social e a prática correspondente aos princípios socialistas.

Os sindicatos continuam a considerar a distribuição dos bens segundo o trabalho executado como a forma mais justa de distribuição e, por isso, apoiam-na. Mas procuram, ao mesmo tempo, incrementar o número de serviços e prestações sociais, de forma que haja mais justiça, de acordo com os objectivos da nossa política social. Somos da opinião

de que, mesmo em péssimas situações econômicas, não se pode rebaixar os resultados da nossa política social, sobretudo nos aspectos que mais directamente influenciam a vida humana como, por exemplo, a habitação, as escolas maternais, os infantários, a assistência médica e hospitalar.

Consideramos importante que aumente, proporcionalmente ao trabalho realizado, o rendimento das classes e camadas sociais. Prestamos sempre muita atenção ao aumento periódico do nível de vida da classe operária, dos operários trabalhando nas grandes fábricas. Uma tarefa importante é a preparação das normas para elevar, a médio prazo, o nível de vida de todas as camadas sociais, para que não haja nenhuma cujo nível de vida não se eleve.

Já nos insurgimos, em muitas reuniões sindicais, contra a obtenção de rendimentos de forma incompatível com as normas socialistas. As medidas tomadas para corrigir estas anomalias foram aceitas com satisfação geral. Devemos continuar a lutar para que a principal fonte de rendas pessoais seja, em todas as camadas sociais, o salário e, ao mesmo tempo, que em troca do salário seja exigido ao trabalhador um trabalho de acôrdo com êle.

Uma das questões fundamentais da eficácia dos estímulos morais e materiais, do aumento do prestígio do trabalho honesto, do incremento da actividade social e da produção, da eficácia do trabalho de produção consiste em impedir a obtenção de rendimentos indevidos ou demasiadamente elevados em relação ao trabalho realizado.

As iniciativas de trabalho socialista ajudam a florescer a iniciativa e a força criadora dos trabalhadores. Os operários, os trabalhadores têm capacidade suficiente, iniciativa e força de vontade para resolver tarefas ainda maiores. Mas, para tal, exigem uma definição mais precisa dos objectivos a atingir.

Os trabalhadores e os sindicatos esperam que a emulação socialista do trabalho tenha como fim concretizar tarefas que ajudem ao progresso e não o de assegurar o cumprimento

do trabalho diário, para contrabalançar os êrros que advêm da má organização do trabalho.

As brigadas socialistas aceitam desempenhar o papel principal na emulação socialista do trabalho. Procuram constantemente tarefas mais além do seu trabalho diário, determinam objectivos a atingir na esfera da produção, da cultura e das relações humanas e, ao mesmo tempo, realizam o seu trabalho diário conscienciosamente, com boa qualidade.

As experiências dos últimos anos demonstram que só com a actividade dos operários e demais trabalhadores, só com a sua cooperação é possível levar a cabo as grandes tarefas sociais, porque esses operários, esses trabalhadores, estão dispostos a pôr a sua força e os seus conhecimentos ao serviço da construção socialista e, se fôr necessário, aceitam até cumprir tarefas suplementares.

As iniciativas políticas, sociais e de produção dos trabalhadores prevalecem livremente na nossa sociedade. A sociedade socialista conta com a experiência das massas porque estas, no seu conjunto, contêm força, inteligência e nobres intenções.

A tarefa educacional dos sindicatos

Consideramos o desenvolvimento do modo de vida socialista como uma das mais importantes tarefas educacionais. Todas as influências sociais fazem-se sentir, de uma forma complexa, na formação do modo de vida. O modo socialista de vida é um comportamento, uma forma de pensamento que reflecte fielmente as nossas relações econômicas, políticas e ideológicas e que se encontra presente na nossa vida diária e tornou-se natural e habitual. A nossa tarefa consiste, neste caso, em conseguir que, na nossa sociedade, só seja possível viver bem com o produto do trabalho honesto, que só seja possível alcançar o bem-estar e a felicidade em conjunto com a colectividade, com a classe operária e com o povo.

O modo de vida e o comportamento colectivo é, antes

de tudo, o resultado da particularidade da classe operária, do lugar que ocupam no trabalho produtivo da sua predisposição em aceitá-los. Mas é necessário fortalecer, desenvolver constantemente as qualidades socialistas com o trabalho político e ideológico. Não só porque essas qualidades não aparecem por si próprias em certas pessoas, mas também porque há influências exteriores, impróprias da classe e anti-socialista que se fazem sentir, mesmo nos operários, nos trabalhadores. E é preciso defender-nos contra elas.

A declaração programática do Partido indica como objectivo a atingir, a par da criação do bem-estar material da sociedade socialista, o desenvolvimento do modo de vida socialista. E isto está completamente em desacordo com os ideais burgueses de vida, tanto na sua forma, como no seu conteúdo. O modo de vida burguês significa viver a sua própria vida, significa indiferença para com os outros e para com a vida pública, significa isolamento, colocar o interesse individual em primeiro lugar, apropriar-se da maior quantidade possível de bens materiais–tanto em teoria, como na prática.

Os sindicatos húngaros consideram extremamente importante o desenvolvimento do aspecto material do modo de vida e estão de acordo com a decisão adotada no Congresso do Partido que declara que o desenvolvimento deve continuar a ser uniforme.

Os sindicatos aceitam abertamente e com orgulho as suas tarefas educacionais. O progresso, a felicidade humana só pode ser atingida no seio da colectividade e na base do trabalho. Ajudam a que os membros da sociedade se tornem homens com capacidade de julgamento e de opinião pessoal, porque estão preparados para isso, são cultos, estão habituados à vida social; homens que trabalham responsavelmente porque sabem que, assim procedendo, alcançarão os seus objectivos.

Os sindicatos consideram importante que todos terminem, pelo menos, os oito anos da escola primária que assegura

uma cultura básica. Com o apoio que dão ao ensino médio e superior para adultos, contribuem para que os quadros operários se possam transformar em dirigentes. O objectivo principal da ajuda ao ensino são: uma maior cultura, maiores conhecimentos profissionais, melhor compreensão política, formação de um horizonte mais amplo. Os sindicatos apoiam, com todos os meios ao seu alcance, que os jovens operários com talento e capacidade de direcção frequentem cursos superiores. Para tal concedem-lhes apoio, ajuda aos seus estudos, bolsas, apoiam a formação de circulos por especialidade para ajudarem a esses operários.

Nos sindicatos temos maiores possibilidades para desenvolver as qualidades humanas socialistas, do que as que até aqui utilizamos. Os trabalhadores esperam que tomemos mais iniciativas, que apoiemos ainda mais os seus esforços, que lhes prestemos um apoio ainda mais eficaz.

As tarefas dos sindicatos na defesa dos interesses dos trabalhadores

Os sindicatos são as maiores organizações de massa da classe operária, daquêles que vivem dos seus salários e vencimentos, são os catalizadores responsáveis por sua actividade social e os organismos de defesa dos seus interesses. Os operários cujos interesses de classe coincidem essencialmente com os interesses dos demais trabalhadores, desempenham um papel determinante no movimento sindical. A classe operária é a única classe social que não tem interesse em oprimir outras classes trabalhadoras ou em relegá-las a um plano secundário. É a nossa obrigação ajudar a concretizar e fortalecer o papel dirigente da classe operária e a sua participação em todas as esferas da vida social. Desta forma serviremos verdadeiramente à causa comum da classe operária e de todas as outras classes e camadas trabalhadoras. A condição principal para assim podermos proceder consiste em inter-

pretar e aplicar correctamente a política do Partido que representa com conhecimento de causa os interesses fundamentais da classe operária e de todas as outras camadas trabalhadoras.

Na sociedade que se constroe o socialismo, há contradições que podem nascer e, por vezes, nascem mesmo, por causa das diferenças existentes entre os distintos tipos de interesses; a saber: o interesse da toda sociedade, dos grupos e dos individuos; a interpretação e a solução correcta destas contradições não é nada fácil. Os sindicatos colaboram na sua solução.

O princípio básico da nossa política determina que o interesse de toda a sociedade é prioritário em relação a todos os outros. Quando examinamos os outros interesses, devemos levar isto em consideração. Conhecemos a existência de muitas exigências que consideramos justas, mas, na nossa situação actual, só podemos satisfazer uma ou outra parcialmente. Nessa ocasião, nesta verdadeira floresta de interesses, entre interesses da economia nacional e de empresa, entre os interesses de toda a sociedade e o de grupo, entre os interesses de grupo e os individuais, entre os diferentes interesses existentes entre as diversas camadas sociais, temos que tomar uma decisão justa que indique os objectivos sociais, que se baseie na prioridade dos interesses de toda a sociedade e que isso possa se explicar e ser aceita, porque corresponde ao sentimento de justiça dos homens. É por isto mesmo que os sindicatos participam na discussão e na elaboração dos diferentes planos. Para que êles cumpram esta tarefa lhes são concedidas todas as informações que necessitam sôbre cada uma das propostas. Ao mesmo tempo procuram aperfeiçoar o funcionamento das suas próprias fontes de informação e, por intermédio destas, preocupam-se em obter todos os dados complementares necessários.

Os sindicatos, no entanto, não se sentam à mesa de discussões só com exigências. Colaboram também activamente na solução conjunta desses problemas. As trocas de impressões que temos aí ajudam-nos a resolver cada vez com maior êxito as nossas tarefas. Temos possibilidades de discutir a nível de local de trabalho, de ministério e mesmo governamental: dada a nossa vocação isto para nós é natural.

Os sindicatos dedicam também grande atenção ao desenvolvimento da democracia no local de trabalho, porque faz os trabalhadores sentirem com força de que são todos coproprietários, incrementa a sua participação no exercício do poder, e ajuda a formar a sua consciência socialista.

O democratismo é um instrumento multilateral do desenvolvimento social, capaz de dar um novo impulso à vida econômica, política e ideológica. Uma das garantias da resolução correcta das nossas tarefas, da assegurança uniforme da política e do seu execução é precisamente isso. Está claro que governar democraticamente não é nada fácil. Mas a orientação, por intermédio da qual se concretiza, na nossa sociedade a democracia socialista é coroada de êxito, e vale a pena dispender tempo e energia com ela.

Os sindicatos sabem também que é uma prática dos dirigentes chamar os trabalhadores a todos os níveis, a colaborarem nas tarefas de direcção, directamente ou por intermédio dos seus representantes a fim de que um número cada vez maior dêles reconheça este seu direito e dever.

Há também que desenvolver o democratismo da sociedade no que diz respeito à resolução dos assuntos de interesse dos trabalhadores. O trabalho daquêles que se ocupam com os problemas e questões dos trabalhadores deve ser caracterizado por uma vocação consciente e por um humanismo socialista. É necessário por isso que os organismos que se ocupam com estes assuntos controlem e analisem constantemente este tipo de trabalho, determinem como pode ser simplificado e como se pode resolver mais racional e humanamente os problemas que surjam.

O sindicato é a organização de massas mais representativa da classe operária. Assegura ampla e multifacéticamente a ligação entre o Partido e as massas. É a organização de

classe onde se agrupam operários e trabalhadores com diferentes graus de consiência, de ideal e de formação política. É possível realizar um trabalho sindical frutuoso e eficaz entre êles, utilizando a persuação, dando-lhes a conhecer o verdadeiro sentido dos ideais e da prática, fazendo-os aceitar os objectivos comuns. Temos ainda possibilidades enormes no que diz respeito ao desenvolvimento e ampliação das relações dos sindicatos com as massas. A garantia do cumprimento honesto das tarefas que ainda nos esperam é a maneira de pensar e o espírito criador que se desenvolvem cada vez mais e o compromisso, por parte dos trabalhadores sindicalizados, com a causa socialista.

"As tarefas dos sindicatos depois do XI Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro" (fragmento). Revista *Társadalmi Szemle*, 1975, N° 12.

Sándor Gáspár

A liberdade do socialismo

Na Conferência de Hélsínque sobre a segurança e a cooperação européia os dirigentes dos Estados participantes, ao colocarem a sua assinatura no documento final, expressaram novamente o desejo de resolução por meios pacíficos dos problemas internacionais, ou seja expressaram a sua opinião de que esses problemas devem ser resolvidos por intermédio de negociações, na base da igualdade de direitos.

Os sucessos alcançados no campo de desanuviamento internacional provocaram, sensívelmente, a reacção das forças reaccionárias do mundo capitalista e, devido a isso, essas forças intensificam cada vez mais os seus ataques ideológicos, com o objectivo de criarem um clima de desconfiança e hostilidade contra o socialismo, o objectivo principal da luta de classes dos trabalhadores. Agora, em virtude dos fenômenos da crise que abala a economia capitalista, falam menos da sociedade chamada "de consumo", fazem-lhe menos propaganda, preferem falar da liberdade do sistema burguês e dos direitos e liberdades fundamentais do homem. Começaram um jôgo cínico, colocando em campos opostos a liberdade e o socialismo, como se fossem dois conceitos antagônicos e irreconciliáveis; pretendem com isto, fazer com que as pessoas acreditem que só êles são capazes de garantir os verdadeiros direitos e liberdades do homem.

Mas, na realidade, no capitalismo, liberdade significa sempre, a liberdade de pequenas minorias. A partir do momento em que a aspiração dos trabalhadores à liberdade ultrapasse

o limite dos interesses dos capitalistas, a partir desse momento os capitalistas farão tudo o que esteja ao seu alcance para a oprimir. Todos os direitos alcançados, apesar dessa opressão, foram conquistados pelas classes trabalhadoras, pela classe operária e pelo povo. Esses direitos não foram, portanto, ofertas e dádivas voluntárias da burguesia aos trabalhadores, nem constituem os atributos naturais da ordem capitalista, mas são sim, os resultados da luta de classes desencandeada pela classe operária e pelas massas populares, suas aliadas.

Só o socialismo é capaz de criar as condições objectivas para o surgimento da liberdade ao serviço de toda a sociedade. O socialismo instaurou um poder político que serve os interesses de todo o povo, criou uma economia que, não perdendo de vista os anseios e exigências de todas as classes e camadas trabalhadoras, organiza de forma planificada e desenvolve a produção, criou uma cultura cujos valores a todos beneficiam, e uma sociedade que garante a segurança existencial, onde se desconhece o mêdo do amanhã, onde o homem já aprendeu a dominar as forças da natureza e a pô-las ao seu serviço. Nunca negamos que os princípios da liberdade do socialismo foram redigidos em nome da classe operária e no interesse dos seus objetivos históricos. O socialismo, sociedade cujo centro é o homem, o homem trabalhador, não reparte os bens produzidos segundo a riqueza de cada um, segundo a sua posição ou origem social, mas sim segundo o trabalho realizado. A nossa sociedade baseia-se no trabalho e com êle se reforça.

É verdade que a liberdade do socialismo não é uma liberdade sem limites. Os seus limites são determinados pelo interêsse público, pela ordem e disciplina requeridas pela situação existente ou, por outras palavras: pelo conteúdo de classe da liberdade. Lénine, referindo-se à disciplina da ordem socialista, disse em 1918: "...devemos criar a nova ordem na base de novos princípios disciplinares, uma disciplina baseada na confiança da capacidade organizativa dos operá-

rios e dos camponeses pobres, na ajuda mútua entre camaradas, no respeito mútuo e na independência e no espírito de iniciativa demonstrados na luta".

Consideramos também que a liberdade não é só uma questão de decisão, de palavras de ordem. A situação econômica, social e cultural do momento dado determina quais são, entre as grandes possibilidades que a liberdade oferece, aquelas que conseguiremos transformar em realidade. As dimensões da liberdade dilatam-se com o desenvolviminto da nossa situação social e econômica. Nos últimos três decénios criamos as bases políticas, materiais e intelectuais para a instauração de um número cada vez maior de direitos e possibilidades. Mas nem mesmo nós podemos nos adiantar ao estado de desenvolvimento da nossa sociedade. São as realidades que determinam as novas tarefas.

Fomos nós próprios que criamos condições cada vez mais ricas para tornar cada vez mais livre a nossa vida. Com o socialismo, aumenta cada vez mais a possibilidade de ser o homem trabalhador quem determine o seu próprio destino; desta forma será êle também a escrever a história da sua era. Tudo isto indica claramente os seus direitos e também os seus deveres: um melhor trabalho, uma maior actividade na vida pública, auto-formação e auto-aperfeiçoamento constantes, resistência face às forças retrógradas, obrigação de lutar pelos ideais do socialismo. Não são a insegurança existencial e o mêdo do futuro que incentivam as nossas brigadas, os nossos operários e trabalhadores, os homens que querem sempre mais e melhor, a trabalharem, a actuarem, e a estudarem, mas sim os interesses por êles correctamente compreendidos e interpretados, interesses que coincidem com o interêsse público. E isto se passa desta maneira apesar da consciencialização não penetrar de forma igual no espírito de toda a gente e apesar de na nossa sociedade ainda viverem indivíduos que infringem a disciplina colectiva, indivíduos inconscientes, esbanjadores, indivíduos que não se preocupam com a sociedade. Mas o número desses

indivíduos diminui constantemente, ao mesmo tempo que aumenta o número daquêles que, com a sua maneira de pensar e de ser, ajudam milhares de colectividades a viverem e pensarem de forma socialista.

Uma das características inalienáveis da sociedade socialista, especialmente da sociedade socialista desenvolvida, é o desenvolvimento sistemático e multilateral da democracia. O nosso Partido tem sempre procurado, com especial cuidado e atenção, desenvolvê-la. Nos últimos anos temos aperfeiçoado e ampliado consideravelmente o seu campo de acção e as suas formas de expressão na vida estatal e nos lugares de trabalho; modernizamos o poder popular e as instituições democráticas da ditadura do proletariado. "O nosso poder popular será tanto mais forte, quanto maior fôr o apoio que lhe é dado pelas massas, quanto mais ampla e profunda fôr a democracia socialista"–indicou uma das conclusões do XI Congresso do nosso Partido. Hoje, a nossa tarefa principal consiste na necessidade de dar um melhor conteúdo aos quadros organizativos,–especialmente às formas e poder de expressão da democracia nas empresas–e de utilizá-lo mais racionalmente; fazemos isto porque desejamos que haja cada vez maior número de trabalhadores, de cidadãos a aproveitarem as possibilidades existentes e a servirem-se dos seus direitos.

Não negamos, de maneira alguma, que haja ainda muita coisa a fazer para incrementar o desenvolvimento da nossa democracia, nem que as suas formas de expressão não são ainda suficientemente vivas, a sua força estimulante não é ainda suficientemente eficaz, e não funciona sempre perfeitamente. Podemos falar à vontade de tudo isto, porque é a nossa convicção profunda: esta democracia é superior, mais completa e mais perfeita do que qualquer outra democracia que tem aparecido no decorrer da História; a sua superioridade face às democracias burguesas é incontestável. A ditadura do proletariado também foi sempre a democracia do proletariado, mesmo nas circunstâncias de aguda luta de

classes, quando era necessário utilizar o rigor revolucionário, e isto porque ela representava o domínio da maioria trabalhadora sobre a minoria exploradora. O seu sistema, as suas formas mudaram com a evolução do processo, aumentando a sua expansão; à medida que iam-se modificando as circunstâncias da luta de classes, ia-se modificando a importância das tarefas, passando do campo dos combates internos para o campo do trabalho de construção econômica e de formação ideológica e, desta forma foi prosperando cada vez mais o nosso democratismo.

Hoje já podemos encontrar um número cada vez maior de operários, de trabalhadores que não só aplicam a política, mas a fazem. Os sindicatos, lado a lado com o Partido e com o Estado da classe operária, participam na elaboração e execução do programa de desenvolvimento social. A nossa política nasceu da classe operária e serve esta classe e o povo. Aquêles que ocupam funções dirigentes de responsabilidade, a vários níveis em nossa vida social, estão lá a cumprir tarefas que lhes foram confiadas pelos operários e trabalhadores que os investiram e, por consequência, são responsáveis pelo cumprimento cabal da sua missão, ante a classe. Lá onde o contrôle social, a democracia socialista cumpre a sua missão, aí a responsabilidade é muito maior do que a que pode ser assegurada pela oposição no aparelho legislativo dos Estados burgueses.

Nos países socialistas não existe nenhuma força de classe, nenhuma base social que permita a existência de partidos de oposição–ou seja, que representem os interesses da propriedade privada capitalista–que se oponham ao sistema social vigente. Este facto não demonstra que haja falta de direitos e liberdades fundamentais do homem, porém demonstra que, no socialismo, esses direitos e liberdades já se situam a um nível mais elevado e que nesse sistema social os trabalhadores se habituaram, num espaço de tempo historicamente curto, a viver sem capitalistas, e a dispor do seu destino. Ao mesmo tempo no sistema socialista existem,

grandes possibilidades para que os interesses das diversas camadas e classes aliadas, assim como os interesses das colectividades e dos indivíduos venham à tona, prevaleçam, isto sem irem contra os interesses gerais de toda a sociedade. Em todos os países socialistas acontece isto, indiferentemente do número de partidos que funcionem nesses países, porque, haja só um partido ou haja pluralidade de partidos, em todos esses países existe e se fortalece o poder dos trabalhadores e da classe operária, se edifica o socialismo.

Hoje, a luta entre os sistemas sociais e entre as diferentes visões do mundo já não se dá só em discussões amenas e amistosas, trava-se na vida do dia a dia. Aceitamos esta luta por estarmos comprometidos com a causa do socialismo, porque lutamos pelos nossos ideais de classe. Em toda a nossa actividade, no nosso trabalho, na vida pública, em todos os aspectos, devemos dar provas de que a nossa sociedade é a sociedade da liberdade, e que os seus membros sabem utilizar devidamente essa liberdade, para a qual temos cada vez maiores e melhores condições. O socialismo ainda não se desenvolveu completamente, mas já provou a sua superioridade, provou ser melhor, mais humano e mais justo que qualquer outro tipo de formação social. Por outro lado o sistema capitalista, que se decompõe, não pode se tornar melhor do que é.

A principal característica do nosso sistema é que êle existe em prol das massas. Não se pode dizer que já vivemos sem preocupações. Nem sempre temos abastança de tudo o que necessitamos, mas tudo o que temos fomos nós que o criamos, com o nosso trabalho, com a fé dos homens, com a sua força de vontade e a sua perseverança, e com o seu entusiasmo. Podemos constatar: não foi em vão que fizemos tantos sacrifícios, que suamos tanto, que nos cansamos tanto, porque assim criamos a nossa vida nova, a vida que hoje temos. E os sucessos obtidos demonstram que a classe operária tem vocação e é capaz de dirigir. Somos capazes de fazer ainda muito mais do que aquilo que já fizemos e, por isso, devemos determinar precisamente as tarefas a executar, tanto na vida econômica, como na vida cultural e política.

A nossa causa é uma causa justa e o seu impacto já não se faz sentir só no interior dos países socialistas. A construção socialista é estimada e altamente considerada.

Democracia e socialismo, socialismo e liberdade, socialismo e segurança, humanismo, vida humana–são conceitos intrínsecamente ligados. Como o são capital e miséria, lucro e exploração, monopólio capitalista e desemprego.

O socialismo e a liberdade são inseparáveis, um é a condição essencial da existência do outro, são tão profundos um como o outro. A linha de demarcação situa-se entre o socialismo e a sociedade capitalista.

"A liberdade do socialismo" (fragmento). Diario *Népszabadság*, 1 de Janeiro de 1977.

Imre Győri

O caminho do socialismo

Há trinta e dois anos que o povo húngaro vai por um novo caminho, pelo caminho do progresso social e nacional. Uma das condições indispensáveis para atingir os objectivos a que nos propusemos foi e continua a ser a validação das leis gerais de construção do socialismo, tendo sempre em consideração as nossas particularidades nacionais. Portanto, quando agora seguimos com grande atenção a luta dos povos pela sua libertação nacional e social, pela democracia e pelo socialismo e reconhecemos a existência de vários caminhos que conduzem ao socialismo, nessa altura também nos recordamos do caminho histórico que percorremos, controlamos a nossa própria experiência e, assim, ficamos ainda mais seguros daquilo que ainda queremos fazer para construir o socialismo no âmbito das nossas condições específicas.

Reforça a actualidade do estudo destas questões o facto de os povos de cada vez maior número de países capitalistas desenvolvidos e de países que se libertaram há pouco tempo do jugo colonialista chegarem, cada vez mais, ao reconhecimento de que as graves preocupações originadas da crise, que se prolonga e reflete todas as contradições do imperialismo, o desemprego em massa, a inflação, a falta de direitos, têm profundas raízes no sistema social existente e, por isso, a resolução destes problemas só poderá resultar duma transformação social. E este facto leva-os a procurar o remédio para os males sociais na transformação radical que abra caminho ao socialismo. O reconhecimento de que só o socialismo é capaz de garantir a verdadeira democracia, os direitos dos cidadãos, a independência nacional e a paz estável e duradeira reforça-se cada vez mais.

Não "com uma monótona côr cinzenta"

Quanto maior fôr o número dos povos que comecem a pensar de que maneira, por que caminho poderão alcançar–com o menor sacrifício possível–a sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, maior veracidade terão as palavras de Lénine, pronunciadas pouco antes da Grande Revolução Socialista de Outubro: "Todas as nações chegarão ao socialismo, isto é inevitável, mas não chegarão da mesma maneira, cada uma delas contribuirá com suas características específicas a uma ou outra forma de democracia, a uma ou outra forma de ditadura do proletariado, a um ou outro ritmo de transformação socialista das diversas esferas da vida social." Nada há mais mesquinho no aspecto teórico, nem nada mais ridículo no aspecto prático que, "em nome do materialismo histórico" esboçar o futuro neste terreno pintado "com uma monótona côr cinzenta".

Se bem que, até agora, o socialismo tenha triunfado em países na sua maioria com um grau de desenvolvimento económico-social muito semelhante, países que eram relativamente atrasados, no entanto, a fase de passagem ao socialismo teve traços específicos em cada um dêles. Porque, se bem que em todos êles a classe operária tivesse chegado ao poder, sob a direcção dos partidos comunistas com ideais marxistas-leninistas e assim se tenha formado uma ou outra espécie de ditadura do proletariado, a verdade é que o desenvolvimento desses Estados assume características específicas a cada um dêles. A transformação revolucionária da sociedade foi levada a cabo, em alguns países, por intermédio de duras lutas armadas, noutros países processou-se por meios pacíficos.

Na Rússia tzarista, atrasada e marcada pela guerra e onde pela primeira vez em todo o mundo, foram quebradas as algemas imperialistas, não havia outra alternativa a seguir senão a da luta armada. Na Rússia Soviética a ditadura do proletariado apareceu e fortaleceu-se através do difícil combate que tiveram de travar contra o inimigo de classe e contra os intervencionistas.

Na conjuntura internacional existente logo a seguir à Segunda Grande Guerra Mundial, os povos de alguns países da Europa Central e Oriental–entre os quais a Hungria–tomando em consideração o seu passado histórico, as condições econômicas e sociais existentes naquela altura e evitando a guerra civil, estabeleceram a democracia popular, como sendo o caminho mais viável para o socialismo, nesses países.

Os exemplos da Yugoslávia, da República Democrática Popular da Coreia, da República Socialista do Vietname, da República Popular de China no primeiro decénio da sua existência, quando se fortaleceram as conquistas socialistas nesse país, de Cuba, em fins dos anos cinquenta, foram exemplos que nos trouxeram muitas experiências e ensinamentos, não só porque mostraram o carácter nacional específico de cada revolução, mas também do ponto de vista das formas de surgimento do novo tipo de sociedade.

Estamos seguros de que, no futuro, ainda haverá maior diversidade de caminhos para chegar ao socialismo. Ao reconhecer esta afirmação, baseamo-nos na apreciação científica de Lénine e partimos do princípio de que é uma posição de princípio demonstrada historicamente. Quando chegar a vez de se fazer a revolução num país com uma indústria moderna e uma agricultura desenvolvida, essa revolução enriquecerá ainda mais a diversidade dos caminhos existentes para alcançar o socialismo; tudo se passará de forma semelhante quando chegar a vez de novos países africanos, asiáticos e da América Latina.

Compete às forças revolucionárias e aos partidos comunistas e operários de cada país determinar, depois de analizarem rigorosamente as condições objectivas e subjectivas existentes nesse país, se a hora é ou não propícia para a transformação socialista da sociedade e, se o fôr, qual o caminho a seguir e com que velocidade será conveniente avançar nesse caminho, no caminho da vitória. É isto porque a revolução não se pode exportar. O essencial é que esse caminho conduza realmente ao socialismo; isto significa, segundo a opinião dos marxistas-leninistas que o carácter privado dos principais meios de produção deve desaparecer e ser substituido pelo colectivo e também que é necessário modificar radicalmente o carácter do poder político e do aparelho de Estado de forma a que passem a estar nas mãos da classe operária, nas mãos do povo trabalhador. E isto constitui, precisamente, a essência da transformação revolucionária da sociedade, e não a violência.

Com as armas na mão ou por meios pacíficos

Como é natural, não é indiferente o modo como se desenrola a luta pelo poder, se essa luta reveste formas suaves ou duras. A classe operária e as forças revolucionárias continuam a estar interessadas, como o estiveram até aqui, em que haja o menor sacrificio possível no decurso da luta pelo poder e pela construção da nova sociedade. Para tornar impossível a resistência armada das antigas classes dominantes, politicamente derrotadas, torna-se necessário procurar ganhar para a causa do socialismo todas as amplas massas que estão interessadas no progresso social. Portanto, quando num país qualquer comecem a analisar as possibilidades de realização da revolução, devem medir, necessáriamente, a sua própria força, a força dos seus aliados, a importância da sua base de massas, a solidez das alianças e suas perspectivas históricas e também o possível grau de resistência das

classes até então dominantes e a ajuda que o imperialismo mundial poderá prestar às forças contra-revolucionárias.

Cinco meses antes do levantamento armado, em Abril de 1917, Lénine ainda considerava possível o desenvolvimento pacífico da revoluação russa e, na Primavera de 1918, elaborou o plano da construção do socialismo. Mas a burguesia russa, de braço dado com a burguesia internacional, não estava disposta a entregar pacíficamente o poder, organizou a contra-revolução, a guerra civil e a intervenção e obrigou os partidários do socialismo a lutar de armas na mão para fazer triunfar e para defender a revolução. Recordamos também aqui que, na Primavera de 1919, o proletariado tomou o poder na Hungria, sem que tivesse sido necessário disparar um só tiro. O facto de uma parte considerável dos soldados estar com a revolução ajudou a tomada pacífica do poder. No entanto faltava ainda defendê-lo e conservá-lo. E as classes dominantes, de conluio com a burguesia internacional, responderam com o terror sangrento, contra-revolucionário.

Lénine disse, em 1918: "A História não concedeu a situação pacífica que, teóricamente numa certa altura, esperávamos, situação que era de desejar e que nos teria permitido avançar rápidamente nessa etapa de transição."

Lénine, para além de ter sublinhado a existência de características gerais válidas para todas as fases de transição da revolução socialista, acentuou as características especiais, muito complexas, da Rússia da época: "...a situação é perfeitamente clara: é mais fácil começar a revolução num país atrasado, porque os seus adversários são podridos porque a burguesia desse país está desorganizada, mas continuar é mais difícil, necessita-se mais cuidado, maior prudência e perseverança. Na Europa Ocidental tudo se passará de um modo diferente, lá será muito mais difícil começar, mas será incomparávelmente mais fácil prosseguir".

Esta conclusão de Lénine tem, nos nossos dias, uma importancia muito especial, na altura em que está na ordem do

dia em vários países de Europa Ocidental–em França e na Itália, por exemplo–a luta para quebrar o poder político do capital monopolista e em que fermenta a possibilidade histórica da viragem democrática, apoiada por amplas massas. Existe uma situação tal que, por exemplo, na Itália, o governo democrata-cristão se encontra impossibilitado de governar contra o Partido Comunista Italiano; as eleições municipais francesas, por sua vez, demonstraram mais uma vez que a maioria da população francesa deseja uma mudança de política actual e apoia as forças de esquerda. A derrota das forças fascistas em Portugal e Espanha e o começo do processo de democratização nesses países, também significa que se progrediu nesse sentido.

O Partido Operário Socialista Húngaro,–como todos os outros partidos comunistas e operários dos países socialistas–está solidário com esse combate difícil e complicado que os partidos irmãos dos países capitalistas travam para quebrar o poder dos monopólios, pelos direitos democráticos da classe operária e das massas trabalhadoras e pela perspectiva socialista. Acha natural que esses partidos procurem as respostas mais adequadas às condições específicas e às circunstâncias existentes para poderem resolver da melhor maneira possível e com os melhores resultados a sua missão histórica. Tudo isto prova que o nosso movimento, sentindo profundamente a sua responsabilidade histórica, guiado pela teoria marxista-leninista viva e que se aperfeiçoa constantemente, procura encontrar as respostas mais adequadas para as questões mais cruciais da nossa era.

A importância das experiências do socialismo existente

Os países socialistas–entre êles a Hungria–têm toda a razão em estar orgulhosos pela influência que o socialismo exerce no desenvolvimento do mundo. Mas não se gabam com

os resultados alcançados, com as soluções por êles aplicadas, não estão convencidos que os processos que aplicaram são obrigatórios para os outros. Se os países que se preparam para encetar o caminho socialista tiverem em consideração a existência, o avanço e as experiências, tanto positivas como negativas, dos países socialistas e, sabendo aproveitar–de forma criadora–todos estes aspectos, e os utilizarem–aproveitando condições nacionais e internacionais mais favoráveis–irão encontrar muito menos dificuldades e terão menos sacrifícios durante esse caminho. As experiências acumuladas pela União Soviética, durante o seu trabalho de pioneiro e de guia na construção da nova sociedade, têm uma importância muito especial.

As experiências dos países socialistas testemunham que, tanto as leis gerais, como as particularidades nacionais são muito importantes e, por isso, devem ambas ser tomadas em consideração. Devem ser aplicadas simultâneamente, numa estreita interrelação, visto só ser possivel resolver as tarefas fundamentais da revolução num país, se se tiverem em conta as relações existentes nesse país. A aplicação unilateral das leis gerais pode ocasionar graves danos e existe o mesmo perigo no caso da tentativa de absolutização das condições específicas nacionais. As principais leis gerais, internacionalmente comuns, da construção do socialismo, leis que a prática demonstrou existirem, não podem, de forma alguma, ser consideradas como uma espécie de "modelo". Nenhum país socialista considera como modelo o seu processo, como não aceita como válidas as críticas que sejam feitas a partir de qualquer outro modelo–sem levar em consideração a análise das relações específicas–à sua prática revolucionária.

Para além de tudo isto, devemos ainda dizer que de modo algum aceitamos os „contra-modelos" apregoados pela burguesia e sob os quais se esconde o ataque do imperialismo contra o socialismo.

O anticomunismo é o mais feroz inimigo do progresso da humanidade

Vendo tudo isto, os partidos comunistas e operários, reunidos em Berlin, decidiram rejeitar unânime e firmemente as calúnias lançadas contra o movimento comunista internacional, os ataques contra o socialismo, o anti-sovietismo, assuntos em que os comunistas não fazem concessões. A propaganda dos círculos extremistas do imperialismo não visa só atacar os países socialistas, bem ao contrário, pretende sim atacar a causa mundial do socialismo, pretende impedir que as massas que vivem nos países capitalistas sintam simpatia pelo socialismo. Tem também como objectivo minar a unidade do movimento operário internacional e das forças progressistas, quer enegrecer o socialismo aos olhos daquêles que sentem náuseas do mundo capitalista, cada vez mais incapaz de resolver a crise existente e que procuram um outro caminho.

A conferência dos secretários dos partidos irmãos dos países socialistas encarregados da política externa e da ideologia também contribuiu para rebater e derrotar estas tentativas imperialistas. Nessa Conferência, realizada em 1977, em Sofia, expressou-se que: os círculos que iniciam e incentivam as campanhas anti-comunistas, são os mesmos que procuram dar uma imagem falsa da política externa e interna dos países socialistas e que se intrometem sistemáticamente nos assuntos internos desses países. Os partidos irmãos rejeitam veementemente essas acções, contrárias ao Direito internacional e ao espírito do documento final da Conferência de Helsínque e afirmam que os países socialistas continuarão a avançar firmemente no caminho por êles escolhido.

O segrêdo da vitória é a unidade

A realização das tarefas históricas concretas e que variam de país para país–nos países socialistas, a construção do socialismo, nos países capitalistas a luta contra o poder dos monopólios, pela democracia, pelas transformações sociais fundamentais e nos estados jovens a luta pela independência nacional completa, pela paz e pela segurança, pelo desenvolvimento nacional–exige, em todas as circunstâncias, a unidade das forças progressistas.

No que respeita às relações entre os partidos marxistas-leninistas, devemos esclarecer que temos uma posição unitária na apreciação das questões fundamentais do nosso tempo. Como é óbvio, a unidade do movimento é um processo dinâmico e não estático, os partidos discutem de forma positiva, para encontrarem as respostas mais adequadas aos problemas e questões que vão surgindo. Sem discussões deste tipo não há progresso; no entanto, temos sempre o cuidado de evitar que essas discussões possam ser utilizadas pelo inimigo de classe, contra nós e para seu proveito. temos sempre o cuidado que essas discussões sirvam sempre o melhor possível a nossa causa. Para tal é necessário que essas discussões decorram sempre num espírito aberto de camaradagem, nunca perdendo de vista a coincidência dos interesses e objectivos comuns, portanto, nunca perdendo de vista o espírito de solidariedade internacionalista e com a consciência de que a nossa responsabilidade aumenta constantemente. Expressando a opinião do nosso Partido, János Kádár, Primeiro-Secretário do Comitê Central do Partido Operário Socialista Húngaro sublinhou, no decorrer da conferência dos partidos comunistas e operários europeus, realizada no ano passado em Berlim: "Os ensinamentos gerais do marxismo-leninismo são aplicados independentemente por cada partido comunista, levando em consideração as características nacionais, as tradições históricas e as relações sociais de cada país. Hoje, quando não há nenhum centro do movimento comunista mundial, quando são os partidos irmãos que determinam a sua própria táctica e estratégia, adquire grande importância a conservação da pureza da teoria marxista-leninista, o aproveitamento teórico das experiências e da prática e o cumprimento cabal do internacionalismo proletário".

Este pensamento reflecte toda a actividade internacional do nosso Partido. O Partido Operário Socialista Húngaro, na base destes princípios, apoia a realização de encontros bilaterais ou multilaterais para troca de impressões, a troca de experiências, os acordos sobre acções a realizar. Desta maneira–segundo as normas aceitas em Berlim por todos os partidos irmãos–reforçamos a nossa cooperação internacional. É nossa firme opinião que a condição objectiva fundamental para o avance proveitoso dos partidos comunistas–independentemente de estarem ou não no poder–é a unidade, a solidariedade internacionalista, é a nossa luta ombro a ombro.

"O caminho do socialismo." Diário *Népszabadság*, 4 de Abril de 1977.

Imre Győri

As questões actuais da actividade ideológica

Sobre o carácter do poder e a democracia

Para a construção eficaz do socialismo é absolutamente indispensável reforçar o poder da classe operária e para tal é preciso intensificar o papel dirigente do Partido e desenvolver o Estado socialista. Com base nos seis decênios de experiência do Partido Operário Socialista Húngaro podemos afirmar que a ditadura do proletariado surgiu e se desenvolveu em nosso País como consequência de uma necessidade histórica; também podemos afirmar que o Estado socialista é, do ponto de vista qualitativo, superior a qualquer estado burguês. Uma das maiores tarefas do nosso desenvolvimento socialista é a ampliação e o aperfeiçoamento da democracia socialista. Com o desenvolvimento modificam-se as funções do Estado e a ditadura do proletariado transforma-se gradualmente no Estado do Povo.

É especialmente importante sublinhar duas grandes correlações: a definição de Estado socialista e a relação entre ditadura e democracia.

Não estamos de acordo com as posições extremistas que dizem que já ultrapassamos a fase da ditadura do proletariado, nem com as que negam a evolução da ditadura do proletariado, evolução que vai-se dando a par com a mudança das circunstâncias.

Muitos exemplos históricos demonstram que, durante a construção do socialismo, se evidenciam várias funções da ditadura do proletariado, consoante as exigências da evolução da sociedade. Com a mudança constante das condições

e circunstâncias, segue-se também a transformação necessária do conteúdo intrínseco das funções.

Por exemplo, a luta pela instauração da ditadura do proletariado na Hungria não teve, o mesmo significado que teve na União Soviética porque, no contexto da nova correlação de forças, logo após a Segunda Grande Guerra Mundial, não tínhamos que temer uma resistência armada, de longa duração, por parte dos inimigos de classe internos e, foi por isso, que tomamos o poder por um caminho e com meios relativamente pacíficos. A ditadura do proletariado em nosso País, de forma semelhante ao que correu em outros países socialistas, assumiu a forma de democracia popular. A contra-revolução de 1956, as condições da luta de classes então existentes exigiram que, ao lado das palavras e argumentos convincentes, fôssemos obrigados a utilizar também métodos administrativos. Entretanto, paralelamente ao fortalecimento geral das posições do socialismo, diminuiu cada vez mais a actividade política das fôrças anti-socialistas internas; a função repressiva do Estado passou, principalmente, a ser utilizada contra a ameaça externa.

A função de organização econômica da ditadura do proletariado, como é obvio, não era a mesma em 1948-1949 do que a que é hoje, visto que em 1948-1949 estava na ordem do dia a extinção do sector capitalista da economia e o lançamento das bases da industrialização socialista e, agora, já lançamos as bases do socialismo, formamos gerações de dirigentes econômicos, fortaleceram-se e desenvolveram-se as empresas estatais e cooperativas, e já temos bastante experiência na resolução dos complexos problemas inerentes à direcção da economia. As tarefas econômicas do Estado socialista aumentaram consideràvelmente, tanto do ponto de vista quantitativo, como do ponto de vista qualitativo.

Na altura da luta pela extinção do monopólio da cultura por parte das antigas classes dominantes, e da luta contra o analfabetismo, o sentido da função cultural-educacional era distinto do que é na actual fase da revolução cultural.

A escolarização das massas, a democratização da vida cultural, a propagação das obras literárias e artísticas são, por si só, actos revolucionários, com os quais se cria o novo tipo de intelectualidade socialista. Como resultado da nossa evolução socialista, começa a desaparecer a fronteira rígida, até agora existente, entre trabalho físico e trabalho intelectual. O esfôrço intelectual já não é monopólio só daquêles que têm um trabalho de tipo intelectual, porque aumenta constantemente a percentagem do trabalho intelectual na actividade dos operários e camponeses. Há um número, cada vez maior de operários e camponeses que inovam ou praticam qualquer outra espécie de actividade com características intelectuais ou que aceitam executar tarefas educacionais ou organizativas mesmo que, segundo os seus estudos ou a sua situação social, não sejam considerados como intelectuais, apesar de terem um elevado grau de preparação.

A ditadura do proletariado é, nas nossas relações actuais, um Estado que garante a necessária base de poder para a resolução das tarefas de construção do socialismo. Não são só os esfôrços do Partido dirigente, esfôrços que expressam os interesses do povo e as leis gerais do desenvolvimento do socialismo que determinam, em dada altura, qual a função mais importante da ditadura do proletariado e como se processa essa função, mas também o comportamento dos inimigos de classe, internos e externos. O nosso caminho histórico nos demonstra, inequívocamente, este facto.

Os clássicos do marxismo-leninismo, partindo do conteúdo de classe do Estado, consideraram que a ditadura e a democracia são dois conceitos inseparáveis.

Uma objeção feita muitas vezes ao Estado socialista é que, como consequência do seu carácter centralizado, freia o desenvolvimento da democracia. Nós incluimos também a disciplina no conceito de democracia, visto ser um dos elementos constituintes do centralismo democrático. A democracia não debilita, antes pelo contrário, enriquece o conteúdo do querer central, estimula a actividade e o espírito

de iniciativa. A expansão da democracia socialista, da democracia nas empresas, a participação dos trabalhadores e das colectividades de trabalhadores na decisão e realização dos assuntos de importância é um dos elementos mais importantes da sociedade socialista desenvolvida. Como é natural, a ampliação dos direitos implica no aumento das responsabilidades. Só assim se pode contribuir ao progresso econômico da democracia no lugar do trabalho, ao êxito da construção socialista.

A democracia tem um papel determinante na construção do socialismo desenvolvido, não só no lugar de trabalho, mas também na vida do Partido, na vida pública, nas organizações de massa e na vida do Estado e possibilita uma coparticipação mais consciente e activa das massas na execução, direcção e controle dos processos sociais. Tudo isto desempenha um papel importante na educação socialista do Homem, e na transformação da sua consciência. É dentro deste espírito que o nosso Partido e Governo apoiam as instituições democráticas, criam condições para o seu surgimento, fortalecimento e evolução. A concordância entre a nossa Constituição e a nossa práctica da vida pública, o nosso sistema eleitoral, a democracia no âmbito municipal, a liberdade de criação científica e artística, e muitas outras coisas demonstram aquilo que acima afirmamos.

A ditadura do proletariado, sendo a ditadura da esmagadora maioria do povo, é o poder mais democrático que até hoje existiu na História da Humanidade, mas não é o expoente máximo da democracia socialista.

A ampliação e o aperfeiçoamento da democracia socialista constitui a direcção principal do desenvolvimento do nosso Estado. Levando em consideração as perspectivas históricas que nos esperam, é isto–conjuntamente com muitas outras coisas–que conduzirá à criação do Estado do Povo, à transformação das funções do Estado em funções da sociedade. Só no período da sociedade socialista desenvolvida chegará o momento da extinção do Estado, pois nessa altura as

funções administrativas e directivas do Estado, funções complexas e de grande importância, passarão para as mãos da sociedade.

A democracia socialista é uma democracia real e, durante a sua evolução, devemos procurar compreender as relações entre o hoje e o amanhã e assim verificaremos que a ditadura do proletariado é algo de muito colorido, pode existir sob múltiplas formas e se desenvolver constantemente. Se bem que o caminho para alcançar aquilo que Marx definiu como auto-governo social, o comunismo, seja ainda muito longo, já temos muitos elementos do nosso poder operário que indicam o caminho para o Estado do Povo.

Confrontamos esta nossa democracia, a verdadeira democracia com às diferentes formas tão apregoadas de democracia burguesa.

No que diz respeito as formas de exercício do poder, fala-se muito da alternativa entre o sistema de partido único e o sistema da pluralidade de partidos. A evolução histórica do nosso País trouxe como consequência a criação do poder da classe operária no âmbito do sistema de um partido único. Não consideramos impossível teóricamente, a construção do socialismo no quadro de um sistema de pluralidade de partidos: esta nossa posição ja foi expressa nos documentos divulgados pelo nosso Partido logo após a derrota da contra-revolução de 1956. Entretanto, acrescentavamos que, no âmbito das nossas condições históricas, esse caminho não era viável para o nosso País. Isso significaria para nós um retrocesso.

A nossa práctica política demonstra que, nas condições do socialismo, não é absolutamente indispensável a existência de vários partidos para que os diferentes interesses existentes na sociedade venham à tona e se proceda à sua conciliação. No nosso País a livre manifestação dos interesses existentes na sociedade está assegurada, e o surgimento de diferenças entre esses interesses e sua conciliação realiza-se tendo em conta os interesses de toda a sociedade. As nossas

instituições democráticas as permitem e as garantem. A existência da multiplicidade de interesses e sua conciliação a partir dos interesses de toda a sociedade é um facto que está bem demonstrado em nossa ampla unidade nacional.

As duas facetas do nosso compromisso com os nossos ideais são o internacionalismo e o patriotismo socialista

A grande força impulsora do nosso trabalho de construção socialista é o amor que o povo tem à sua Pátria socialista, amor expresso nas acções diárias e no trabalho realizado–impregnado de internacionalismo–para alcançar os nossos objectivos revolucionários. O activo patriotismo socialista, ao serviço, dos nossos interesses nacionais, é inseparável do refôrço da solidariedade internacionalista do movimento comunista e operário internacional.

O patriotismo e o internacionalismo são as duas faces do nosso compromisso em defesa do nosso sistema social e dos nossos ideais e são exigências básicas da luta internacional que se trava pela construção da sociedade socialista e pela vitória do comunismo à escala mundial.

O internacionalismo proletário surgiu como consequência dos ensinamentos tirados da luta de classes e contra a inter-ajuda da burguesia à escala internacional. É um ideal tão profundo que na medida que o nosso movimento avança, se desenvolve cada vez mais, sem que, no entanto, mude o seu conteúdo, a sua essência.

O internacionalismo proletário, sendo o ideal que norte a nossa actividade, significa solidariedade e cooperação com todos os destacamentos do movimento comunista internacional e com todos os movimentos progressistas do mundo. Constituem parte integrante desta solidariedade as relações

fraternais existentes entre os países onde já triunfou o socialismo, a cooperação política e ideológica existente entre esses países e o processo de integração económica em curso.

Discutem-se certos problemas relacionados com o internacionalismo proletário como, por exemplo, a questão do partido dirigente a nível internacional, a independência dos partidos, o carácter obrigatório ou não obrigatório das decisões comuns; discute-se também a existência ou não-existência de um "modelo socialista" com validade universal e se a expressão internacionalismo proletário é a mais adequada, etc...

Os elementos fundamentais do internacionalismo proletário, segundo a opinião do Partido Operário Socialista Húngaro, são os seguintes:

– a conciliação dos interesses por intermédio da ligação entre os interesses nacionais e internacionais;

– a solidariedade e a ajuda mútua entre os partidos irmãos;

– a colaboração, num espírito franco, de camaradagem, e na base da autonomia, da independência e da não-interferência nos assuntos internos;

– a luta contra toda e qualquer forma de anti-marxismo, nacionalismo e anti-sovietismo;

– a conciliação da divergência de opiniões no espírito do respeito mútuo.

O nosso Partido não sente necessidade de rever seja o que fôr dos ideais do internacionalismo proletário. É de conhecimento público as nossas relações políticas, de princípio, com a União Soviética, com o Partido e o povo desse país, relações que são apoiadas por todos os membros do nosso Partido e por todo o nosso povo. Sempre procuramos atuar conseqüentemente para que essas relações se aprofundem e se tornem indestrutíveis. A experiência histórica nos demonstra que, na ascensão da nossa Nação, na construção do socialismo, teve sempre grande importância a cooperação bilateral com a União Soviética e o facto de podermos contar com a amizade e a aliança do povo soviético.

A história contemporânea do nosso povo, da classe operária húngara está intrínsecamente ligada à luta do povo e dos comunistas soviéticos. A fundação do nosso Partido, em 1918, o aparecimento da República dos Conselhos, a libertação do nosso País, o começo do desenvolvimento socialista, a derrota da contra-revolução em 1956 e os progressos desde então alcançados são tudo provas de ajuda directa e indirecta que a União Soviética com o auxílio do seu Partido Comunista nos presta. O facto de cultivarmos a nossa amizade e as nossas relações com a União Soviética é, por um lado, uma questão de princípios, uma exigência dos nossos sentimentos comunistas e da nossa convicção marxista; por outro lado é uma realidade histórica, sem a qual não teríamos obtido os resultados que obtivemos na transformação da sociedade.

O desenvolvimento e fortalecimento das relações de amizade e de fraternidade com a União Soviética constituem, para nós, uma questão primordial, tanto política como de luta. A amizade húngaro-soviética, a cooperação com a União Soviética, são fontes indispensáveis de energia para a construção da sociedade socialista desenvolvida, e para a defesa da Paz. Esta nossa posição está perfeitamente sincronizada com a solidariedade internacionalista que nos liga aos demais países socialistas e seus partidos, aos partidos irmãos dos países capitalistas desenvolvidos e do "terceiro mundo" que lutam, em condições muito complexas, e a todas as fôrças progressistas e amantes da Paz.

As forças da reacção internacional procuram, por intermédio de campanhas anti-comunistas, impedir o avanço do movimento que luta pela Paz e pelo progresso social. A União Soviética é o principal alvo desse anti-comunismo. Porém esses ataques anti-comunistas não visam só a União Soviética, visam também os demais países socialistas, o movimento comunista internacional e todas as forças progressistas ou amantes da Paz. Por isso, hoje em dia, o nosso fundamental dever internacionalista, é insurgirmo-nos contra toda

e qualquer manifestação de anti-comunismo que possa surgir e, conseqüentemente, contra o anti-sovietismo. Portanto, o internacionalismo significa também que todo e qualquer ataque dos nossos inimigos contra a União Soviética deve ser considerado como um ataque contra todos nós; do mesmo modo, todo e qualquer ataque que nos vise deve ser também considerado como um ataque contra a União Soviética.

O nacionalismo, seja qual fôr a forma que revista, apareça onde aparecer, enfraquece sempre o internacionalismo proletário. O nacionalismo é, básicamente, um produto da burguesia, mas verificamos que é capaz de aparecer mesmo no âmbito das relações socialistas. A sua forma principal de aparição consiste em exagerar os interesses nacionais, realmente existentes, em colocar esses interesses acima de tudo–e tudo aquilo que acompanha este exagero: a tentativa de colocar a nação numa situação privilegiada, de isolá-la. Face a isto e levando em consideração os interesses reais da nossa economia nacional, o Partido Operário Socialista Húngaro e o nosso Govêrno impulsaram a integração econômica socialista, o cumprimento do programa complexo do COMECON, e isto, corresponde também ao interesse geral de todos os países socialistas. O desenvolvimento da integração econômica socialista influencia também a vida política e ideológica; com o fortalecimento da colaboração na base do respeito aos interesses mútuos, com a solidariedade e amizade que se desenvolve numa base ideológica e de princípios, corta-se a fonte do nacionalismo nocivo no campo dos interesses econômicos, cultural e político.

No âmbito das relações socialistas é de elementar importância analisar, à luz da realidade, as fontes do nacionalismo. Uma das condições mais importantes para lutar com êxito contra o nacionalismo é a preparação conveniente do terreno, na etapa de construção da sociedade socialista desenvolvida, para fortalecer os sentimentos de patriotismo socialista nas amplas massas, para incrementar o patriotismo dos milhões de pessoas que estão de acordo com o futuro socialista da nação. Também não é possivel falar de internacionalismo salutar sem o fortalecimento e ampliação do patriotismo socialista das massas e sem o conhecimento da realidade nacional. O patriotismo socialista é o patriotismo activo em prol do socialismo, actividade colectiva, trabalho e permanente estado de alerta para bem servir o socialismo e a Pátria. A essência principal do patriotismo socialista é a identificação activa com a colectividade, com a nação socialista e suas perspectivas, identificação intrínsecamente ligada à causa do socialismo mundial. Só estando ao lado do patriotismo socialista podemos compreender os nossos deveres internacionais, assim como, só é possível seguir aperfeiçoando o nosso patriotismo baseado no internacionalismo proletário.

"Elevamos o nivel de ensino e de educação marxista-leninistas" (fragmento). Revista *Társadalmi Szemle*, 1976 N° 12.

János Kádár

Algumas experiências da construção do socialismo na Hungria

A proclamação da República dos Conselhos de Hungria, em 1919, a dominação do regime fascista de Horthy entre as duas grandes guerras mundiais, a segunda vitória do poder operário em 1948, depois da libertação, o levantamento contra-revolucionário de 1956 e a sua derrota são acontecimentos da História Contemporânea Húngara, as quais provam que a luta de classes no nosso País revestiu, muitas vezes, formas profundamente agudas e, por isso, trouxe ensinamentos claros e inesquecíveis.

O caminho percorrido pelo nosso Partido e pela nossa classe operária não foi nada fácil, êxitos e fracassos sucederam-se durante a longa luta. Os factos demonstram que o nosso Partido soube tirar os devidos ensinamentos destas lutas e que a nossa classe operária e o nosso povo sairam vitoriosos das rudes provas históricas. O XI Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro, realizado na Primavera de 1975 declarou com toda a justeza, referindo-se à situação actual: a nossa situação política interna, de há vinte anos para cá, é uma situação estável, o nosso desenvolvimento é dinâmico e sem quebras, o Povo segue o Partido, o poder operário é forte e as posições do socialismo são sólidas. A República Popular Húngara prossegue com êxito a construção da sociedade socialista desenvolvida.

O Congresso aceitou a nova declaração programática do Partido, que determina as principais tarefas a cumprir no processo de construção da sociedade socialista desenvolvida,

durante os próximos 15 a 20 anos, sublinhando que, por este caminho, nos aproximamos cada vez mais do nosso objectivo final, que é a criação da sociedade sem classes, da sociedade comunista. O Congresso reforçou e desenvolveu, de acordo com as novas exigências, a principal linha política, temperada nas lutas históricas do Partido, os princípios fundamentais da nossa política, os elementos principais do nosso trabalho prático. Trataremos a seguir de algumas questões relacionadas com este assunto.

Patriotismo – internacionalismo

O nosso Partido, a vanguarda revolucionária da classe operária, actua, desde a sua fundação em 1918, de um modo patriótico e internacionalista e manteve-se sempre fiel aos seus princípios, fossem quais fossem as condições existentes. O Partido considera agora, na altura da construção da sociedade socialista, como sua obrigação, ter em consideração, por um lado, as características nacionais, os dados específicos do nosso País e, por outro lado, as principais leis comuns da construção do socialismo, internacionalmente válidas.

Na República Popular Húngara, país onde o povo vive livremente, na posse da independência nacional e da soberania, onde se acabou a exploração do homem pelo homem, onde se constrói a sociedade socialista desenvolvida, o patriotismo socialista se tornou uma importante lei moral da nossa vida social, o nosso Partido, a nossa classe operária, sendo a força dirigente da nossa sociedade, é também a expressão dos verdadeiros interesses nacionais, o herdeiro e prosseguidor de todas as tradições históricas progressistas da nossa Pátria, a garantia dos verdadeiros valores do nosso passado nacional. O nosso Partido considera como sua obrigação ajudar o nosso povo e a nossa juventude a cultivar o respeito pelas tradições progressistas. Os verdadeiros interesses do nosso povo e da nossa nação são e serão representa-

dos pelo socialismo. O patriotismo activo é uma grande força motriz na construção do socialismo: o nosso povo considera a criação da sociedade socialista desenvolvida como o seu programa nacional e isto é, para nós, uma enorme fonte de energia e força.

O nosso Partido considera que não se pode separar o patriotismo do internacionalismo proletário e que estes dois ideais representam as duas faces do compromisso com a causa do socialismo. Nas nossas actuais relações consideramos como características principais do internacionalismo proletário: pôr de acordo os interesses nacionais e internacionais; reforçar a unidade; o apoio mútuo; a cooperação entre camaradas; a tomada de posições e acções colectivas nas questões políticas fundamentais, na base da igualdade de direitos, da autonomia e da voluntariedade dos partidos irmãos. As novas experiências do movimento comunista internacional, a última conferência dos partidos comunistas e operários europeus, realizada em Berlim, demonstra também a importância especial dos intercambios, bilaterais e multilaterais, de impressões, do desenvolvimento e aperfeiçoamento da teoria marxista-leninista, base do nosso movimento, por intermédio do esforço comum, da cooperação ideológica e da generalização das experiências.

Consideramos como um elemento fundamental do internacionalismo proletário que os partidos irmãos estudem, tomem em consideração e utilizem correctamente, no seu trabalho, as experiências do movimento comunista internacional e, simultâneamente, dêm a conhecer as experiências adquiridas durante a sua luta, enriquecendo assim o arsenal ideológico do marxismo-leninismo.

O Partido Operário Socialista Húngaro considera que, para além das experiências que êle mesmo adquire, é de grande importância as experiências de luta do movimento operário internacional, os ensinamentos dos partidos irmãos. O nosso Partido aprendeu e aprende de todos os partidos comunistas e de todas as forças revolucionárias. Consideramos de extrema importância o rico arsenal de experiências práticas e teóricas do Partido Comunista da União Soviética, fundado por Lénine e também o desenvolvimento pioneiro do primeiro país socialista do mundo. As forças revolucionárias mundiais aprenderam e aprenderão com as experiências históricas, sempre válidas, da União Soviética, que festeja este ano o 60° aniversário da sua fundação.

O facto de utilizarmos essas experiências não significa que as utilizemos mecânicamente, desvirtuando a nossa autonomia. Cada partido é responsável por levar ou não em consideração a experiência dos outros partidos e pela forma como a utiliza. O nosso Partido ao utilizar e aproveitar os ensinamentos gerais do marxismo-leninismo, tem sempre muito cuidado fazendo-o da forma mais de acôrdo com as características históricas, políticas, económicas e outras do nosso País, de um modo criador. Por isso dizemos que o partido dos comunistas húngaros, o Partido Operário Socialista Húngaro é, simultâneamente, patriótico e internacionalista.

Sobre o Partido

O Partido da classe operária ocupa um papel determinante na orientação da revolução socialista. Esta é uma tese marxista-leninista. O Partido é a força de vanguarda revolucionária, marxista-leninista de classe operária, o organismo político máximo da classe operária, que representa e executa os interesses de classe e de todo o povo.

O Partido Operário Socialista Húngaro, em sua actuação, guia-se, pela teoria do marxismo-leninismo, trabalha na base das normas leninistas. É a força dirigente aceita pela sociedade húngara, dirige a construção da sociedade socialista e a Constituição define o seu papel e lugar na vida da sociedade socialista.

Sabemos por experiência própria a importância da inter-

pretação correcta do papel dirigente do Partido. Na história do Partido por vezes aconteceu que a significação do papel dirigente foi interpretada de uma forma mecânica, pensava-se que deve ser do Partido a competência de resolver directamente todos os problemas e que o papel dirigente só era assegurado nos sítios onde o Partido se encarregava de resolver, na prática, todas as tarefas. Apareceram também opiniões radicalmente opostas à anterior, segundo as quais o papel dirigente do Partido devia reduzir-se ao trabalho de orientação ideológica.

Hoje em dia, tendo aprendido as lições tiradas dos erros do passado, o papel dirigente do Partido manifesta-se da seguinte maneira: o Partido toma a iniciativa, determina as principais directivas do trabalho de construção, convence os apartidários, os trabalhadores, do nosso País da justeza daquelas, mobiliza-os para ajudá-los a cumprir as tarefas e controla o processo de realização. Os organismos do Partido só podem tomar medidas com carácter obrigatório para os seus membros. Os comunistas que trabalham nas esferas estatal, económica e nas organizações de massas, respondem perante o Partido pelo cumprimento das tarefas que lhes são confiadas. O Partido não considera o seu papel dirigente como um privilégio, mas sim como a obrigação de servir o povo, a obrigação de, na devida altura e tendo sempre em consideração os interesses de todo o povo, definir as tarefas a realizar e também que os comunistas, com o seu exemplo, encabecem sempre o trabalho.

No nosso País, em consequência do desenvolvimento histórico, criámos um sistema de partido único: concretizou-se a unidade política da classe operária. Da junção entre o Partido Comunista Húngaro e o Partido Social-Democrata e como expressão da aspiração pela unidade da classe operária, formou-se o Partido que hoje chama-se Partido Operário Socialista Húngaro, representante dos interesses da classe operária unida. O seu surgimento, há quase trinta anos,

foi, na Hungria, a condição fundamental para a conquista do poder operário, para o início da construção socialista.

Na nossa opinião, o sistema de partido único ou a existência de vários partidos não é uma questão ideológica. Há vários exemplos que demonstram que o socialismo também pode ser construido no âmbito da pluralidade de partidos. O que é importante é a existência ou não existência da unidade de combate entre as forças empenhadas na construção do socialismo.

O facto de existirem ainda, na nossa sociedade, diferentes classes e de, ao mesmo tempo, existir um único Partido, que é o partido que está no Governo, traz uma dedução importante: o nosso Partido deve velar por considerar os diferentes interesses existentes na nossa sociedade e por conciliá-los. No nosso País desapareceram, em consequência do desenvolvimento político-social, as antigas classes exploradoras e hoje só existem classes e camadas trabalhadoras amigas, cujos interesses fundamentais coincidem. Para além dos interesses gerais da sociedade existem, no entanto, diferentes interesses de grupo e individuais. O Partido reconhece a sua existência e considera como sua obrigação garantir a sua satisfação, nunca perdendo de vista a prioridade dos interesses gerais da sociedade. As organizações sociais e de massas, principalmente os sindicatos, as cooperativas e as organizações de juventude, têm um importante papel a desempenhar na expressão dos interesses de grupo e individuais. As conversações que se realizam periódicamente, a diversos níveis, entre o Partido, o Governo e os representantes das organizações acima mencionadas, ajudam a compreender e conciliar esses interesses; esta é uma prática natural e comprovada do nosso Partido desde há muito tempo.

O Partido revolucionário, marxista-leninista, é um organismo vivo, que se desenvolve e se aperfeiçoa constantemente e que, tanto nos seus objectivos, como na vida organizativa, deve sempre se adaptar às exigências de cada época. Os princípios do centralismo democrático são também, hoje

em dia, rigorosamente cumpridos, para que o Partido possa cumprir cabalmente os objectivos para que foi fundado, e isto tanto no que respeita à sua actividade, como à sua estructura. O carácter de vanguarda já não significa hoje o que significava na altura em que o movimento comunista dava os seus primeiros passos, sobretudo na altura da ilegalidade, altura em que o Partido tinha um campo de acção restricto, sendo, pouco mais ou menos, o Partido dos revolucionários profissionais e, por isso mesmo, um partido de quadros e não um partido de massas. Nos nossos dias o carácter de vanguarda se expressa da seguinte forma: o Partido é um centro aglutinador das forças mais progressistas da sociedade, que representam todas as classes e camadas sociais do nosso País, que trabalham na construção socialista; por outro lado orienta e dirige o desenvolvimento da nossa sociedade.

O crescimento contínuo do nosso Partido, devido à adesão de novas gerações de comunistas, as novas tarefas que sempre vão surgindo durante o processo de construção socialista, exigem que o Partido se esforce por aperfeiçoar o seu estilo de trabalho, que seja sempre capaz de estar à altura das exigências de cada época, que os seus membros elevem o nível da sua preparação marxista-leninista e reforcem constantemente a sua ligação com as massas. No ano passado, ao realizarmos a troca dos cartões dos membros do Partido, tivemos precisamente como objectivo reforçar a unidade ideológica, política e de acção do Partido e reforçar também a recente decisão do Comitê Central sobre a preparação marxista-leninista dos membros do Partido e sobre o aperfeiçoamento da nossa propaganda.

O nosso Partido, constituindo a vanguarda da classe operária, luta pelos interesses de amplas massas de trabalhadores e, assim procedendo, amplia a sua base de massas e torna-se cada vez mais o Partido de todo o povo trabalhador. A declaração programática do nosso Partido sublinha: o Partido tornou-se, com a diminuição das diferenças existentes entre as distintas classes e camadas sociais, a vanguarda marxista-leninista de todo o povo.

Sobre a política de alianças

O papel dirigente do Partido é indispensável, mas a força que faz a História é o próprio povo e a construção da sociedade socialista só pode ser a obra de todo o povo. Se tivermos em consideração o número de membros do Partido, chegamos à conclusão de que, por si só, não seria capaz de construir a sociedade socialista. A nova sociedade é construida para todo o povo e, por isso, tem de ser construida por comunistas e apartidários, pelo povo, pelas massas, formadoras da História, guiados e orientados pelo Partido. Os comunistas, o Partido, só sabe e só quer construir o socialismo com todo o povo, até mesmo porque o objectivo da sua vida, a razão da sua existência é o bem-estar de todo o povo, é a de servir o povo. O resultado do trabalho do Partido, que orienta a construção do socialismo, depende pois da maneira como consegue agrupar, à sua volta, as grandes massas populares apartidárias. Sem aliados, sem as massas, não conseguiria a vitória. E, por isso mesmo, a política de alianças, o fortalecimento das relações com as massas é para o Partido uma questão ideológica e política de capital importância e não uma questão táctica.

A política de alianças é uma política de classe: antes de tudo é a política de aliança entre classes, sendo a sua base fundamental o fortalecimento da aliança operário-camponesa. A política de alianças expressa também a cooperação entre os 750.000 comunistas e os milhões de trabalhadores que não estão filiados ao Partido. Segundo as experiências do nosso Partido, a base das boas relações com as massas é a confiança mútua, confiança que o nosso Partido deve constantemente merecer e reforçar. É para nós uma grande

satisfação que o XI Congresso do Partido tivesse podido concluir que: "a confiança mútua entre o Partido e as massas, as relações estreitas entre o Partido e o povo, a solidez destas relações representam muito para nós, são mais importantes de que qualquer outra coisa. O nosso povo sabe que pode contar com o nosso Partido, temperado nas lutas, em todas as circunstâncias; o nosso Partido sabe que pode contar, com toda a certeza, com o nosso povo na resolução de toda e qualquer tarefa que seja necessário executar, pode contar com essa força viva da unidade socialista nacional, que aumenta de ano para ano".

Já aprendemos que não devemos procurar os aliados só nas situações difíceis, que não é só nessas circunstâncias que devemos fazer apêlo ao auxílio das massas, devemos também proceder assim quando as coisas vão correndo bem. O nosso Partido prossegue na sua política de alianças desde a sua fundação e, no momento em que eram fortes os laços que os uniam às massas, nessa altura sempre obteve êxitos; quando as suas relações com as massas eram menos fortes, seja por demasiada rigidez, seja por erros ideológicos, essa altura sofreu grandes insucessos.

A política de alianças é, antes de tudo, a cooperação política na base de interesses e objectivos comuns. Um dos aspectos essenciais da política de alianças é de que o Partido, sendo a força de vanguarda, deve ir a frente, mostrar o caminho, mas deve ineluctavelmente convencer as massas, ganhar o seu apoio e conseguir que sejam capazes de acompanhar o Partido. Numa fase anterior do nosso processo de desenvolvimento aconteceu que o Partido avançou, às vezes, mais depressa do que as massas e, por consequência, distanciou-se delas. Por isso, mais tarde, tivemos de adaptar a nossa prática às realidades e encontrar um ritmo de avanço conveniente. Passou-se assim quando da reorganização socialista da agricultura, que concretizâmos com êxito total de 1958 a 1961, porque não perdemos de vista as intenções e interesses das massas camponesas, cumprindo escrupulosamente o princípio da voluntariedade e utilizando convenientemente a aliança operário-camponesa; tudo isto depois de várias vezes termos procurado, em vão, realizar esta reorganização.

Devemos procurar convencer diáriamente os nossos aliados da justeza dos nossos objectivos a longo prazo e, assim, ampliar o círculo daqueles que concordam com a nossa causa e com os nossos ideais. Podemos dizer, sem exagerarmos, que, práticamente, todo o nosso povo está de acordo com os nossos objectivos políticos. No entanto devemos ter sempre bem presente que a determinação do ritmo de desenvolvimento da revolução socialista é uma questão política que requer sempre grande atenção e cuidado.

A nossa prática diária tem convencido os nossos aliados da justeza da nossa política e, segundo as nossas experiências, a aliança tende a estreitar-se e reforçar-se cada vez mais se discutindo em bases políticas e com firmeza ideológica, conjuntamente com os nossos aliados, decidirmos com cuidado os objectivos e o ritmo de desenvolvimento social.

A cooperação concretiza-se entre homens com diferentes visões do mundo. O Partido não põe de lado os seus princípios marxistas-leninistas para facilitar a cooperação política. A colaboração política com os aliados, as discussões teóricas para esclarecimento de posições e pontos de vista, a discussão aberta e sincera dos problemas, tendo sempre em consideração os interesses de ambas as partes, a troca de opiniões num espírito construtivo, são coisas que se complementam e se condicionam. Foi a nossa política paciente que convenceu os dirigentes das Igrejas da necessidade da cooperação. A colaboração, a cooperação é, para além do facto do programa socialista servir e expressar também os interesses básicos dos crentes, a causa fundamental das boas relações existentes entre o Estado e a Igreja. Também foram criadas, nos últimos tempos, excelentes condições para a cooperação social com os dirigentes das Igrejas húngaras no seio da

Frente Popular Patriótica, organização cujo programa básico também é a construção da sociedade socialista.

O Partido prossegue a sua política de unidade socialista nacional, que é a forma mais ampla de expressão da política de aliança. A sua base objectiva e subjectiva consiste em terem desaparecido as contradições antagônicas da sociedade, visto que hoje só existem classes e camadas trabalhadoras amigas e também porque a construção do socialismo já se tornou um programa nacional. Esse grau de expansão da política de alianças expressa o grau do nosso desenvolvimento. A unidade socialista nacional apoia-se no desejo comum da construção do socialismo, de paz, de prosperidade nacional e de resolução comum dos objectivos, que expressam interesses comuns. Tudo isto ficou claramente expresso no VI Congresso da Frente Popular Patriótica, realizado há pouco tempo e que demonstrou a sua adesão às directivas básicas do XI Congresso do Partido, ao programa que determina a construção da sociedade socialista desenvolvida.

Sobre o carácter do poder e o papel do Estado

O poder é a questão fundamental de todas as revoluções. O poder é um instrumento para a concretização dos objectivos sociais e econômicos. A classe ou classes dominantes determinam, antes de tudo, o carácter do poder, pois o poder representa sempre interesses de classe, tem como fim determinar e concretizar objectivos. Conhecemos, no decorrer da História, muitas maneiras de tomar e exercer o poder. A maneira como uma classe chega ao poder e que forma de poder instaura, depende sempre das condições objectivas existentes. O mesmo se passa em relação à classe operária.

A construção do socialismo no nosso País não é possível sem o poder da classe operária. O poder, nas mãos da classe operária, é um instrumento para concretizar os seus objectivos históricos, para chegar ao socialismo, construí-lo e defende-lo. Na Hungria, em 1919, o poder operário revestiu a forma de República dos Conselhos, em 1947-1948 a forma de democracia popular. O poder instaurado em 1947-1948, se examinarmos a sua forma, diferiu muito tanto da ditadura do proletariado instaurada na Rússia, em 1917, como da República dos Conselhos em 1919, na Hungria.

Todos os países socialistas, hoje em dia existentes, chegaram ao socialismo por intermédio da ditadura do proletariado. Na antiga Rússia tzarista a classe operária tomou o poder com a luta armada e defendeu-o com as armas na mão contra a intervenção externa, durante uma longa e dura guerra civil. As transformações socialistas na União Soviética, a industrialização, a colectivização da agricultura só puderam ser realizadas nas condições então existentes, ou seja, oprimindo e reprimindo pela violência as classes exploradoras capitalistas e latifundárias. Com o fortalecimento da classe operária, com a consolidação do poder e com o avanço da revolução esta situação modificou-se. Baseando-se neste facto, o Partido Comunista da União Soviética chegou à conclusão de que a ditadura do proletariado já desempenhou o papel histórico que tinha a desempenhar e se transformou no Estado do Povo, mas que, ao mesmo tempo, a classe operária conserva o seu papel dirigente na fase de construção do comunismo.

A situação não era a mesma quando a classe operária tomou o poder nas democracias populares. A existência e o desenvolvimento da União Soviética, a vitória que alcançou na Segunda Grande Guerra Mundial, criou uma situação completamente nova. Nos países socialistas europeus a classe operária tomou o poder pacificamente e, desde o começo, concretizou a mais ampla política de alianças. No entanto, no Vietname, na China e em Cuba a classe operária lutou duramente para conseguir tomar o poder.

A instauração da ditadura do proletariado no nosso País, tanto em 1919, como em 1947-1948, foi o resultado duma

necessidade histórica. A classe operária húngara tomou, em ambas as ocasiões, o poder com meios relativamente pacíficos mas, em ambos os casos, teve de lutar duramente para o conservar. Na sociedade atrasada, cheia de sobrevivências feudais, os confrontos de classes atingiram uma dureza extrema. Tivemos todos os dias que defender com as armas nas mãos a República dos Conselhos contra as forças armadas intervencionistas e só a excessiva força do inimigo fêz com que fosse derrotada. Nos decenios a seguir a 1945 esteve sempre potencialmente, presente o perigo do ataque inimigo, se bem que esse perigo diminuisse cada vez mais; como é do conhecimento geral, em 1956 rebentou, por causas conhecidas, uma revolta contra-revolucionária, aberta, que foi preciso derrotar pela força das armas.

Segundo a opinião do nosso Partido, para assegurar as condições internas e externas necessárias para a construção socialista na República Popular Húngara, é e será necessário manter ainda por muito tempo o poder da classe operária e o Estado socialista. A teoria que diz que o apaziguamento da luta de classes é a única possibilidade real é tão falsa como a que dizia que, à medida que avança a construção do socialismo, se intensifica e se aguça constantemente a luta de classes. Tudo isto depende sempre da correlação interna e internacional de forças. O objectivo dos comunistas nunca é o de aguçar a luta de classes mas, no entanto, devemos sempre contar com essa possibilidade e, por isso mesmo, devemos estar constantemente preparados para enfrentá-la, porque é nossa obrigação defender a revolução. Também devemos levar sempre em consideração que, se bem que hoje predomine internacionalmente o desanuviamento, a competição pacífica entre os dois sistemas mundiais e a luta ideológica, no entanto o imperialismo não renunciou ainda à sua actividade subversiva política, às suas tentativas de intrometer-se nos assuntos internos dos países socialistas.

O conteúdo das funções do Estado socialista aumenta e modifica-se constantemente. Com o fortalecimento das

posições do socialismo, com o desaparecimento das classes exploradoras, a actividade do inimigo de classe ficou reduzida ao mínimo e, por consequência, diminuiu também a função repressiva do Estado. Hoje, na Hungria, a principal função do Estado é a organização e orientação, o trabalho económico e educacional-cultural.

A essência do poder e do Estado socialista é o democratismo. Um conhecido teorema marxista diz que o democratismo de um sistema é, essencialmente, condicionado pelo seguinte: quem detem o poder político e económico, quem possui o aparelho do Estado e os meios de produção; esse poder para que classes e em que questões assegura direitos e possibilidades reais de participação na vida do Estado, nos assuntos de toda a sociedade; têm ou não os trabalhadores possibilidades reais de decisão e de controlo. Visto o Estado socialista personificar o poder operário, serve, por isso mesmo, o interesse da totalidade dos trabalhadores e o poder é, por isso, mais democrático que o de qualquer democracia burguesa. A democracia socialista é a democracia do povo, no verdadeiro sentido da palavra, é o mais democrático de todos os sistemas que a humanidade até aqui conheceu.

Com a expansão do nosso Estado socialista torna também cada vez mais profunda e ampla a democracia socialista. Baseando-nos nos excelentes resultados alcançados nos últimos anos, descobrimos novas possibilidades de ampliar a democracia, especialmente em três esferas muito importantes da vida social: nas autarquias locais, nas fábricas e nas cooperativas.

Nas circunstâncias hoje existentes atribuimos uma importância especial ao desenvolvimento da democracia nas fábricas. A democracia nas fábricas é uma parte fundamental da democracia socialista, dá grandes possibilidades de intervenção e de opinião por parte dos trabalhadores na economia das empresas e nos assuntos locais e da vida pública, ajuda a desenvolver o carácter criador do trabalho, é um instru-

mento importante para a formação de relações socialistas entre dirigentes e subordinados, aumenta o sentido de responsabilidade dos trabalhadores e incrementa a sua actividade.

Desejamos incrementar o desenvolvimento da democracia, melhorando o trabalho dos organismos estatais. O Partido atribui grande importância ao aperfeiçoamento do aparelho administrativo do Estado, porque o trabalhc preciso, minucioso e com conhecimento de causa desenvolve o estado de espírito democrático e dificulta o burocratismo.

A história já demonstrou, na prática, a previsão dos nossos clássicos, de Marx, Engels e Lénine, os quais sublinharam que, na fase de transição para o socialismo, a par da coincidência das características gerais, esse periodo pode revestir formas diversas de país para país. A Comuna de Paris, em 1871, a Grande Revolução Socialista de Outubro, em 1917, as democracias populares fundadas depois da Segunda Grande Guerra Mundial já, quando do seu surgimento, dispunham de particularidades inerentes a cada situação específica e às possibilidades da época. Os Estados socialistas existentes também se modificam, desenvolvem-se. É provável que a revolução socialista venha a revestir novas formas noutros países. Poder-se-ão também modificar as formas do poder, do Estado e do governo e das instituições democráticas. Hoje ainda não é possivel dizer em realidade quais serão essas formas. O que é certo, no entanto, é que a transformação qualitativa das relações sociais se dará quando, num determinado país, a ordem social socialista substituir necessáriamente o capitalismo.

No nosso País o poder da classe operária revestiu uma forma correspondente às condições específicas existentes, que foi comprovada na prática. Como é natural, em condicões diferentes podem aparecer outras soluções. O caminho por onde vamos é claro. O XI Congresso do Partido concluiu: "Com o desenvolvimento da nossa sociedade, com a diminuição das diferenças existentes entre as diversas clas-

ses, com a criação da sociedade socialista desenvolvida, o Estado da ditadura do proletariado transformar-se-á gradualmente no Estado Socialista de todo o povo, cuja força dirigente continuará a ser a classe operária. Na sociedade socialista desenvolvida aparecem e desenvolvem-se os elementos de auto-governo comunista."

Trabalho de construção econômica

Depois da conquista do poder a principal tarefa da classe operária é começar imediatamente a lançar as bases econômicas da nova sociedade e, depois, começar a construí-la. O êxito do trabalho de construção econômica determina o destino do socialismo. Disto depende que o socialismo possa ou não vencer definitivamente o desaparecido sistema capitalista e seja capaz ou não de garantir melhores e mais justas condições de vida do que a sociedade anterior. Isto depende, em grande medida, do grau de organização do trabalho, da sua eficácia e do desenvolvimento planificado da economia. O XI Congresso do nosso Partido sublinhou que, na nossa vida social, não há nenhuma esfera que não dependa da produção e dos resultados do trabalho de construção.

A base do trabalho de construção econômica socialista é a propriedade colectiva dos principais meios de produção, que cria condições para a produção na economia planificada, para a administração equilibrada da riqueza nacional, para desenvolver científicamente os meios e relações de produção e para aumentar periódicamente o nível de vida da população. Existem várias formas da economia planificada. A forma por nós utilizada caracteriza-se pela determinação e regularização dos principais processos econômicos pelos organismos centrais do Estado, ao mesmo tempo que as empresas dispõem de grande autonomia. Os planos a longo prazo, os planos quinquenais e os planos anuais têm um papel determinante na orientação da vida econômica, sendo

complementados pelos planos das empresas, das autarquias locais e das cooperativas. Depois de termos cumprido com êxito o quarto plano quinquenal, começamos, confiantes, a concretizar as tarefas dos próximos anos, determinadas pelo quinto plano quinquenal, com o cumprimento do qual daremos um importante passo em direcção à criação da sociedade socialista desenvolvida.

O desenvolvimento da nossa economia está bem expresso em alguns números significativos. A situação actual da nossa economia, comparada com a de antes da libertação, mostra ter havido uma mudança qualitativa. Ao apreciarmos estes dados não devemos nos esquecer que a República Popular Húngara é um país com apenas 93.000 km² de superficie, com 10 milhões e meio de habitantes e que dispõe de muito poucas fontes de matéria prima e energia. Possuimos três vezes e meia mais instrumentos de produção do que os que havia antes da guerra. O nosso País era um país atrasado e, nos últimos trinta anos, depois da libertação, tornou-se um país com uma importante indústria moderna e com uma agricultura altamente mecanizada que, dentro de pouco tempo, passará a pertencer ao grupo dos países altamente industrializados. Em relação a 1938 a produção industrial decuplicou, a produção agrícola, com menos terra arável e só com metade da mão-de-obra da de antes da guerra, é uma vez e meia maior, a renda nacional é cerca de cinco vezes maior. De acôrdo com a transformação da estructura econômica, mudou completamente a face da sociedade: hoje a maioria da população já trabalha na indústria e a nossa maior e mais importante classe é a classe operária. As condições de vida da população estão de acôrdo com o desenvolvimento econômico. Há pleno emprego, a segurança social cobre toda a população, o direito à assistência médica e hospitalar gratuita é um direito constitucional de todos os cidadãos. Se bem que o problema habitacional ainda seja difícil, somos um dos primeiros países da Europa no que respeita ao ritmo

de construção de habitações. Nos últimos quinze anos construimos um milhão de habitações.

No mundo capitalista, com as crises sucessivas dos últimos anos, ficou de novo demonstrada a supremacia da economia socialista planificada. Conseguimos assegurar, mesmo em condições difíceis, o desenvolvimento sem quebras da nossa economia e, se bem que mais modestamente, continuamos a aumentar o nível de vida do nosso povo, sendo este facto considerado pelos trabalhadores como um sinal da segurança e solidez do nosso sistema social. Não podemos ainda dizer que já vencemos todas as dificuldades. A influência desvantajosa das mudanças que se têm produzido na economia mundial, influência esta, com a qual devemos contar ainda durante muito tempo, pode ser contrabalançada, se-lo-a, principalmente melhorando o trabalho de construção nacional, com o aumento da eficiência, com o reforçamento do COMECON, com a ampliação cada vez maior e mais forte da integração econômica socialista, com o ampliação das relações estabelecidas com os países capitalistas na base das vantagens mútuas. Temos todas as razões para estarmos confiantes, porque o poder operário e a economia nacional se desenvolvem rápidamente e porque podemos contar com a cooperação econômica entre os países socialistas. Nos próximos 15 a 20 anos, com a criação da base econômica e técnica da sociedade socialista desenvolvida, o nosso País passará a ser um país econômicamente desenvolvido.

O trabalho de construção no âmbito da cultura

Uma importante tarefa do Estado socialista, a longo prazo, é a organização e orientação do trabalho de educação cultural. O desenvolvimento da consciência socialista é, não só, uma das principais reservas do desenvolvimento econômico, mas também uma das condições essenciais do florescimento

da personalidade e da actividade na vida pública. Apoiar por múltiplas formas o desenvolvimento cultural dos cidadãos, fazer desaparecer as diferenças culturais existentes é um dos importantes objectivos do nosso sistema socialista.

A ideologia marxista-leninista, a educação marxista da visão do mundo tem um papel determinante na nossa vida social. O nosso Partido atribui especial importância a que a expansão dos ideais do marxismo-leninismo ocupe o lugar correspondente à sua importância na actividade do Partido. Tem sempre em consideração que a teoria marxista-leninista, que o conhecimento profundo dos novos resultados das ciências sociais e a sua aplicação correcta é a principal fonte e garantia para que o Partido possa conduzir com êxito o trabalho de construção socialista. O facto de, nos últimos anos, mais de 2.200.000 pessoas terem participado anualmente em cursos de formação e aperfeiçoamento marxista-leninista, de terem mostrado interesse em estudar a nossa ideologia, demonstra claramente o interesse em relação ao socialismo científico. A expansão dos ideais marxistas-leninistas transforma o estado ideológico de toda a sociedade e, para além da unidade política, reforça a visão socialista do mundo da sociedade.

O socialismo e as ciências são aliados naturais. O nosso Estado preocupa-se imensamente que do ensino, da formação profissional e das ciências desenvolveram-se de acôrdo com as exigências sociais. Uma das grandes conquistas do nosso sistema socialista é a escolarização obrigatória de todas as crianças e a possibilidade da maioria dos jovens poderem continuar os seus estudos. Um dos nossos objectivos reais consiste em obter que as gerações jovens terminem os seus estudos secundários e alcançar que, na escolha da sua profissão, já não sejam condicionados pela sua origem social. No âmbito do ensino secundário queremos, em primeiro lugar, elevar o nível da formação profissional. Actualmente 25.000 jovens terminam anualmente os seus estudos superiores e asseguram, assim, para além do seu diploma,

o seu trabalho. Empregamos 3 % da renda nacional para os trabalhos de investigação científica, proporção esta que é satisfactória também comparando-a ao nível internacional.

O nosso Estado apoia o desenvolvimento livre da cultura socialista, da literatura e das artes. A liberdade de criação e experimentação tem possibilidades para se expandir livremente. Os resultados obtidos no campo cultural e educacional são conhecidos. Um dos grandes feitos do nosso Estado popular foi acabar com o monopólio cultural por parte das classes privilegiadas. Hoje já há mais pessoas que possuem diplomas de cursos superiores do que a de curso secundário que havia antes da libertação. Editam-se oito vezes mais livros do que então, ou seja, mais de 70 milhões anualmente. Multiplica-se o número daquêles que vão periódicamente ao teatro, aos concertos, ao cinema, que visitam museus. Nasceram, no campo da cultura e das ciências grandes obras, podendo muitas delas ser apreciadas por todos. A Assembléia Nacional Húngara aprovou agora um projecto de lei sobre a cultura pública, que garante às mais amplas camadas da população a possibilidade de se desenvolver culturalmente.

A cultura socialista inclui todos os verdadeiros valores da cultura humana: no nosso país são publicadas, em grandes edições, as obras dos clássicos da literatura mundial. Podemos citar como exemplo que as obras dos clássicos franceses são editadas em maior número de exemplares do que em França. Poderíamos demonstrar, com muitos outros exemplos, que a popularização das obras culturais de valor e o seu intercâmbio, posição apoiada pela Conferência de Helsínque, já são prática corrente no nosso País. Mais ainda, vemos novas possibilidades de ampliar a cooperação cultural internacional e estamos por isso dispostos a estudar este assunto. No nosso País apoiamos e apoiaremos sempre as obras humanistas, que estão ao serviço do progresso humano e os valores, antigos e actuais, da cultura universal. No entanto, não confundimos a troca de valores culturais com a propagação de propaganda hostil, a que sempre barrare-

mos o caminho. Porque é não só o direito, mas também o dever do Estado que ajuda a concretização dos mais belos ideais humanos.

A declaração programática aprovada pelo XI Congresso do nosso Partido diz: o desenvolvimento da consciência social, a modificação da maneira de pensar e da moral dos homens, o seu enriquecimento cultural são partes inalienáveis do desenvolvimento socialista da nossa sociedade. Devemos alcançar que a palavra de ordem dos trabalhadores de vanguarda das brigadas socialistas que diz "trabalhar, estudar e viver de modo socialista" se transforme numa norma social generalizada. Esta é uma das tarefas importantes da actividade organizativa e de educação cultural do Partido e do Estado socialista.

O XI Congresso do Partido, reunido na Primavera de 1975, analisou as experiências do trabalho de construção, determinou as tarefas a cumprir, chegou à conclusão de que a construção do socialismo prossegue com êxito, os princípios do marxismo-leninismo já são dominantes, concretizam-se as leis gerais de construção do socialismo no âmbito das nossas relações e das nossas particularidades nacionais. Durante o nosso trabalho surgem sempre novos problemas, procuramos e procuraremos solucioná-los sempre da melhor maneira possível. O nosso Partido se sente responsável pela sua actividade, não sómente perante o nosso povo, mas também perante o movimento operário internacional. Com cada passo que damos, com cada um dos nossos actos, desejamos servir a causa do nosso povo e do progresso internacional. A linha política do Partido prossegue, sem quebras, há 20 anos; consideramos como nossa tarefa principal conservar e desenvolver construtivamente a nossa linha política principal, resguardando-a de todo e qualquer desvio, venha êle da esquerda ou da direita. Isto exige, ao mesmo tempo, a verificação constante da nossa teoria, a sua justificação e, por intermédio da resolução correcta dos problemas, o seu desenvolvimento.

O XI Congresso do Partido determina, na sua declaração programática que a construção da sociedade socialista desenvolvida, que é uma tarefa para vários decénios, é um objectivo a atingir a longo prazo. Com o lançamento e a consolidação das bases da nova sociedade, a nossa Pátria entrou na era do socialismo. Hoje o socialismo já se desenvolve sobre as suas próprias bases. No caminho de construção da sociedade socialista desenvolvida já começam, no entanto, a esboçar-se os contornos do objectivo final da missão histórica dos comunistas, os contornos do comunismo.

Algumas experiências da construção do socialismo na Hungria. Revista *Béke és Szocializmus* 1977, n° 1.

János Kádár

A unidade operária é a base do poder operário

R.: O sr. já mesmo antes da libertação, participou na luta pela unidade de acção dos dois partidos operários. Nessa altura, como mais tarde também, ocupou-se das questões teóricas e políticas da fusão entre esses partidos. Peço-lhe o favor de responder a algumas perguntas relacionadas com este assunto.

J. K.: É verdade que, em tanto que comunista, já mesmo antes da libertação me ocupava com as questões políticas e práticas da unidade de acção e da fusão entre os dois partidos operários.

Numa determinada altura, como membro do Partido Comunista ilegal, tive também de ter actividades legais. Desde meados dos anos trinta até Maio de 1942, altura em que tive de entrar na clandestinidade completa, trabalhei legalmente em tanto que funcionário do Partido Social-Democrata, na organização do VI distrito de Budapeste deste Partido. Nesta ocasião assimilei muitos conhecimentos e experiências políticas directas na cooperação entre os dois Partidos operários.

R.: Camarada Kádár, quais foram, na sua opinião, os antecedentes, antes da libertação, que permitiram a fusão entre os dois partidos?

J. K.: Se examinarmos atentamente os períodos históricos do desenvolvimento do movimento operário, observaremos que a questão da necessidade da fusão entre os dois partidos operários, entre o Partido Comunista e o Partido Social-Democrata, entra na ordem do dia em dois casos extremos. Ou na altura do desenvolvimento rápido do processo revolucionário quando se apresenta à classe operária a oportunidade de tomar o poder, ou por ocasião de perigo mortal para a classe operária, na altura em que o ataque contra-revolucionário da burguesia é extremamente forte. Na história do movimento operário húngaro, encontramos, antes da libertação, dois destes períodos característicos, na Primavera de 1919 e no Outono de 1944.

Em 1919, como é do conhecimento geral, a classe operária húngara teve ocasião de tomar o poder. Nessa altura esteve na ordem do dia a questão da fusão entre os dois Partidos operários e mesmo, a fusão entre esses partidos, em Março, foi a condição fundamental que permitiu a tomada do poder.

Lénine e os dirigentes da classe operária húngara analisaram as lições, positivas e negativas, desta fusão; os historiadores, por sua vez, ocuparam-se muitas vezes com este assunto, analisaram-no em pormenor. O essencial é o seguinte: a fusão entre os dois partidos operários foi um passo necessário e correcto, tanto do ponto de vista das massas e do Partido, como do êxito da revolução.

No período entre as duas grandes guerras mundiais, principalmente entre 1929 e 1933, a burguesia, que procurava a saída para a grave crise econômica mundial e a solução para as suas consequências sociais e políticas, pensou encontrar essa saída na instauração do fascismo totalitário, de que já existiam dois precursores, o fascismo italiano e o fascismo húngaro.

No princípio dos anos trinta o avanço do fascismo hitleriano e a expansão do fascismo, em geral, trouxe um grave perigo para todos os povos europeus e, com a ameaça de fazer rebentar uma nova guerra mundial ameaçava também directamente toda a humanidade.

Nesta situação, o movimento comunista e operário internacional teve de rever a sua estratégia e a sua táctica e adaptá-la de acordo às novas condições existentes. O VII

Congresso da Internacional Comunista subordinou toda a sua actividade à luta contra o fascismo, proclamou a necessidade imperiosa da solidariedade activa entre todas as forças progressistas e anti-fascistas, a necessidade da existência de uma ampla frente anti-fascista. Isto significava, antes de tudo, a unidade de acção entre os partidos operários. Esta exigência fêz-se sentir mais prementemente sobretudo durante a Segunda Grande Guerra Mundial.

Na Hungria, neste período, como resultado da cooperação entre os comunistas e os sociais-democratas de esquerda, os dois Partidos levaram a cabo acções conjuntas inesquecíveis. Como, por exemplo, o número de Natal do jornal Népszava, em 1941, e as duas grandiosas manifestações de 1942.

À 19 de Março de 1944 as tropas fascistas hitlerianas ocuparam a Hungria e, depois do Partido Comunista que vivia e trabalhava na clandestinidade desde 1919, proibiram também o Partido Social-Democrata, dissolveram os sindicatos, condenaram à ilegalidade todas as forças progressistas, incrementaram a perseguição feroz de todos os progressistas–e, por isso, entrou na ordem do dia a organização da resistência armada. Os dirigentes e activistas dos dois partidos operários, nas condições de clandestinidade, colaboraram estreitamente no decorrer do seu combate comum, e no Outono de 1944 decidiram que, logo que fosse possível, era necessário criar a unidade política da classe operária húngara e fundar o seu partido unificado.

R.: Qual foi a posição e a política do Partido Comunista Húngaro em relação à questão da fusão entre os dois partidos, logo a seguir à libertação?

J. K.: Depois da libertação, o Partido Social-Democrata reorganizou as suas forças. A ala direita e a ala centrista ainda tinham muita influência no seio do Partido Social-Democrata. Nestas circunstâncias, o Partido Comunista não procurou forçar a fusão, procurou sim incrementar a unidade de acção entre os dois Partidos e determinou como objectivo

a preparação da fusão. A linha do Partido consistiu em criar uma ampla frente unida das fôrças de esquerda face ao renascimento da direita burguesa e em criar uma estreita unidade de acção entre os dois partidos. A colaboração entre os dois partidos operários trouxe belos resultados na limpeza dos escombros causados pela guerra, no período difícil de reativação da produção e da vida normal e também no aparecimento da vida política da Hungria democrática e popular. Neste espírito unitário os dois partidos apresentaram uma lista comum às eleições de Budapeste, em 1945, obtendo 43% dos votos.

R.: Como foi possível que os dois partidos, nas condições existentes depois da libertação e apesar das inúmeras discussões e lutas políticas e ideológicas se conseguiram pôr de acôrdo em todas as questões fundamentais?

J. K.: Em primeiro lugar vale a pena dizer qual foi a principal causa das inúmeras discussões entre os dois partidos. Logo a seguir à libertação na Hungria desenvolveu-se uma violenta luta de classes pela tomada do poder. As forças políticas começaram imediatamente a polarizar-se. As questões em discussão eram: que tipo de sociedade deve ter a Hungria nova, em que sentido deve começar a se desenvolver. No País ainda existiam as classes exploradoras, a burguesia e os latifundiários que, depois do desmoronamento do regime contra-revolucionário de Horthy e dos diversos partidos fascistas, tinham ficado sem representação política. Nesta situação, escolheram como sua força política principal o Partido Independente dos Pequenos Proprietários e, nêle entrincheirados, atacaram sucessivamente o jovem Estado democrático e as forças progressistas. A reacção procurou encontrar pontos de apoio nos partidos burgueses então existentes, de mesmo que entre os elementos da ala direita do Partido Social-Democrata e do Partido Nacional dos Camponeses, com o objectivo de, provocando uma situação que permitisse a criação de um Estado anti-comunista e anti-soviético, com uma linha política externa orientada para

os Estados Unidos da América e para a Inglaterra, e assim salvar a ordem capitalista.

Segundo os planos da ala direita do Partido Social-Democrata, o Partido devia colaborar com o Partido dos Pequenos Proprietários. O centro do Partido, por sua vez, vivia numa ilusão permanente, pensava que, na rivalização entre os diferentes partidos, o seu Partido poderia desempenhar o papel de fiel da balança. São nestes conflitos que se deve procurar a explicação dos inúmeros embates entre o Partido Social-Democrata e o Partido Comunista.

Podemos dizer que esses embates eram diários. No entanto a situação política, o estado de espírito revolucionário das massas operárias e camponesas exigia a unidade de todos os trabalhadores e era favorável a essa unidade. Por isso, o Partido Comunista fêz diligências no sentido de criar a unidade de acção entre os dois partidos, por intermédio da colaboração com a ala esquerda do Partido Social-Democrata. Os comunistas e os sociais-democratas de esquerda quiseram e souberam apoiar-se nas massas e, assim, a direita isolou-se.

A cooperação entre os dois partidos trouxe, apesar das discussões políticas, resultados concretos e modificou decisivamente a correlação de forças no interior do País. A nacionalização dos bancos e das minas foi obtida pelo Partido Comunista e pela esquerda do Partido Social-Democrata contra a vontade da direita e ficou expressa em lei. No seio da coligação o Partido Comunista Húngaro, o Partido Social-Democrata, o Conselho Sindical e o Partido Nacional dos Camponeses, que formavam o chamado "Bloco de Esquerda", defenderam, no princípio de 1946, a grande conquista que foi a Reforma Agrária, deram um grande golpe na reacção burguesa e na direita política e isto trouxe como consequência a vitória das fôrças progressistas nas eleições de 1947.

R.: De que maneira ajudou o Partido Comunista a ala

esquerda do Partido Social-Democrata na sua luta contra a ala direita do mesmo Partido?

J. K.: Antes de tudo, o Partido Comunista ajudou a ala esquerda do Partido Social-Democrata com a sua política principista, com a política de luta pela formação do poder da classe operária e pelo socialismo, com a sua luta contra a ala direita desse mesmo Partido.

Para ajudar a incrementar a colaboração entre os dois partidos da classe operária, as direções nacionais desses partidos, a par das relações oficiais, criaram comissões mixtas de acção. Também desempenhou um papel de relevo o chamado comitê de unidade sindical.

R.: Qual é a explicação para o facto de que a fusão se tivesse dado mais depressa do que o que se esperava?

J. K.: A fusão entre os dois partidos operários, como anteriormente já disse, teve antecedentes históricos que datavam já de vários decênios. Deu-se o desenvolvimento dialéctico dos acontecimentos, a mudança quantitativa de longos anos transformou-se em mudança qualitativa. Já nos anos que antecederam a libertação tinha-se fortalecido, na classe operária, nos simples membros do Partido, o desejo de fusão entre os dois partidos operários; depois da libertação e em consequência dos esfôrços abnegados das fôrças que lutavam por essa fusão, amadureceu a situação, aceleraram-se os acontecimentos, rebentou com fôrça elementar a exigência da criação do partido operário unificado. As próprias massas perceberam cada vez mais de que os dois partidos, conjuntamente com as fôrças dos sindicatos e da intelectualidade progressista, eram capazes de fazer chegar ao poder, no nosso País, a classe operária e o nosso povo e, pôde, desta forma, entrar no caminho de construção do socialismo.

Houve causas políticas exteriores que ajudaram também a acelerar os acontecimentos. Agravou-se a situação internacional, a reacção burguesa passou ao ataque em todos os países europeus. Os comunistas franceses e italianos foram expulsos do Governo, o capital monopolista americano, com

o seu plano Marshall, pôs de pé, e passou a dominar a economia dos países capitalistas da Europa Ocidental e procurou lançar os seus grilhões económicos sobre toda a Europa. Isto fêz com que fosse necessário apressar, tornou absolutamente indispensável criar, nos jovens Estados democráticos, a unidade da classe operária.

Em 1948 deu-se em nosso País o desmoronamento do Partido Social-Democrata; no espaço de poucas semanas centenas de milhares de pessoas abandonaram esse Partido e entraram no Partido Comunista, isto de tal modo, que os próprios dirigentes do nosso Partido ficaram surpreendidos com o ritmo dos acontecimentos. A fusão tornou-se, assim, questão de dias.

R.: Em que medida estorvaram os êrros dogmáticos e o culto da personalidade, já em formação, a fusão entre os dois partidos?

J. K.: Os dois partidos operários uniram-se na base do marxismo-leninismo, com um programa socialista e no decorrer da luta travada pela conquista do poder. Este período coincidiu, no entanto, com o aparecimento e incrementação do culto da personalidade. O subjectivismo que já então se fazia notar na direcção do Partido causou problemas na fase de preparação da fusão se bem que, no fundo, não tivesse influênciado o desenrolar dos acontecimentos. A fusão dos dois partidos operários cumpriu-se a tomada do poder pela classe operária. A situação geral era francamente favorável. A burguesia já estava vencida e começamos a expulsá-la das posições que ainda detinham; formou-se o partido operário unificado; a aliança operário-camponesa se apoiava em bases firmes; a pequena-burguesia aderiu às classes trabalhadoras. Seria portanto lógico começar a unir as amplas camadas da sociedade para, com a força de todos, começar a construção do socialismo.

Mas as coisas não se encaminharam neste sentido. Por causa do subjectivismo a lógica ficou de pernas para o ar, a desconfiança começou a propagar-se, enferrujando pouco

a pouco a unidade e a solidariedade. Começaram a caça ao inimigo e fizeram-na sobretudo nas fileiras do partido operário unificado. A perseguição atingiu indistintamente comunistas e sociais-democratas.

O nosso Partido, o mundo socialista e todo o movimento operário internacional tiraram as devidas conclusões e lições destas graves experiências. A esmagadora maioria dos partidos operários e comunistas libertou-se do dogmatismo, sobretudo desse dogma sem pés nem cabeça que dizia que "quanto mais avance a construção do socialismo, mais se agudizará a luta de classes" e também da "política" desfigurada, segundo a qual os inimigos devem ser procurados nas fileiras do partido da classe operária.

R.: Camarada Kádár, no VII Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro, afirmou que a fusão dos dois Partidos acabou nos anos de luta contra a contra-revolução, de consolidação e de luta pelo prosseguimento da construção do socialismo. Poder-se-á dizer que esse processo já acabou realmente, não só do ponto de vista ideológico e político, mas também do ponto de vista psicológico?

J. K.: Sim, podemos afirmá-lo sem reservas. Mas para podermos compreender isto perfeitamente é necessário relembrar um período anterior. O ataque dos contra-revolucionários em 1956 criou uma nova situação, foi um linha divisoria das forças políticas e isto também se fêz sentir na apreciação da situação do partido operário unificado.

As forças contra-revolucionárias camuflaram-se, ao princípio, mas depressa criaram de novo os antigos partidos burgueses e mobilizaram os elementos da direita. As forças retrógradas, os homens que tinham desaparecido, voltaram a aparecer activamente as concepções reaccionárias anteriores, segundo a receita clássica, procuraram dividir em dois o partido unificado, começaram a organizar um partido social-democrata autônomo da direita.

Os antigos sociais-democratas, do mesmo modo que os comunistas e toda a classe operária húngara encontraram-se

de novo face à necessidade de fazer uma opção. A História voltou a pôr as questões de forma aguda. Já não se tratava só de questões de partidos, tratava-se de novo da questão do poder: defender o Estado do povo trabalhador ou restaurar o Estado dos exploradores–era essa a verdadeira questão. A maioria dos antigos sociais-democratas não hesitou na escolha a fazer, escolheu a unidade da classe operária, o partido operário unificado e, ombro a ombro com os comunistas, lutou contra as forças contra-revolucionárias.

O partido unificado da classe operária, a força revolucionária de vanguarda marxista-leninista, o Partido Operário Socialista Húngaro dirigiu a luta. Restableceu as normas leninistas no interior do Partido, corrigiu os êrros cometidos após a fusão, reparou os crimes cometidos contra as vítimas do culto da personalidade. A medida pela qual fomos medidos pelos homens, pelos membros do Partido, foi a coragem demonstrada na luta pelo operário, pelo povo e pelo socialismo.

R.: Olhando retrospectivamente para os últimos vinte cinco anos poderia resumir a importância histórica e a experiência da fusão entre os dois partidos?

J. K.: Olhando para os quase cem anos da história do movimento operário húngaro, verificamos que o caminho por êle percorrido foi o seguinte: no começo, concretizou-se a unidade, depois seguiu-se-lhe necessáriamente a cisão e de novo a unidade–assente em novas bases ideológicas.

Na segunda metade do século XIX a classe operária húngara criou as suas organizações de classe. A luta de vários decênios pela fundação do partido proletário independente foi coroada de êxito em 1890: formou-se o primeiro partido de classe, unido e independente, o Partido Social-Democrata Húngaro. Nessa altura este Partido desempenhou um papel de relêvo: propagou os ideais socialistas, organizou os operários, os trabalhadores da terra, os camponeses pobres, dirigiu a classe operária e as grandes lutas econômicas e políticas das massas trabalhadoras. Mas, na sua direcção, começou

cada vez mais a dominar o reformismo, o revisionismo. Quando rebentou a Primeira Grande Guerra Mundial, o Partido Social-Democrata, à semelhança de outros partidos da II Internacional Socialista, procurou defender e justificar a guerra imperialista de rapina. Quando, no Outono de 1918, depois da vitória da revolução burguesa, entrou na ordem do dia a instituição da ditadura do proletariado, os seus dirigentes procuraram entravar o processo revolucionário. Nestas circunstâncias, a fundação do Partido Comunista tornou-se uma necessidade histórica. A fundação do Partido Comunista trouxe lógicamente uma cisão no seio do movimento operário húngaro. No entanto tornou-se necessária esta cisão para que aparecessem claramente as linhas de demarcação entre as forças revisionistas e o marxismo revolucionário. Só assim se pôde conseguir de novo a união das forças da classe operária–assente em bases revolucionárias–na altura da fundação da primeira ditadura do proletariado da Hungria, na Primavera de 1919.

As lições mais importantes tanto da fusão de 1919, como da de 1949 é que o Partido unificado multiplica a fôrça da classe operária. A fusão entre partidos operários, a colaboração entre esses partidos, se dá sempre em determinadas circunstâncias históricas, nas condições específicas do país em causa e assim sucedeu no caso da fusão entre os comunistas e os sociais-democratas húngaros. É difícil prever qual será o caminho a seguir pelo movimento operário noutros países, porque o caminho da História é muito vasto e aberto. Há tantas possibilidades para a colaboração entre comunistas e sociais democratas, quantos países houver.

R.: Nas circunstâncias actuais, quais são, na sua opinião, as possibilidades de cooperação internacional entre os partidos comunistas e os partidos socialistas ou sociais-democratas?

J. K.: As experiências da classe operária internacional, incluindo as da classe operária húngara, demonstram que a colaboração, a unidade de acção, a unidade política corres-

ponde aos interesses da classe operária. São as circunstâncias concretas que determinam qual a forma e o grau de colaboração que seria de desejar. O essencial é a colaboração, a união das forças. A História demonstra que, se os dois partidos operários não se conseguem pôr de acordo, quem sofre as consequências é a classe operária; se os dois partidos combatem lado a lado, então isso é proveitoso para a classe operária, para o povo, para a causa comum, que se beneficia desta unidade. Quando, por exemplo, na Hungria, no Outono de 1945, e no começo de 1946, a reacção passou ao contra-ataque, foi a unidade de acção entre as forças de esquerda que conseguiu defender a Reforma Agrária e as outras conquistas do jovem Estado democrático, e a unidade voltou a ser a nossa principal fonte de energia em 1956, quando nos foi necessário defender as conquistas básicas socialistas do nosso povo.

Nos nossos dias existem muitas possibilidades de colaboração entre socialistas e comunistas, porque, na Europa, as condições são mais favoráveis do que nunca. A colaboração é, no nosso continente, possível e necessária: no plano internacional, para a criação de uma Europa mais segura; em cada país, para a defesa dos interesses das massas trabalhadoras. Naturalmente que isso depende das condições específicas de cada país e da posição de cada partido social-democrata. Os partidos sociais-democratas que ainda hoje servem incondicionalmente os interesses do capital monopolista, que a êle estão intrínsecamente ligados e que prosseguem uma política anti-comunista, não vão pelo caminho histórico do desenvolvimento e hão-de entrar, mais cedo ou mais tarde, num beco sem saída.

O facto que, nos últimos anos, se tem dado uma certa diferenciação entre os partidos socialistas europeus, que se reflecte também na opinião das direções desses partidos, merece especial atenção. Uma parte das massas destes partidos–especialmente jovens–orientam-se à esquerda. Também é um sinal de progresso que hoje já cada partido social-demo-

crata possa decidir por si mesmo se quer ou não colaborar com os comunistas–porque já não tem as mãos amarradas pela Internacional Socialista.

Na História, como na política diária, a voz das massas, sobretudo das massas operárias, será cada vez mais determinante, de mesmo que a acção unida da classe operária. Um novo exemplo positivo da colaboração é a elaboração do programa comum de govêrno do Partido Socialista e do Partido Comunista Francês, que parte do princípio que não é possível nenhuma espécie de cooperação verdadeiramente democrática sem a aliança entre os comunistas e os socialistas. A luta pela segurança na Europa também pode contribuir grandemente para a cooperação entre comunistas e sociais-democratas–para bem de todos os povos europeus.

O essencial é o que foi indicado pela conferência de Moscovo dos partidos comunistas e operários, realizada em 1969: os comunistas atribuem grande importância à unidade da classe operária e, por isso, são do parecer que se deve colaborar com os socialistas e sociais-democratas e farão tudo o que esteja ao seu alcance para que essa colaboração se torne realidade.

Os comunistas estão dispostos a cooperar em qualquer parte com os sociais-democratas na luta contra o poder internacional do capital monopolista, que ameaça de igual modo à classe operária de todos os países, pela paz, por uma Europa mais segura, pelo progresso social, pela defesa diária das massas trabalhadoras.

Como é natural, para que se possa avançar no caminho da cooperação, também é necessário que os partidos socialistas e sociais-democratas e as outras organizações políticas que pretendem alcançar o progresso social, rompam com a sua política de colaboração com a burguesia e ajudem a luta pela paz, pela democracia e pelo socialismo.

R.: Há precisamente vinte e cinco anos que se deu a fusão entre os dois partidos operários. Camarada Kádár: deseja, para terminar, dizer algo relacionado com êste aniversário?

J. K.: No quadro desta entrevista, falando da luta pela unidade política da classe operária, tivemos a oportunidade de falar de um longo período histórico. A experiência histórica do movimento operário húngaro também tem facetas internacionais, porque mostra: a unidade da classe operária é possível em determinadas condições, a unidade de acção é, por sua vez, indispensável. É por isso que nós, adeptos húngaros do socialismo, consideramos a cooperação entre os dois partidos operários, a cooperação entre o Partido Comunista Húngaro e o Partido Social-Democrata Húngaro, cooperação que atingiu o auge há vinte e cinco anos com a fusão, como uma grande vitória histórica. E chega de história.

Hoje prossegue a construção planificada do socialismo sob a orientação do partido único da classe operária, do Partido Operário Socialista Húngaro. Neste sentido podemos dizer que a unidade operária é completa e perdurável. Seria no entanto um êrro pensar que o fortalecimento do desenvolvimento da unidade da classe operária já não é uma questão primordial. A unidade não só no capitalismo é de interesse vital para a classe operária, no período da luta pela conquista do poder, mas continua a sê-lo no socialismo. Mesmo se hoje já não temos de enfrentar as diferenças entre partidos, não há, por isso, contradições entre esses partidos, temos, no entanto, a tarefa de encontrar soluções para os novos problemas que vão aparecendo com o desenvolvimento, para criar um clima de aceitação e acôrdo, principalmente nas fileiras do Partido, mas não só, também nas fileiras da classe operária e nas relações entre o Partido e a classe operária. É por isso mesmo que o Partido deve constantemente manter estreitas relações com as massas operárias, deve ganhar o apoio da classe operária à sua política. Tem de desenvolver a consciência e a responsabilidade socialista da classe operária, aumentar o seu papel na determinação, execução e contrôle das tarefas a executar. Só assim se fortalecerá o papel dirigente da classe operária, só assim pode contar com o seu apoio e o do campesinato, da intelectualidade e das amplas camadas trabalhadoras à sua política de concretização dos objectivos socialistas, que expressam não só interesses estreitos da classe, mas sim os interesses gerais da sociedade, representam os interesses de todo o povo. Por isso temos muito cuidado com a unidade do Partido e da classe operária–porque é a nossa principal fonte de energia.

"A grande vitória histórica da nossa classe operária" (fragmento). János Kádár: *Válogatott beszédek és cikkek* [Discursos e artigos escolhidos]. Editorial Kossuth, 1974. págs. 433-443.

János Kádár

Com as massas

O XI Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro cumpriu a sua tarefa. As deliberações contaram com o apoio activo da opinião pública húngara: durante a realização do Congresso os trabalhadores expressaram de muitas maneiras o respeito e a estima que sentem pelo nosso Partido. No que respeita a repercussão internacional que o Congresso provocou, demos mais importância, como é natural, à opinião e posição assumida pelos partidos irmãos. Se fizermos a análise dessas opiniões e dessas tomadas de posição, chegaremos também à conclusão do que o Congresso cumpriu com a sua missão. As forças adversas ao socialismo, aqueles que, no Ocidente, nos criticam, tinham certas esperanças de poder encontrar, durante o decorrer do nosso Congresso, algo a que se agarrar para nos atacarem, porém essas esperanças não se cumpriram.

Há dois factores que contribuiram grandemente para que o Congresso tenha cumprido a sua missão de forma satisfatória; O primeiro, foi o facto do Comitê Central do nosso Partido–tendo o cuidado de nunca cair no subjectivismo–ter sempre feito a análise objectiva dos resultados obtidos e dos erros cometidos e falou de tudo isto sempre de uma forma clara e aberta. O segundo, foi o facto do Partido e do Comitê Central ter sempre tido a preocupação de pedir a opinião das mais amplas camadas da população sobre as principais questões à debater no Congresso. Para atingirmos tal objectivo, tomamos a iniciativa de, antes da realização do Congresso e segundo as principais directivas determinadas, levar estas questões à serem discutidas pela opinião pública nacional. O Comitê Central solicitou a opinião de muitos organismos, organizações e instituições, de milhares de pessoas, sobre os principais documentos e projectos de documento do Congresso e na medida do possivel tomou sempre em consideração as observações que foram feitas sobre os mesmos. A preparação do Congresso foi, portanto, ajudada e facilitada por amplas discussões populares.

Depois do Congresso festejamos o 30° aniversário da libertação do nosso País. No que respeita a este importante acontecimento político, podemos dizer que festejamos condignamente, com espírito patriótico, o 30° aniversário da libertação da nossa Pátria. O ambiente dos festejos centrais e locais foi óptimo. O nosso Povo recordou-se com satisfação das lutas, do trabalho e dos resultados alcançados nos últimos 30 anos e com confiança no futuro, já está preparado para a realização das tarefas, nada fáceis, que teremos de executar. A série de festejos realizados por ocasião deste aniversário, contribuiu para reforçar os laços existentes entre o nosso País e a União Soviética e a amizade entre ambos povos.

O apêlo feito pelas Igrejas Húngaras–Católica, Protestante, Israelita e todas as outras–para que todos os seus fieis festejem o aniversário da Libertação, contribuiu enormemente para que os festejos tenham sido realizados numa atmosfera sã e de maneira digna da ocasião. O pronunciamento positivo e patriótico, do Conselho Episcopal Católico, causou-nos uma alegria muito especial.

Ainda não foi inventado nenhum mecanismo–se bem que na informática já existem funcionando máquinas perfeitíssimas e complicadas–com o qual se possa medir, por exemplo, quantos ateistas, crentes e semi-crentes vivem no nosso País. Não se pode ler na consciência dos homens. É minha opinião pessoal, no entanto, de que há muitos crentes no nosso País. Quando falamos de interajuda nacional e de unidade socialis-

ta nacional, nessa altura pensamos também nos crentes: temos todos que nos unir. E é por isto mesmo que nos causou tanta alegria o pronunciamento patriótico das Igrejas Húngaras sobre os festejos comemorativos do 30° aniversário da Libertação, pronunciamento que, tendo em conta as finalidades e intenções dessas Igrejas, ajudou imensamente a que o aniversário se transformasse numa autêntica festa nacional, digna da ocasião.

Desta forma prestaram maior ajuda aos seus própios crentes, do que aos políticos profissionais, pois fizeram desaparecer problemas de consciência, problemas espirituais concretamente: de que devem ajudar forças políticas que trabalham em beneficio do povo, ou devem seguir só as directivas da Igreja. Este fato é de suma importância para o nosso trabalho e para o nosso futuro.

A importância política das eleições

Chegamos quase as vésperas das eleições para a Assembléia Nacional: esta reunião é o ponto de partida para o trabalho preparatório eleitoral que deve ser executado pela Frente Popular Patriótica. A campanha eleitoral e as eleições têm uma grande importância política, e a sua função é considerável. No decorrer da campanha devemos procurar fortalecer o nosso acordo político quanto aos fins socialistas a atingir. Solicitamos aos eleitores, aos nossos compatriotas, a todo o povo húngaro que, com a sua participação nas eleições, e também com os seus votos entreguem apoio político ao nosso grandioso programa social. Ao mesmo tempo, durante a campanha eleitoral gostariamos de sublinhar o seguinte: solicitamos e esperamos que o apoio ao nosso programa socialista não se limite só ao acto eleitoral, ao contrário, que esse apoio se expresse também no trabalho diário nas ações do dia a dia.

Uma finalidade política muito importante das eleições é

a de preencher os 352 lugares de deputados com pessoas competentes, de maneira que a Assembléia Nacional renovada seja um organismo coeso, capaz de desempenhar cabalmente o papel de órgão máximo da soberania popular na sociedade socialista desenvolvida.

Atualmente, no começo do trabalho preparatório das eleições, podemos considerar que a atmosfera e as condições políticas são boas. Recentemente, clausuramos o Congresso, e este facto facilita, do ponto de vista político, a realização das eleições. Porém sabemos muito bem que nada surge do nada. Devemos trabalhar, pois teremos que executar um trabalho sólido, porque só assim poderemos ganhar o apoio das massas nas eleições, cujo apoio esperamos.

Entre as decisões tomadas no XI Congresso do nosso Partido, gostaria de sublinhar especialmente que o fim fundamental a atingir–não só para o Partido, como para o povo–é a construção da sociedade socialista desenvolvida. No que respeita ao caminho, ao modo como atingir este fim primordial, o Congresso reafirmou que o Partido continua a desejar, com mais ardor do que até aqui, avançar com as massas populares e prosseguir na sua política de aliança. Segundo a nossa opinião, na fase em que entramos agora, fase de construção da sociedade socialista desenvolvida e durante um espaço de tempo de cerca de 15 a 20 anos, a política de aliança, ou seja a aliança das classes trabalhadoras, a aliança operário-camponesa, a unidade entre o operariado, o campesinato e a intelectualidade, entre todas as classes e camadas trabalhadoras, entre os comunistas e os não comunistas, entre pessoas com diferentes visões do mundo, será ainda mais importante do que na fase que agora ultrapassamos.

O Partido sublinhou, ao mesmo tempo, que a sociedade socialista desenvolvida só poderá ser construida por todo o povo, só poderá ser a obra do povo inteiro. Isto significa que necessitamos prosseguir nossa política de frente popular, e devemos ampliar, reforçar e aprofundar a unidade socialis-

ta nacional. Somos convencidos de que os comunistas, sózinhos, não são capazes de construir a sociedade socialista desenvolvida, pois para que tal objectivo seja atingido, é necessário o esfôrço e o trabalho de todo o povo. Afirmamos que todo e qualquer cidadão que contribui com o seu trabalho construtivo para a formação dessa sociedade, terá nela um lugar igual ao dos outros, independentemente do facto de ser ou não membro do Partido, do gênero de trabalho que execute e de sua visão do mundo. A sociedade futura–e é a nossa firme convicção de que será mais bela e humana do que as que até hoje conhecemos–será o lar de todo o povo, onde todos se sentirão cidadãos estimados e com direitos iguais.

Esta reunião do Conselho Nacional da Frente Popular Patriótica é importante, porque significa o começo do trabalho eleitoral. Mas o é também porque possui uma função social de grande impacto, a de tomar posição sobre os fins sociais fundamentais a atingir, fins estes definidos pelo XI Congresso do Partido. E isto é considerado por nós independentemente das eleições como sendo um acontecimento de enorme importância. Em nome do Comitê Central solicito ao Conselho Nacional da Frente Popular Patriótica o seu acôrdo aos fins que queremos alcançar.

O conteúdo político das eleições

No projecto de apêlo as eleições da Frente Popular Patriótica se diz, entre outras coisas, que a base da plataforma política das eleições é constituida pelas conclusões fundamentais do XI Congreso e, por isso, em linhas gerais pode se dizer que, nos apresentaremos perante os eleitores, no dia 15 de Junho, dia das eleições, com a linha política do Congresso. Deste modo será esse o programa político eleitoral da Frente Popular Patriótica, se o Conselho Nacional assim o determinar.

A opinião pública seguiu com grande atenção todas as fases do Congresso. No primeiro dia, uma segunda-feira, não havia transmissão normal de televisão, por ser a segunda-feira o dia semanal de descanso dos trabalhadores da Televisão. Porém transmitiram um programa especial sobre os trabalhos do Congresso. Todos os telespectadores que ligaram os seus televisores sabiam que estava sendo transmitido um programa sobre o Congresso. Os especialistas mediram, com meios técnicos adequados, o número de televisores então em funcionamente e nos informaram que cerca de um milhão e meio dos 2.200.000 televisores em funcionamento no País estavam ligados nesse dia. Isto significa que não houve só um milhão e meio de telespectadores interessados em seguir de perto os trabalhos do Congresso. Podemos portanto afirmar que a população seguiu com grande interêsse e atenção o desenrolar do Congresso.

Supomos que a maioria das pessoas ainda se recorda do que se falou no Congresso, sendo, por isso, desnecessário repetir, no decorrer da campanha eleitoral, tudo o que então foi dito. Isto para não enfraquecermos o impacto político obtido e que gostaríamos de fortalecer.

O Partido tem muitas e importantes tarefas ideológicas a cumprir e teremos, provávelmente, que trabalhar árduamente durante muitos anos para levá-las a cabo. Agora, nesta campanha eleitoral, desejamos demonstrar que o nosso povo está de acordo conosco nas coisas essenciais. Devemos, portanto, falar daquilo que nos une, até mesmo porque a esmagadora maioria das questões fundamentais nos une a todos nós e este facto contribui ao trabalho e a vida tranqüila do povo.

É do conhecimento geral que os comunistas defendem os ideais do marxismo-leninismo, têm uma visão materialista do mundo, lutam pelos seus ideais e propagam essa sua visão. Também é do conhecimento geral a nossa luta contra as idéias pequeno-burguesas, podendo-se mesmo dizer que, pessoalmente, ninguém está ainda completamente isento des-

sas idéias. É um dos nossos objectivos confessos, o de procurar que a sociedade húngara seja uma sociedade unida, não só do ponto de vista político, mas também do ponto de vista espiritual, de visão do mundo. Tendo em vista este objectivo, procuramos no dia a dia do nosso trabalho, popularizar o marxismo, os ideais de comunidade, o socialismo e os ideais do comunismo: no que diz respeito ao Ensino, procuramos fazer valer os pontos de vista das Ciências Naturais quanto à origem do mundo, do homem, etc. Consideramos isto a solução normal das tarefas ideológicas. O trabalho ideológico desta natureza significa uma tarefa enorme para o Partido, mas não fizemos até hoje e não queremos fazer de isto uma luta política de dia, e menos durante a campanha eleitoral. No trabalho eleitoral temos que propagar os objetivos básicos, os objectivos socialistas que determinam a vida da toda a comunidade.

Estou convencido de que, com as eleções, depois de ter sido renovada a Assembléia Nacional, continuaremos a avançar e executaremos, com êxito, todas as tarefas de construção socialista, entre as quais se encontra o cumprimento de Plano Económico nacional para 1975.

Se reflectirmos sobre tudo aquilo que alcançamos nos últimos trinta anos, tanto do ponto de vista material, como moral–de acordo com o povo e em estreita unidade com êle–sentiremos esta força gigantesca na qual podemos nos apoiar em nosso trabalho futuro. E se pensarmos no ambiente político actualmente existente no nosso País, sentiremos também essa mesma força. Se, prosseguindo em nossa maneira de actuar, nos apoiarmos nas massas, lhes explicarmos o que queremos e, ao mesmo tempo, escutarmos o que os trabalhadores têm para nos dizer, se trabalharmos em estreita colaboração com as massas, então seremos capazes de resolver eficazmente todas as tarefas que hão-de nos apresentar.

A condição internacional para a construção socialista: a Paz

A construção socialista é uma tarefa especial. Às vezes nos dá a impressão que, antes era mais fácil. Porque as perguntas a que tínhamos que responder eram mais simples, como, por exemplo: Para quem estamos construindo o País? Esta era uma pergunta primordial, mas a resposta era fácil: Para os trabalhadores! Porém quanto mais avançamos pelo caminho por onde avança o nosso povo, mais complicadas e difíceis se tornam as perguntas. O nosso povo já levou a cabo as principais tarefas: nasceu a República Popular Húngara, triunfou a Revolução Socialista. O nosso povo já atingiu estes objectivos essenciais–objectivos estes que outros povos só conseguem se aproximar, milímetro a milímetro, ao longo de decênios. No entanto, hoje em dia as questões são um pouco mais complicadas.

O Conselho Nacional, no âmbito da campanha eleitoral deve ocupar-se também dos assuntos mais importantes da política internacional. Deve apoiar a conclusão do Congresso, conclusão essa que afirma que a nossa linha política externa é sólida, integral e conseqüente e que deve ser essa linha política a qual devemos dar continuidade. Em estreita aliança com a União Soviética, com os povos que estão construindo o socialismo, de braço dado com todas as forças progressistas queremos lutar para alcançar os nossos objectivos.

Devemos sublinhar tudo isto porque, na vida internacional, existem certas tendências e tentativas para dividir os países do mundo da seguinte maneira: super-potências, potências médias e países pequenos. Falam de países que dependem de outros, de países que determinam a existência de outros países. Nos estamos comprometidos com uma causa e não nos envergonhamos disso. Aceitamos as responsabilidades de lutarmos com a União Soviética e com os demais

países socialistas contra as forças belicistas e pelos interesses gerais e internacionais do Socialismo e da Paz.

Se nos debruçarmos sobre o nosso passado, sobre a história do nosso povo, poderemos dizer que, em 1848, em muitos aspectos correspondia à verdade quando dizia o poeta que: "o húngaro está de pé, sózinho, na tempestade". Como resultado da luta do nosso povo a situação hoje é distinta. É nisto que se fundamenta e se apoia o futuro, ainda longínquo, do nosso povo. Não deixaremos que acorrentem o País ao seu passado, não permitiremos nenhuma vez mais que, seja qual for a manipulação utilizada, levem o povo húngaro para a sua perdição! Estamos com o futuro, quando afirmamos querer fraternidade e cooperação com a União Soviética. Porque o futuro da humanidade é o socialismo, é o comunismo!

A nossa Pátria socialista, que podemos dizer nossa, tendo em conta a luta contínua de tantos decênios e o resultado de tanto e tão e tão árduo trabalho, é um factor da vida internacional, é considerada como um combatente e apoio conseqüente da causa do socialismo e da Paz. Prosseguiremos também neste caminho, no que diz respeito à nossa política externa.

"Intervenção no Conselho Nacional de Frente Popular Patriótica", 15 de Abril de 1975 (fragmento). János Kádár: *A fejlett szocialista társadalom építésének útján* [No caminho da constução da sociedade socialista desenvolvida]. Editorial Kossuth, Budapest, 1975. págs. 186-195

János Kádár

A Constituição é a lei das leis

As nossas tradições progressistas

Agora, na altura em que a nossa Assembléia Nacional discute o projecto de alteração da Constituição, recordamos as lutas travadas por muitas gerações, as grandes personalidades históricas, o rei Estevão, Mátyás Hunyadi, Rákóczi, Kossuth, Széchenyi, Dózsa, Petőfi, Táncsics e muitos outros. Recordamos com profunda admiração os defensores e regeneradores da nossa nação, da nossa língua pátria e da nossa cultura: os dirigentes destacados, os mártires e os combatentes anônimos das revoluções populares e do nosso movimento operário revolucionário. Quando falamos do passado estamos, antes de tudo, a pensar no povo trabalhador húngaro, que manteve o nosso Estado durante séculos e séculos, o fêz viver e avançar no caminho do desenvolvimento com o seu trabalho, suor e sangue. Se conseguimos chegar ao estado em que agora nos encontramos, devemo-lo principalmente às gerações precedentes, aos filhos conhecidos e desconhecidos do povo honrado que, com o seu trabalho e actividade venceram as incomensuráveis dificuldades que apareceram no decorrer da nossa História. A glória perpétua e a gratidão dos vivos há-de acompanhar sempre a sua recordação. O seu exemplo, a sua perseverança enchem-nos de entusiasmo e estimulam-nos a combater.

Devemos também recordar, ao falarmos do nosso passado histórico, que os senhores da antiga Hungria se referiam, muitas vezes com predilecção, à "Constituição milenária da Nação". Mas, na realidade, a Nação não teve, durante mil

anos, uma constituição escrita, clara e inequívoca. Existiam certas leis, que influenciaram profundamente e durante muito tempo a vida e o desenvolvimento do País, mas nunca houve uma verdadeira Constituição. A maioria dos húngaros, vivendo à borda do Danúbio e do Tisza e que constituiam verdadeiramente a Nação, o povo que manteve o País durante mil anos, esteve excluida de todos os direitos básicos, fundamentais, pois as leis foram sempre criadas pelos opressores, pelos exploradores para a defesa dos seus próprios interesses, do seu próprio poder.

A primeira Constituição–a Constituição do Povo

Os acontecimentos históricos fizeram com que, depois da República dos Conselhos de 1919, só em 1949 se tornasse realidade, para o povo húngaro, o desejo e sonho de milhões– definido por Petőfi–a unidade entre Pátria e Direito. A lei n°. 20 de 1949 que legalizou a nova Constituição, foi uma conquista de importância histórica que consagrou o poder da classe operária, o poder popular e que prescrevia, como programa nacional, a construção da sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, a construção do socialismo.

Para que pudéssemos ter uma Constituição, e uma Constituição como a que temos, foi necessário que o povo húngaro se libertasse do domínio reaccionário e malsão do regime de Horthy, que durou um quarto de século, que se libertasse dos capitalistas, latifundiários e opressores estrangeiros, dos fascistas hitlerianos que ocuparam o País durante a Segunda Grande Guerra Mundial.

Foi o glorioso Exército Vermelho soviético que libertou a nossa Pátria do jugo opressor estrangeiro, mas foi o nosso Povo que se libertou com as suas próprias forças dos nosso opressores nacionais. A Constituição faz o elogio devido

à Libertação e expressa a gratidão do nosso povo para com a União Soviética.

O povo liberto, dirigido pelos comunistas e pela classe operária, tornou-se o senhor do seu próprio destino, tomou o poder e fundou o seu Estado, a República Popular Húngara. A Constituição de 1949 resumiu os resultados alcançados até a altura com o nosso trabalho e a nossa luta e determinou a estrutura da nova organização de Estado e suas principais instituições; determinou e definiu os direitos e deveres dos cidadãos e declarou que a República Popular Húngara é o Estado do Povo trabalhador.

Já decorreram mais de dois decênios desde a aprovação da Constituição e esses decênios são a história do trabalho construtivo do povo, do seu combate abnegado, da sua ascenção social, se bem que certos períodos tenham sido muito dificeis, e tenham existido comoções e convulsões sociais muito fortes. A perseverança dos adeptos do socialismo que eram em número cada vez maior, o trabalho e a luta do nosso Partido, da nossa classe operária e do nosso povo produziram um desenvolvimento considerável e conduziram à obtenção de grandes resultados, de resultados de importância realmente histórica. Em nossos dias a classe operária, o poder popular e a República Popular Húngara são mais fortes do que nunca. Lançamos as bases da sociedade socialista, as relações socialistas de produção obtiveram uma vitória completa na esfera econômica e o nosso povo já trabalha na construção completa da sociedade socialista.

Só nos últimos dez anos e como resultado da economia planificada, do trabalho de construção econômica, aumentou o dobro o total dos instrumentos de produção na indústria; no nosso País, a indústria socialista produz hoje nove vezes mais do que o que produzia a indústria capitalista em 1938. A nossa agricultura socialista produz, com menos 40 % de mão-de-obra, 43 % mais do que produzia a agricultura capitalista em 1938. O abastecimento de pão e produtos alimenticios ao país está completamente assegurado e o ren-

dimento por hectare, no que respeita aos principais produtos agrícolas, está a um nível tão bom como o dos países capitalistas desenvolvidos.

A revolução cultural transformou o nosso povo num povo culto e esclarecido. Deu possibilidades de estudo e de formação cultural às camadas trabalhadoras que, até aí, tinham sido impedidas de estudar, deu-lhes possibilidades de conhecerem e compreenderem os valores humanos da literatura, do teatro, da música e do cinema, estimulou o desenvolvimento das ciências e das artes, abriu o caminho para que os nossos cientistas e artistas possam expandir completamente o seu talento. Fortaleceu-se a relação entre o indivíduo e a sociedade e a maneira socialista de pensar em termos colectivos. As tendências socialistas desempenham o papel principal na nossa vida cultural e artística e, assim, ajudam a instituir a verdadeira vida humana com conteúdo humano.

Com o avanço do socialismo melhorou de tal maneira o nível de vida, o modo de vida, a segurança e o bem-estar do povo húngaro que já nem sequer podem ser comparados com a situação existente antes da libertação. A miséria geral, a fome, a Hungria dos três milhões de mendigos já não é mais do que um pesadelo, uma má recordação. Para se poder ter uma idéia aproximativa das relações hoje existentes, diremos que, para cada 100 familias há 50 máquinas de lavar roupa, 39 frigoríficos e 58 televisores. Em 1949 havia ainda muito poucos lugares disponíveis nos infantários e escolas maternais; há dez anos já havia 337 lugares para cada 1000 crianças e hoje já há para 600 crianças ou seja, asseguramos a 60 % dessas crianças lugar nessas escolas maternais e infantários. Sabemos que ainda não podemos estar satisfeitos com os resultados obtidos, temos de aumentar ainda mais a capacidade, mas podemos dizer que já obtivemos resultados bastante satisfatórios.

Os resultados obtidos com o trabalho de construção socialista não expressam só a superioridade da nossa indústria, das nossas cooperativas de produção agrícola e de Estado,

da produção agrícola mecanizada, mas também expressam o zelo, o talento, o espírito de sacrifício e a profunda consciência de responsabilidade para com todo o nosso povo e para com a nossa causa por parte da classe operária húngara, do campesinato, dos cientistas e intelectuais, que estão edificando o socialismo. Podemos falar com orgulho, de vez em quando devemos mesmo fazê-lo, dos resultados obtidos, que demonstram e elogiam a capacidade de criação do povo liberto, do povo que está construindo o seu próprio futuro, a perseverança de milhões de trabalhadores e, também, porque nos garantem que, se aparecerem tarefas iguais ou mesmo maiores do que as que já executamos, seremos capazes de resolve-las cabalmente.

A Hungria antiga não foi capaz, nem poderia ter sido, de percorrer um caminho semelhante ao caminho percorrido pelo povo que constroi o socialismo. Os resultados obtidos nos últimos vinte e sete anos permitem que possamos comparar, sem razão para nos envergonharmos, a nossa situação actual com o estado de desenvolvimento de qualquer país capitalista. E, se tivermos em conta que não se trata aqui só da verdade dos números, mas também daquilo que esses números escondem, a saber, como vivíamos anteriormente–seja qual fôr o período a que nos queiramos referir–e como vivemos hoje, então verificamos que, no nosso País, a vida é hoje muito mais humana, podemos novamente e com toda a convicção afirmar: o socialismo é, para o povo húngaro e para todos os outros povos, o único caminho seguro para alcançar o desenvolvimento social e a prosperidade nacional.

O povo húngaro, prosseguindo no caminho que conduz ao socialismo, já alcançou e ultrapassou os países capitalistas mais desenvolvidos no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, à saúde e assistência médica e hospitalar, à cultura e à segurança social. No campo da Técnica devemos sublinhar que, nas esferas onde ainda estamos atrasados em relação a esses países, iremos, mais tarde ou mais cedo, alcançá-los. No entanto, o progresso técnico deverá ser alcan-

çado, no nosso País, por um outro caminho, dum modo socialista, e está a sê-lo. Não queremos construir uma era deshumana que faz empalidecer a personalidade que conduz à bancarrota moral, enfim não queremos construir uma era mecanizada, moralmente desértica. Neste sentido nem queremos, nem nunca os haveremos de "alcançar". Queremos desenvolver sim, e desenvolveremos, as ciências e a técnica ao serviço do homem e das verdadeiras conquistas da civilização e da cultura. É assim que prosseguiremos o nosso caminho.

Nós queremos, tendo tudo isto em consideração, modernizar a economia nacional, aperfeiçoá-la, colocá-la a um nível mais elevado. Há um facto que faz compreender muita coisa, um facto que diz respeito à competição entre os diversos sistemas sociais, a saber: um país semi-feudal, industrialmente atrasado, como o era a Hungria que o nosso povo herdou com a libertação, conseguiu, em pouco mais de um quarto de século, transformar-se num país medianamente desenvolvido. Uma das conclusões importantes do X Congresso do Partido que aponta para o futuro, declara que o nosso País passará a ser, dentro de um espaço de tempo relativamente curto, um país industrialmente desenvolvido. Estamos convencidos de que possuimos as condições necessárias para atingir este objectivo real e, com a força do nosso sistema socialista, havemos mesmo de alcançá-lo.

Os resultados por nós obtidos são o fruto da luta do povo

O desenvolvimento socialista do País é o resultado de uma luta perseverante que se trava desde há dois decênios. Essa luta travou-se e trava-se em todas as esferas da vida social, política e cultural, em todo o País, em cada colectivo, muitas vezes mesmo no interior de famílias. E, nas nossas relações sociais, isso foi inevitável, lógica, porque, no período de

transição do capitalismo para o socialismo, ocorreram em nosso País, graves choques e confrontações entre as classes. As classes capitalistas e latifundiárias desapareceram, como resultado destas confrontações, ocorreram transformações na estrutura social, e também a própria classe operária, o campesinato, bases e iniciadores da nova ordem social, se desenvolveu e se transformou.

Na luta pela construção da Hungria nova a classe operária, a única que é capaz de pensar perspectivamente, conseguiu merecidamente ganhar o posto de classe dirigente da nova sociedade. Durante os combates que travou com os inimigos de classe conseguiu, antes de tudo, ganhar o apoio dos seus principais aliados naturais, o apoio do campesinato e das camadas mais representativas da intelectualidade e das outras camadas trabalhadoras. A luta pela conquista do poder pôs à prova cada indivíduo, e ao mesmo tempo formou-o politicamente. Houve quem já lutasse pela causa justa desde o início das transformações revolucionárias e sempre manteve a sua posição. Houve quem, no decurso da batalha travada, se tenha posto contra a justa causa e perdesse. Houve muita gente, mas mesmo muita, que durante o combate, passou de inimigo à aliado, por ter reconhecido a verdade e agora, conosco, trabalha e luta pela realização dos objectivos comuns.

Tendo vencido os preconceitos ainda existentes, resíduos das classes capitalistas dominantes, encouraçados com a experiência adquirida nos grandes confrontos de classe, tendo-se reencontrado na comunidade de interesses, os operários, os camponeses e os intelectuais húngaros trabalham ombro a ombro na construção do socialismo; comunistas e apartidários, crentes e ateus trabalham para o bem do País. Só no contexto do poder popular e da República Popular, só na base do programa socialista, fazendo prevalecer a política leninista de aliança, se pode obter a colaboração activa dos cidadãos. Uma das maiores conquistas da nossa revolução é a unidade socialista nacional que abrange todas as classes

e camadas sociais importantes; faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para continuar a reforçar esta unidade.

A unidade socialista nacional é uma realidade. Hoje, milhões de pessoas socialmente activas e agrupadas no Partido vanguarda da classe operária, nas organizações e movimentos de massa, na Frente Popular Patriótica, enfim, a grande maioria da população adulta confessa e demonstra, por intermédio de acções comuns que a nossa verdadeira Pátria é a República Popular Húngara, e o socialismo é o programa e o futuro do nosso povo.

Se analisarmos o caminho percorrido desde a aceitação da Constituição de 1949, constataremos que alcançamos todos os objectivos a que nos propusemos: lançamos as bases do socialismo, alcançamos resultados consideráveis na construção da sociedade socialista. O nosso programa é um programa claro, explícito. A própria Constituição indica quais são os principais objectivos a atingir. O X Congresso do Partido, o programa eleitoral da Frente Popular Patriótica e o V Plano Quinquenal, aprovado pela Assembleia Nacional, definiram quais as tarefas a executar.

A roda da História deu uma grande volta: a Hungria deixou de ser, para sempre, o país dos senhores parasitas e dos exploradores; os capitalistas e os imperialistas perderam para sempre o nosso País, jamais possuirão um pedacinho de terra húngara. Os nossos inimigos de classe nunca se esquecem deste facto, mas também o nosso povo não o esquecerá. A defesa do poder popular e das conquistas alcançadas é, em todas as circunstâncias, a obrigação moral de cada filho da nossa Pátria socialista, devemos todos servi-la com a nossa inteligência e com o nosso coração, com as nossas palavras e actos, devemos fazer enriquecer, fortalecer e prosperar a República Popular Húngara que é para todos nós a coisa mais cara, mais querida e preciosa que existe, porque assegura a paz sólida, o presente e o futuro socialista do nosso povo.

Quando fazemos um balanço geral de tudo isto, podemos

com todo o direito afirmar: não foi em vão que o nosso Partido, a nossa classe operária e o nosso povo lutaram, como não foi em vão que fizemos tantos sacrifícios, pois o trabalho e a luta tiveram a sua razão de ser. Todos os que participaram na luta, na construção do socialismo no quarto de século têm toda a razão em estar orgulhosos. Dedicaram a sua juventude, a sua fé e a sua força a uma causa justa. Merecem o respeito e a consideração de todos, porque cumpriram cabalmente a sua obrigação para com o povo húngaro e para com a nossa Pátria.

A Constituição também deve fixar os resultados

Apesar do desenvolvimento considerável atingido desde 1949, não achamos necessário elaborar uma nova Constituição, mas é, no entanto, necessário modificar o texto da Constituição que fica correita e válida em suas tesis básicas, de acôrdo com as mudanças que têm-se produzido em nossa sociedade.

Ainda não chegou a altura de declarar que o nosso País é uma República Socialista. Partindo do princípio que a Constituição não é uma declaração de programa e fixa, teoricamente e no seu conteúdo, as conquistas já alcançadas, devemos lógicamente refletir esta conclusão na denominação do nosso Estado. A denominação República Popular Húngara exprime convenientemente o maior resultado alcançado pela nossa classe operária e pelo nosso povo. O nome República Popular Húngara significa, proclama de forma incontestável, em todo o lado e para toda a gente, que é o poder do nosso povo, o seu Estado, a sua Pátria, o novo mundo socialista em construção. Mas, considerando que, nas principais características do nosso sistema social, nos aspectos das relações de propriedade e de classe, já é socialista, é um processo correcto incluir no novo texto constitucional,

dum modo menos declarativo, mas que não deixe lugar para dúvidas: a República Popular Húngara é um Estado socialista.

Nos nossos dias a classe operária é a classe mais revolucionária e só conseguirá alcançar a sua libertação e os seus objectivos históricos se, ao mesmo tempo, libertar todas as outras classes oprimidas e abrir o caminho do progresso à toda a sociedade. No nosso País tudo se passou desta maneira. Actualmente na Hungria só existem classes trabalhadoras, fraternais e aliadas. A Constituição ocupa-se com as relações entre as classes trabalhadoras, não perdendo de vista a situação real e a importância teórica, política da questão e chega à conclusão correcta de que a classe operária é a classe dirigente da sociedade.

A classe operária do nosso País responsabilizou-se pelo destino da Pátria. Pela primeira vez na História, a classe que detém o poder não o utiliza para assegurar a sua situação privilegiada, mas sim, ao lado dos direitos que tem, reclama também as devidas responsabilidades.

A nossa classe operária resolveu, no último quarto de século, tarefas de importância histórica: conquistou o poder; expropriou a terra dos latifundiários; expropriou os expropriadores; organizou e desenvolveu a indústria socialista; entregou a terra expropriada aos camponeses; depois ajudou-os a reorganizar a agricultura de modo socialista; quebrou o monopólio da cultura por parte dos antigos exploradores; a sua teoria, compreensão do mundo e a sua moral influência toda a sociedade; vai à frente e mostra o caminho para a construção do socialismo.

Em linguagem popular costumamos utilizar–correctamente–a expressão "o poder da classe operária do povo". Esta expressão mostra claramente que o poder da classe operária serve aos interesses de todo o povo e que exerce este poder com as classes aliadas suas, com o campesinato, a intelectualidade e as outras camadas trabalhadoras. No novo texto da Constituição este facto ficará expresso de forma clara.

O texto modificado da Constituição declara: o partido marxista-leninista da classe operária é a força dirigente da sociedade. O Partido é a organização suprema da classe operária, a vanguarda que abre o caminho e, por intermédio da qual, a classe resolve as tarefas governativas e alcança os seus objectivos históricos. O nosso Partido sempre considerou como sua obrigação expressar os objectivos históricos da classe operária e, ao mesmo tempo, representar os interesses diários dos trabalhadores.

O Partido sempre sublinhou que não considera, nem nunca considerou o seu papel de dirigente da sociedade, a sua tarefa governativa, como uma espécie de "reinado", mas sim como meio de servir fiel e honestamente o povo. Interpretamos a redacção do novo texto da Constituição como o aumento das responsabilidades do Partido Operário Socialista Húngaro, bem como de cada membro do Partido para com a sociedade. Os comunistas continuarão a trabalhar de forma a merecerem a confiança que nêles foi depositada, continuarão a servir o povo e, como verdadeiros patriotas, avançarão sempre na vanguarda para fazer prosperar a República Popular Húngara.

A igualdade de todos os cidadãos é um dos traços fundamentais da nossa Constituição. O nosso Estado garante iguais direitos para todos os cidadãos e prescreve também deveres iguais desde os direitos políticos até a assistência social. Um dos maiores resultados obtidos em consequência da nossa luta política e do nosso trabalho de construção realizados no último quarto de século é, por um lado, a ampliação dos direitos e, por outro lado, o de haver tornado esses direitos extensíveis, na práctica, às mais amplas camadas da população.

A nossa Constituição estipula o respeito pelos direitos do homem; o exercício desses direitos de acôrdo com os interesses de toda a sociedade; a inseparabilidade dos direitos e deveres; o direito de participação nos assuntos públicos. Amplia à toda a sociedade, transforma num direito de todos

os cidadãos, o direito à livre associação ao serviço dos interesses da sociedade; os direitos ao descanso, à defesa da vida, da integridade física e da saúde; o direito à assistência social e à cultura.

De acôrdo com as nossas aspirações socialistas, destacamos de forma mais nítida do que até esta altura, certos direitos dos cidadãos, como, por exemplo, o direito ao trabalho, à defesa da instituição do casamento e da família, à defesa e educação socialista da juventude e os deveres relacionados com todos estes direitos.

As tarefas de construção socialista que se seguem

O aperfeiçoamento da vida estatal e da democracia socialista constitui o fulcro das nossas aspirações relacionadas com a política nacional. A modificação da Constituição é um acto importante neste sentido. A concretização completa dos princípios constitucionais depende, em grande parte, de conseguirmos ou não arrastar as massas a trabalhar na vida pública, para melhor resolução dos problemas de interesse de toda a sociedade. Isto não acontecerá por si mesmo, nem de um dia para o outro. De nós depende que a democracia socialista, o pensamento comunitário e a acção comum sejam motores que impulsionem cada vez melhor o nosso avanço e o nosso progresso.

É inconcebível o desenvolvimento socialista sem uma ciência e técnica de vanguarda, sem uma indústria, agricultura e serviços de elevado nível, sem o melhoramento sistemático das condições materiais. No entanto, desenvolvimento socialista não significa só isto, significa muito mais. Uma das partes inalienáveis da construção socialista é a acumulação dos bens espirituais, tornar a cultura uma riqueza ao alcance de todos. Nunca nos devemos esquecer que é necessário propagar o modo socialista de pensar, a moral socialista,

é necessário desenvolver e enriquecer, sob múltiplos aspectos, a vida humana, como é necessário que não nos esqueçamos da necessidade de educar as crianças num espírito socialista, no seio de famílias numerosas, felizes e equilibradas, para poderem estar convenientemente preparadas para desempenhar cabalmente o papel que as espera na sociedade.

Estamos construindo um mundo novo, um mundo que tornará realidade o sonho dos nossos antepassados, um mundo em que a Pátria será realmente a mãe amante de todos os cidadãos, em resumo, uma sociedade que é socialista, húngara e também ao mesmo tempo um membro com direitos iguais da comunidade fraternal dos povos progressistas.

Estamos numa fase de construção do socialismo em que o prosseguimento do nosso desenvolvimento depende, principalmente, do sucesso obtido na concretização das tarefas económicas. Possuimos todas as condições necessárias para prosseguir com êxito o nosso trabalho de construção: o poder popular é, no nosso País, muito forte, a nossa economia popular desenvolve-se saudàvelmente, podemos utilizar e utilizamos as vantagens da economia socialista planificada, nos últimos anos continuamos a aperfeiçoar o nosso sistema de orientação económica, e temos um programa económico nacional realista.

A nossa economia tem uma grande força vital e a nossa tarefa consiste precisamente em desenvolvê-la de um modo planificado e sob múltiplos aspectos: na indústria e na agricultura aumentamos simultâneamente a eficácia e a produtividade do trabalho, desenvolvemos a base técnica da produção e aumentamos o nível tecnológico. Elevamos o nível de formação e competência dos dirigentes; quando exigimos, as nossas exigências devem exprimir realidades e não desejos irreais; devemos melhorar a nossa política de investimentos e o equilíbrio do orçamento e, com isto tudo, conseguiremos continuar a aumentar a fôrça da nossa economia socialista, a boa reputação do nosso trabalho socialista e o renome dos nossos trabalhadores.

Um dos objectivos do nosso trabalho de construção é também que, de acordo com a política de elevação do nível de vida estipulada pelo Partido, aumente o nível de vida do povo e melhorem as suas condições de vida, de acordo com os resultados do nosso trabalho.

O aumento sistemático do nível de vida do nosso povo pode ser, deve ser considerado, com toda a razão, como uma das conquistas históricas que alcançamos. Sabemos, no entanto, que há ainda camadas populares e familias vivem em condições econômicas difíceis e é nosso dever ajudar a melhorar gradualmente a situação dessas camadas. Foi por isso mesmo que o X Congresso determinou–como prescreve também o nosso plano quinquenal-aumentar mais ràpidamente certas subvenções sociais do que os salários e assim, obter a diminuição da diferença existente entre as rendas das diferentes famílias. Por outras palavras: no que respeita aos salários, queremos uma maior diferenciação do leque salarial, em função do trabalho realizado; no que diz respeito à renda per cápita queremos maior igualdade.

Nas nossas relações sociais isto significa que cada qual usufrua parte dos bens produzidos segundo o seu trabalho. Quem mais trabalhe, mais recebe e quem falte regularmente ao trabalho, também não se ponha na bicha no dia do pagamento dos salários. Esta é a nossa justiça, a justiça dos trabalhadores.

A chave do nosso desenvolvimento econômico e cultural, do melhoramento das nossas condições de vida está em nossas próprias mãos. O X Congresso do nosso Partido ofereceu-nos um programa claro e realista, programa que foi reforçado com o voto do nosso povo nas eleições, continuando o povo a apoiá-lo activamente.

Temos ainda reservas não utilizadas para aumentar o nível do trabalho em todas as esferas da vida. Sabemos que a concretização dos nossos planos não se passa sempre sem problemas; como é do conhecimento geral ainda existem fenômenos negativos. Na nossa sociedade, que é a sociedade

do socialismo em construção, ainda se fazem sentir e se reproduzem, de vez em quando, concepções retrógradas. Sabemos que ainda existe comodismo, irresponsabilidade, incapacidade e condescendência para com as faltas e para com os que as cometem. As fôrças organizadas da sociedade, a grande maioria do povo, que sente e aceita as suas responsabilidades deve sempre intervir com determinação contra estes fenômenos desconvenientes.

A principal força impulsionadora do desenvolvimento é o próprio homem trabalhador e a nossa principal esperança é a perseverança da nossa classe operária e do nosso povo trabalhador, a sua disciplina consciente e o seu sentido de responsabilidade. Somos, constantemente, testemunhas de manifestações massivas da perseverança colectiva, do cumprimento desinteressado do dever. O renascimento e fortalecimento do nosso movimento de brigadas, o exército crescente dos activistas que trabalham desinteressadamente no interesse e para bem da sociedade, e a expansão gradual da maneira socialista de pensar, são provas palpáveis do amadurecimento da nossa sociedade e do seu sentimento de responsabilidades pelo destino da Pátria e pela causa pública.

Devemos lutar pelo progresso social, não só a nível nacional, como a nível da política internacional. Continuaremos a assegurar as condições internacionais para executar os nossos planos. Para atingirmos este objectivo fortaleçamos em primeiro lugar a nossa Pátria socialista, visto ser o desenvolvimento interno a principal fonte de todas as actividades da política externa e da acção internacional e, em segundo lugar, ampliemos e fortaleçamos os laços fraternais que nos unem ao nosso mais fiel amigo e aliado, à União Soviética.

Proclamamos abertamente quais são os nossos objectivos: os povos do mundo podem considerar o povo húngaro como um aliado certo e activo na luta contra o imperialismo, contra toda e qualquer forma de exploração capitalista e colonialista, contra a guerra. Ao mesmo tempo somos e continuaremos a ser partidários activos da coexistência pa-

cífica entre países com sistemas sociais diferentes. A República Popular Húngara quer também manter relações normais e mútuamente vantajosas com o países capitalistas.

E, assim, o texto da Constituição passará a ser uma realidade viva: a República Popular Húngara, parte integrante do sistema socialista mundial, desenvolve e fortalece a sua amizade com os países socialistas; no interesse da Paz e do progresso humano deseja cooperar com todos os países e povos do mundo. As posições que tomamos, os nossos actos, com os quais desejamos contribuir na medida das nossas possibilidades, para a resolução e normalização dos problemas escaldantes existentes no actual contexto internacional e, assim agindo, defenderemos os interesses dos povos, do socialismo e da paz que são a garantia máxima dos nossos ideais.

É um motivo de orgulho saber que o povo húngaro, a República Popular Húngara luta, nos campos da batalha da vida internacional, pela única causa justa, pela causa do socialismo, que assegura o futuro da humanidade, e fá-lo como parte integrante das forças progressistas mundiais. Prosseguiremos em nossa actividade internacional, sempre no espírito da nossa Constituição, continuando a cumprir integralmente os nossos deveres internacionais com a certeza de que o mundo, apesar dos esfôrços da reacção internacional, caminha em direcção ao desenvolvimento e progresso social, triunfa cada vez mais a causa dos povos em luta pela sua liberdade e pelo maior anseio de toda a humanidade, a paz firme e duradeira.

O nosso povo tem, à sua frente, os grandes objectivos da construção do socialismo; o nosso presente encoraja-nos, o nosso futuro enche-nos de esperança. Os nossos objectivos estão ao serviço da prosperidade de todo o nosso povo e da nação: todos os cidadãos que vivam e trabalhem honestamente podem estar confiantes no futuro.

Na República Popular Húngara, nesse Estado que é capaz de harmonizar os interesses individuais com os interesses da sociedade, que está ao serviço da felicidade de todo o povo, vale a pena viver, planear, trabalhar, lutar, aceitar responsabilidades em prol da comunidade, da família, dos companheiros de trabalho, da nação e de toda a humanidade.

"Intervenção na sessão de Abril de 1972 da Assembléia Nacional" (fragmento). János Kádár: *Válogatott beszédek és cikkek* [Discursos e artigos escolhidos]. Editorial Kossuth, 1974. págs. 392-407

Dezső Nemes

Concepção da história

Pode a história de um movimento político ser objectiva se o autor ou autores da mesma não forem estranhos a esse movimento, antes pelo contrário, se esses autores forem combatentes conscientes do mesmo? Uma das acusações feitas desde há muito tempo pelos historiadores burgueses aos historiadores marxistas é que êstes últimos avaliam os acontecimentos históricos baseando-se no ponto de vista da luta revolucionária da classe operária e, por isso, não podem ser objectivos, pelo menos no que diz respeito à apreciação dos acontecimentos da idade moderna e contemporânea e da luta ideológica entre as diferentes correntes políticas. Esses mesmos historiadores burgueses consideram-se a si próprios como objectivos na apreciação do imperialismo e das revoluções socialistas e da luta entre os dois sistemas sociais mundiais, se bem que sejam adeptos do capitalismo. Por vezes escondem o seu partidarismo e consideram-se como estando acima das classes, sob esse pretexto desolidarizam-se da luta revolucionária da classe operária e voltam-se contra ela. Uma acusação frequente feita por historiadores sociais-democratas contra os comunistas é que êstes, nos seus trabalhos históricos, representam os interesses do seu Partido estão comprometidos com os movimentos revolucionários e lutam contra os movimentos reformistas e, por isso, não são objectivos. Esses mesmos historiadores sociais-democratas, colocados no campo do reformismo, que se adaptou ao sistema capitalista, consideram-se no entanto objectivos na apreciação que fazem tanto sobre os movimentos sociais-democratas e outros movimentos reformistas, como sobre o movimento revolucionário. Onde está, portanto, a verdade?

Sobre esta questão há hesitações mesmo entre historiadores marxistas ou que se dizem marxistas. Por isso, alguns dentre êles procuram misturar os pontos de vista marxista e social-democrata, porque veêm nessa mistura a garantia da sua objectividade. Na minha opinião isto é ainda uma retroacção, uma consequência das deformações ideológicas, do culto da personalidade que se manifesta, sobretudo, entre os que começaram a sua carreira de historiadores precisamente no auge do período dogmático e que, na altura do avanço revisionista que precedeu a contra-revolução de 1956, se deixaram influenciar pelo chamado „anti-dogmatismo" e, sob a influência da concepção histórica burguesa, que, em parte, renasceu, experimentaram este caos ideológico que, com os acontecimentos contra-revolucionários, ainda se tornou maior. Foi difícil vencer tudo isto, foram precisos muitos anos, e ainda não o conseguimos completamente. E, se é verdade que a nossa ciência histórica, no decorrer desta luta, atingira um ponto de desenvolvimento muito importante que ultrapassa todos os anteriores, também é, no entanto, verdade que os restos dessa confusão ainda sobrevivem entre nós e, de vez em quando, se animam. Também continuam a existir hesitações na questão de como reconciliar o partidarismo revolucionário, marxista-leninista, com as exigências da objectividade histórica. Esta é também uma questão importante na luta ideológica entre os dois sistemas mundiais.

As experiências históricas demonstram que a concepção dos representantes de certas classes é sempre em parte condicionada pelos interesses dessas classes, interesses que ampliam ou estreitam os horizontes. Quando os interesses da burguesia coincidiram com os interesses gerais da evolução social, os seus representantes puderam ser e foram as porta-

vozes da esmagadora maioria da sociedade e o seu horizonte se ampliou. A burguesia, agindo de acôrdo com os seus interesses, começou a lutar para que o sistema feudal fosse substituido integralmente pelo sistema do trabalho assalariado, para assim substituir a hegemonia da aristocracia pelo da burguesia. Nesta altura, os seus interesses de classe não limitaram, antes pelo contrário, incentivaram a que denunciasse completamente as contradições do regime feudal. Este facto contribuiu grandemente para o surgimento e propagação das ideas do ordem social burguesa. Os mais prestigiados combatentes da revolução burguesa tornaram-se, com a sua análise objectiva e apaixonada das relações feudais, inimigos do regime feudal e os porta-vozes da sociedade que apareceu em consequência do amadurecimento das condições históricas e mesmo como uma exigência da própria História.

Depois da tomada do poder pela burguesia, como é natural, começaram a aparecer os limites de classe da concepção burguesa. Os representantes da burguesia que tinham sido objectivos ao analisarem as contradições do regime feudal, perderam essa objectividade quando se tornou necessário analisar as contradições da sociedade capitalista. Quando se encontram face a face com a luta de classes desenvolvida na base do sistema capitalista, com o movimento revolucionário da classe operária ascendente, deixam de ser objectivos. Aquêles que, na realidade, possuem uma objectividade científica realmente profunda, ou que tende a sê-lo, devem, rompendo as barreiras que os atam, poder reconhecer a missão histórica da classe operária e, assim procedendo, chegarão naturalmente ao ponto de vista da classe operária que constrói o mundo novo, ao ponto de vista do proletariado revolucionário.

Os representantes revolucionários da classe operária–professam os marxistas de convicção–são aquêles cuja concepção das contradições do sistema capitalista e das necessárias conclusões revolucionárias não é limitada por interesses de

classe. *O movimento de libertação do operariado é a fôrça social cujo objectivo principal coincide com as novas exigências da evolução histórica, com os interesses gerais da humanidade.* Este movimento revolucionário transformará em realidade o anseio milenário dos povos; acabar com todas as formas de exploração. Por isso, é possível e necessário que os historiadores que se identificam com a causa revolucionária, munidos com a ciência marxista-leninista examinem, com a objectividade requerida pelos interesses da causa revolucionária, os acontecimentos em curso no mundo capitalista, os seus processos sociais e as suas lutas políticas.

Os interesses da construção da nova sociedade, do socialismo, coincidem, como é natural, com os interesses fundamentais de todo o povo. Este facto permite e exige a análise dos acontecimentos do mundo socialista, do desenvolvimento da nova sociedade, dos nossos resultados e problemas. Isto permite, por sua vez aos historiadores marxistas, nos seus trabalhos científicos, nos seus trabalhos sôbre a história do movimento operário, fazer validar a objectividade das investigações e apreciações conjuntamente com o partidarismo revolucionário, com a aceitação inequívoca da causa do movimento comunista.

O movimento operário socialista desenvolve-se entre discussões ideológicas e políticas. Todos aquêles que consideram ser necessário acabar com a exploração do homem pelo homem, ou seja, que é necessário acabar com o sistema capitalista, poderão, relativamente com maior facilidade, pôr-se de acordo quanto ao *fim a atingir*. Mas, para além de chegarem a esse acordo, aparecerão provàvelmente opiniões diferentes sobre o caminho a seguir para alcançar esse fim. É necessária uma troca de impressões gerais para determinar *os principais objectivos de luta nas diferentes fases*, esclarecer quais são *as tarefas imediatas* e ligá-las com *as perspectivas a longo prazo*, determinar *a política de alianças* que melhor corresponda às tarefas a executar e aos fins a atingir ou seja, quais são as relações a estabelecer com

as diferentes classes e camadas sociais e com os partidos e organizações dessas classes e camadas, do mesmo modo que determinar *como sincronizar as tarefas no interior do País com as tarefas internacionais* e muitas outras questões e tarefas que se planteam ante o movimento.

Há diversos factores que influenciam as discussões internas do movimento operário socialista como, por exemplo, a existência de camadas proletárias com níveis de desenvolvimento diferentes e que se aderem ao movimento operário. O movimento operário surge e desenvolve-se em condições sociais bem determinadas e em estreita ligação com a situação social de cada momento. A transformação da intuição da classe em consciência da classe do proletariado, é em muitos aspectos dificultada pela influência das idéias das classes dominantes, das classes capitalistas latifundistas e também como consequência de muitos hábitos "herdados", que estorvam o desenvolvimento do movimento revolucionário socialista e que foram trazidos em maior ou menor grau pelos trabalhadores que aderiram ao movimento. Há cada vez maior número de pessoas originárias de outras camadas sociais que aderem aos idéais socialistas e que se ligam ao movimento, mas sem que, muitos dêles, tenham colocado de lado o seu ponto de vista burguês ou pequeno-burguês. Com efeito, o ideal comunista, a verdade dos princípios marxistas muitas vezes atrai ao movimento operário pessoas que, se bem continuem com a cabeça cheia de idéias e preconceitos retrógrados, aceitam certos princípios marxistas, que se mesclam com as suas idéias burguesas ou pequeno-burguesas. Este facto pode oferecer terreno fértil para o surgimento de correntes com fraseologia marxista mas que, na realidade, são antimarxistas, adversárias do movimento revolucionário.

Lénine, num artigo escrito em 1910 e intitulado "Divergências no seio do movimento operário europeu" analisa as causas dessas divergências. "Uma das causas mais profundas–escreve–é o ampliação do movimento operário. Se não quisermos medir este movimento com uma espécie de medida

ideal, fantástica, se o considerarmos como movimento práctico de simples seres humanos, então torna-se compreensível que a adesão de cada vez maior número de «recrutas», de novas camadas de trabalhadores, traz como consequência lógica hesitações, a repetição de êrros antigos, retorno momentâneo a pontos de vista e métodos antiquados, etc." Devemos, portanto, gastar a energia necessária para instruir políticamente e ideológicamente as novas camadas que aderem ao movimento. Os representantes das tendências não marxistas–escreve Lénine–são incapazes de compreender o carácter contraditório do sistema capitalista, colocam em evidência ora um ora outro dos traços característicos do seu desenvolvimento e comportam-se da mesma maneira quando falam do desenvolvimento do movimento operário, transformando assim a "unilateralidade" em teoria.

Como é natural, a unilateralidade tem inúmeras formas de expressão. Os reformistas consideram, no capitalismo, que só existe um factor decisivo, que é a evolução; para além das fases pacíficas de desenvolvimento, as crises podem ser evitadas no âmbito do "capitalismo organizado", ou seja, do sistema monopolista; consideram os choques e conflitos existentes como fenômenos de pouca importância, ou esperam que continuem a sê-lo. Os anarquistas, por seu lado, consideram "o salto" como único factor decisivo e dizem ser possível executá-lo independentemente de existirem ou não as condições para o salto revolucionário. Também devemos considerar como adeptos da unilateralidade aquêles que querem subordinar tudo à actividade parlamentar como aquêles que rechaçam toda actividade parlamentar. Devemos também referirmo-nos aqui àqueles que pretendem reduzir a uma luta econômica, parcial, as acções dos trabalhadores, desprezando ou rejeitando mesmo abertamente a luta política e também àqueles que, sublinhando a importância da luta política, descuram ou rejeitam as lutas de carácter econômico dos trabalhadores, desdenhando a importância política desse tipo de luta.

No começo do desenvolvimento do movimento operário todos estes fenômenos são inevitáveis, porque nessa altura predominam ainda as acções de carácter instintivo. O artigo de Lénine, já acima citado, diz que, "em condições econômicas atrasadas ou que se desenvolvem lentamente, aparecem constantemente partidários do movimento operário que só aceitam algumas teses marxistas, só aceitam algumas partes ou palavras de ordem, algumas exigências da nova visão do mundo". – Ao princípio o desenvolvimento não pode ser muito diversificado. O desenvolvimento da luta num sentido ajuda, geralmente, o desenvolvimento do movimento noutro ou noutros sentidos, mas é evidente que tudo isto não acontece espontânea e automaticamente, mas sim como efeito simultâneo do desenvolvimento ideológico e das experiências práticas. No entanto, a unilateralidade é um perigo potencial constantemente existente no movimento operário.

O desenvolvimento do movimento não põe automáticamente termo à unilateralidade nem às divergencias com outras origens. Em condições novas aparecem sempre novas contradições e discussões. E, para dar uma idéia da gravidade que tal fenômeno pode representar nos países desenvolvidos, basta referir a falência política e o desmoronamento da II Internacional Socialista em 1914. A causa primordial de tal falência política foi, principalmente, o facto de o revisionismo ter começado a ganhar terreno simultâneamente nos países capitalistas desenvolvidos e nos partidos dirigentes da Internacional. Lénine, no seu artigo intitulado "O imperialismo e a cisão do socialismo", artigo publicado em 1916, elucida como se relaciona "a vitória repugnante obtida pelo oportunismo (ou seja o social-chauvinismo) sôbre o movimento operário europeu" com o domínio imperialista, o domínio do capital monopolista que se aproveitaram do aumento da influência da chamada aristocracia operária, por êle criada. Esta aristocracia operária se desenvolveu e se fortaleceu sobretudo nos países capitalistas mais desenvolvidos. *O seu fortalecimento, o aumento da sua influência no*

seio do movimento socialista originou graves contradições que se tornaram ainda mais graves do que as que tinham surgido na anterior fase do movimento e que tinham sido originadas pelo pouco desenvolvimento das relações econômicas.

A luta do marxismo contra as diferentes correntes anti-marxistas acompanha sempre a história do movimento operário. Em 1910, no artigo acima mencionado, Lénine afirma que "a luta prossegue contra duas correntes que se desviam do marxismo". Essas duas correntes são "o revisionismo (oportunismo, reformismo) e o anarquismo (anarco-sindicalismo, anarco-socialismo)". Estas duas correntes–escreve Lenine–"têm existido em todos os países civilizados, durante a história de mais de meio século dos movimentos proletários, variando apenas a forma e os tons que revestem". Essas tendências anti-marxistas influenciam as massas e, por isso mesmo, é de extrema importância combatê-las e derrotá-las.

Nos trabalhos históricos aparecem questões de *periodização das quais, penso, devemos falar. No que diz respeito aos pontos de viragem da História, a demarcação dos limites das Idades* da História Universal e da história dos diferentes países, a demarcação de *limites de períodos* históricos importantes que apareçam numa ou noutra época da História ou mesmo no desenrolar dos acontecimentos de certos períodos e no desenvolvimento de certos movimentos sociais deve-se sopesar cuidadosamente a periodização.

Ao escrevermos a história do movimento operário revolucionário húngaro tivemos de nos ocupar com algumas questões relacionadas com a periodização. Esta periodização, como é natural, relaciona-se com a periodização geral da História Universal. Vou tratar em primeiro lugar, *da linha de demarcação entre o feudalismo e o capitalismo na Hungria,* por causa da sua importância teórica. Trabalhos históricos importantes situaram esta linha em 1849, do que se depreenderia que o capitalismo não começou em 1848, com a revolução, mas sim depois da derrota desta.

Durante a discussão, ficou devidamente esclarecido que

a abolição do sistema servil, ou seja, *que a revolução de 1848 correspondia ao limite de idade entre o feudalismo e o capitalismo*. Mas essa concepção, segundo a qual o começo do capitalismo se situa em 1849, ainda vive, na minha opinião, se bem que de uma forma menos precisa. De facto, era mais conveniente para aquêles que gostariam de realçar a importância do compromisso de 1867, atribuindo-lhe muito mais importância do que a que realmente teve, situar esse limite em 1849.

O compromisso austro-húngaro de 1867 foi um *límite de período* muito importante no desenvolvimento do País, se bem que tenha sido cheio de contradições. Ampliou as possibilidades de desenvolvimento econômico e político, mas fixou também os limites desse desenvolvimento. Assegurou à aristocracia húngara ao mesmo que aos médios proprietários, àqueles que possuiam dezenas de milhares de hectares de terra e àqueles que só possuiam milhares de hectares, o poder político, a autonomia do poder interno e também uma influência considerável na política econômica, financeira e exterior da monarquia. O compromisso garantia o direito à classe latifundiária, de utilização, durante o seu domínio, do máximo despotismo que julgasse necessário para a defesa do seu sistema social e para o qual contasse com o apoio suficiente da grande burguesia urbana.

Falavam muito de política liberal e em várias esferas executaram, de facto, reformas liberais exigidas pelo desenvolvimento burguês. Na vida política, porém, o liberalismo do Govêrno estendia-se até ao ponto de garantir só a cerca de 6 % da população o direito de voto e, mesmo assim, o sistema eleitoral então vigente era o do voto aberto, vigiado e fiscalizado pelas autoridades administrativas, pela polícia e pela gendarmeria. A par da Câmara dos Deputados, elegida dessa maneira, o liberalismo da nobreza conservou as Cortes, a representação a parte da aristocracia e do alto clero.

É a minha opinião de que é muito importante não atribuir mais importância do que a devida a este *límite de período*

que foi o compromisso de 1867, antes pelo contrário, devemos analisar só a sua importância real. Não se trata de uma questão de periodização, do ponto de vista da história do movimento operário, mas é muito importante, porque as tendências que exageram a importância do compromisso austro-húngaro consideram, muitas vezes, que o movimento socialista apareceu como um efeito desse compromisso. Mas, a realidade histórica e que o movimento socialista na Hungria nasceu e desenvolveu-se no combate contra o terror e os arbítrios da polícia do govêrno despótico húngaro.

A apreciação do compromisso de 1867 ainda é objecto de análise e discussão e continuará provavelmente a sê-lo ainda durante muito tempo. Esta foi também uma das questões tratadas na conferência realizada pelo Instituto de Ciências Históricas em Outubro de 1969 e cujo material foi editado em 1971. O estudo que iniciou o debate concluia que o compromisso foi um "compromisso realista". Creio que isso é um facto histórico de que não se pode discutir. Outra coisa de que não se pode também duvidar muito é que, depois da grave derrota sofrida pelos austríacos em 1859, na Itália, e do insucesso vergonhoso que sofreram na guerra contra os prussianos, criaram-se suficientes condições para a independência estatal da Hungria. Ora, só a classe latifundiária teria sido capaz–em virtude da sua força, organização, do seu poder a nível provincial e do seu papel político nacional–de iniciar e dirigir um tal combate. Mas foi em vão que apareceu, em consequência do enfraquecimento e da crise da Áustria, uma situação objectivamente tão favorável para a luta pela independência da Hungria, porque os latifundiários preferiram manter o País no âmbito da monarquia austro-húngara, preferiram chegar a um compromisso com a Áustria, em vez de formarem um estado independente. A maioria dos latifundiários chegou mesmo a renunciar que, com a formação dum governo independente, se regulasse as relações entre os dois países por intermédio de uma união pessoal e assim se pudesse garantir para o nosso País uma

situação de igualdade; muitos julgavam que tal seria o desejável, mas houve quem demonstrasse que era um projecto "irreal".

As concessões e a política de lealdade só poderiam ter originado aquilo que de facto originou, a conclusão do "compromisso realista", Deák e os seus companheiros reconheceram perfeitamente que a sua classe só estava disposta a seguir o caminho do compromisso. Tudo isto não exclui, na minha opinião, a classe latifundiária e os seus políticos mais ponderados da responsabilidade histórica pelo que aconteceu, não se lhes deve reconhecimento por terem renunciado não só à causa da independencia, mas também por terem renunciado à exigencia da união pessoal que traria, no âmbito de uma federação entre estados, maior autonomia governativa.

Não é de surpreender que a classe latinfundiária julgasse ser a monarquia austro-húngara a melhor forma de garantir o seu domínio húngaro face às outras nacionalidades que habitavam o País, face aos inimigos externos e mesmo face às fôrças populares nacionais. O que considero surpreendente é que haja quem considere isto como uma conquista nacional ou, pelo menos, como um acontecimento em que os factores positivos predominam. Mais adiante, se bem que resumidamente, voltaremos a tratar deste assunto. Agora, depois deste aparte, vou voltar à questão da periodização.

No quadro da história nacional e da história do movimento operário, foi necessário rever se é correcto considerar como *límite de período* os anos de *1917* e *1939*. A comissão de redacção da História do Movimento Operário Revolucionário Húngaro, concordando com o ponto de vista dos autores, aceitou uma modificação em ambos os casos.

Novembro de 1917 é um límite de Idade na História Universal. A grande revolução que fêz tremer o mundo impulsionou o movimento revolucionário internacional e também o da Hungria. Mostrou o caminho da luta para os socialistas revolucionários, teve grande impacto para o desenvolvimento dos ideais dos socialistas de esquerda e acelerou a viragem à esquerda das massas. Acelerou um processo que tinha sido desencandeado pela revolução russa de Fevereiro de 1917 e que conduziu, em Outubro de 1918, à queda da monarquia e, três semanas depois, à fundação do Partido dos Comunistas Húngaro (KMP). A monarquia dos Habsburgos tinha prosseguido a guerra começada em 1914, ainda depois de Novembro de 1917, até o Outono de 1918. Nos fins do Outono de 1918, *a revolução democrática burguesa* trouxe essa *mudança*, que pode ser considerada como *límite de período* na história de Hungria. E os acontecimentos fizeram com que, pouco mais tarde, fosse fundado o KMP cujo surgimento abriu *uma nova fase no desenvolvimento do movimento operário húngaro*. E estes dois acontecimentos, *o desmoronamento da monarquia e a fundação do KMP* deram-se tão perto um do outro que o límite de período na história nacional e na história do movimento operário húngaro estão intrínsecamente ligados. Portanto, a importância universal da mudança histórica de Novembro de 1917 influenciou directamente o desenvolvimento do nosso País e do nosso movimento operário, *sendo o princípio da fase intermediária de catalização do processo revolucionário* e, como tal, deve ser sublinhada.

Setembro de 1939, data do comêço da Segunda Grande Guerra Mundial é *um límite de período muito importante na História Universal.* A Hungria também participou na guerra hitleriana, na campanha militar da Alemanha fascista contra a Jugoslávia. A seguir, participou na guerra que Hitler e os seus comparsas desencandearam contra a União Soviética. *A nova fase da guerra na Hungria só começa, no entanto, em 1941* (na história da União Soviética, como é do conhecimento geral, o límite de período não é 1939 mas sim Junho de 1941, data do comêço da Grande Guerra de Defesa da Pátria). A entrada da Hungria na guerra colocou o movimento operário húngaro ante uma situação completamente nova

e, para a resolver, foi necessário lutar nas condições da situação de guerra.

Por fim lembro a *libertação* como límite de período do nascimento da nova Hungria. *A 4 de* Abril de 1945 as tropas soviéticas *acabaram* de limpar o País das tropas hitlerianas. Esse dia tornou-se a nossa festa nacional mais importante, por ser o símbolo de que a nossa Pátria foi libertada pelo Exército Vermelho e da mudança histórica fundamental que se seguiu à libertação. No entanto, as tropas soviéticas já em fins de Setembro de 1944 tinham entrado em território húngaro. Nas regiões libertadas *já em Dezembro de 1944* se tinha formado o novo Estado Húngaro e, depois da libertação de Budapeste, a nova vida começou na maior parte do território nacional. *A mudança histórica radical deu-se a par do processo de libertação*. Por isso, a comissão de redacção da História do Movimento Operário Revolucionário Húngaro, aceitando a proposta dos autores, determinou que a libertação e a formação do novo poder democrático devem ser tratadas num capítulo à parte e que esse capítulo seja o primeiro da terceira parte da obra acima mencionada. Isto significa que revimos a nossa opinião anterior, segundo a qual o período de meio ano que vai de Setembro de 1944 até Abril de 1945 está ao mesmo tempo ligado a duas fases históricas distintas.

O desenvolvimento do movimento operário é uma parte importante da história nacional, sem o conhecimento correcto da qual não é possível conhecer a história contemporânea dum País, nem sequer fazer apreciações sôbre ela ou esclarecê-la. Também não será possível compreender correctamente a luta do proletariado, fazer uma apreciação correcta e divulgá-la, se a desligarmos da história geral do País. Ao mesmo tempo devo dizer que o desenvolvimento do movimento operário internacional influencia a luta da classe operária de cada país.

O movimento socialista na Hungria apareceu como parte integrante do movimento operário internacional e sob a sua

influência tornou-se uma fôrça social importante a nível nacional. Até à Primavera de 1917 fêz-se sentir de forma determinante a influência dos movimentos socialistas dos países da Europa Ocidental, as experiências desses movimentos eram mais conhecidas e eram consideradas as experiências austríaca e alemã como indicadoras do caminho a seguir.

É do conhecimento geral que o desenvolvimento do movimento socialista era acompanhado pela luta entre tendências diversas e, como consequência dessa luta, por alturas da I Internacional, o marxismo tornou-se o ideal dirigente do movimento operário internacional. Mas existiam e faziam sentir a sua influência outras tendências, entre as quais, o lassaleanismo, a par do marxismo, eram a mais forte na Hungria. Quando, no seio da II Internacional, começou a preponderar o revisionismo de Bernstein, formou-se a ala esquerda dirigida por Luxemburg, e Liebknecht e, entre as duas alas encontrava-se o centrismo de Kautsky conjuntamente com o austro-marxismo, seu parente próximo; todas estas tendências influenciaram o movimento húngaro. A ideologia do Partido Social-Democrata Húngaro era uma mistura do revisionismo e do centrismo e, na práctica, a política desse partido era uma politica reformista. Também o sindicalismo (também oriundo do Ocidente) influenciou o movimento húngaro, especialmente foi aceito por aquêles que se insurgiam contra a política reformista.

A revolução russa de 1905 teve um eco profundo na Hungria. Estimulou o incremento de acções, deu grande entusiasmo às acções revolucionárias, sobretudo no seio da classe operária e das camadas camponesas mais pobres. Também influenciou, como é natural, o ponto de vista dos socialistas húngaros, sobretudo no que diz respeito à sua apreciação da importância e das possibilidades das lutas de massas, das greves gerais políticas. No entanto as teses leninistas sôbre o papel desempenhado pelo proletariado na revolução democrática, sobre as questões relacionadas com a táctica a seguir na revolução democrática, teses que podiam ter

trazido muitos ensinamentos à luta na Hungria–não foram consideradas com a devida importância pelo movimento húngaro. Conheciam muito pouca coisa sôbre a luta ideológica dos bolcheviques contra os mencheviques; os dirigentes do Partido Social-Democrata Húngaro não se preocuparam em conhecer essa luta e ainda menos em dá-la a conhecer. A influência dos acontecimentos revolucionários de 1905 conseguiu romper o muro de indiferença existente. Assim o jornal Népszava, no seu número de 30 de Junho de 1905 trazia uma notícia sobre o III Congresso do Partido Bolchevista. Mas essa notícia, visto só transcrever parcialmente e mesmo desvirtuar o conteúdo das decisões tomadas, não pode ser considerada senão como uma tentativa para limitar e impedir a influência dos ideais leninistas. (Por causa da sua importância ideológica ocupar-me-ei mais tarde pormenorizadamente desta questão.)

A bancarrota política e a desagregação da II Internacional, em 1914, abalou a confiança tradicionalmente depositada nos partidos social-democratas da Europa Ocidental, até essa altura, pelo movimento húngaro. A direcção do Partido Socialista Democrático Húngaro, adaptando-se à política dos partidos alemão e austríaco, deu o seu apoio tácito à guerra imperialista de rapina. Mas a confiança quase absoluta que, até essa altura, depositavam nesses partidos, ficou muito abalada. O embaraço, a confusão, a exasperação e o desconcerto começaram a reinar profundamente no seio do movimento socialista.

Nesta atmosfera angustiante a segunda revolução russa veio trazer uma nova esperança. O movimento operário húngaro, virando-se para essa revolução, viu renascer a confiança no movimento operário internacional. A diferença existente entre os bolcheviques e os mencheviques, a luta política e ideológica entre êles existente ainda não se tornou evidente aos olhos dos socialistas húngaros, mas não foi preciso esperar muito tempo para que começasse a sê-lo. Depois da revolução de Março de 1917 (de Fevereiro, segundo o antigo

calendário russo), que varreu o tzarismo, em toda a Europa aumentou cada vez mais a atenção com que era seguida a luta dos bolcheviques contra a guerra imperialista, pelo poder dos sovietes e pela revolução socialista. A ala direita do movimento operário solidarizou-se com os mencheviques. Os socialistas de esquerda seguiam com cada vez maior simpatia e interesse a luta dos bolcheviques. E chegou o mês de Novembro de 1917, *a vitória histórica da revolução socialista*, que trouxe como consequência a reestruturação e o reflorescimento de todo o movimento operário e revolucionário mundial.

Foi neste contexto internacional que o movimento socialista húngaro se desenvolveu, mas, até à Primavera de 1919, não exerceu grande influência no movimento internacional. Mas, depois da formação da República dos conselhos e com as suas lutas, seguindo o exemplo da Grande Revolução Socialista de Outubro, levou a cabo proezas de tal ordem que a tornaram um dos acontecimentos de maior importância no movimento revolucionário internacional e que influenciou profundamente todo o movimento operário europeu.

A intervenção das potências da Entente, tendo derrotado o primeiro poder do proletariado húngaro, iniciou a era sombria da contra-revolução, colocando no poder aquêles que, dois decênios mais tarde, empurrariam o País para o abismo da Segunda Grande Guerra Mundial. Neste período difícil, o movimento operário húngaro, através da sua luta contra o fascismo, prosseguiu o combate e escreveu novas páginas na história nacional e internacional do movimento operário. E, quando as vitoriosas trópas soviéticas libertaram o País, a classe operária tornou-se a classe dirigente do renascimento democrático do País.

O movimento operário socialista, o movimento do proletariado, oprimido e explorado, mas que teve consciência de classe e da sua missão histórica, percorreu um longo caminho desde a fundação de associações profissionais, prosseguindo com a fundação do seu Partido revolucionário, até à conquis-

ta do poder política. Conseguiu tornar-se a classe dirigente nacional e conduziu o País no caminho do desenvolvimento socialista.

Dezső Nemes: *A magyar munkásmozgalom történetéhez* [Sobre a história do movimento operário húngaro]. Editorial Kossuth, Budapest, 1974, pags. 8–17.

Miklós Óvári

A liberdade de conhecer a realidade é a grande possibilidade da sociedade socialista

O Partido Operário Socialista Húngaro presta grande atenção às questões ideológicas. Essa atenção é fruto da própria essência do partido marxista-leninista e das tarefas de construção da sociedade socialista desenvolvida.

Uma das coisas que distingue os partidos comunistas doutros partidos e movimentos políticos é o facto dos partidos comunistas terem conhecimento e consciência da existência das leís do desenvolvimento social e da sua luta ser conduzida por uma teoria revolucionária cientificamente fundamentada. Uma das tarefas importantes dos partidos comunistas, sejam quais forem as condições existentes ou a fase da luta de classes, é o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da sua teoria científica e a sua aplicação práctica.

Como se concretiza a liberdade de criação?

O mundo das artes é uma das mais importantes esferas do trabalho criador. O objectivo da nossa política cultural consiste em fazer impregnar nas artes, cada vez mais profundamente, os ideais marxistas-leninistas, socialistas e também–pela primeira vez na nossa história–destruir os obstáculos que impedem o grande encontro entre as artes e o povo. Apoia, de muitas formas e activamente, as tendências socia-

listas e procura eliminar os obstáculos subjectivos e objectivos que restringem a influência recíproca entre as artes e o povo.

A nossa política cultural dá cada vez maiores possibilidades de acção aos estúdios artísticos autônomos, exigindo ao mesmo tempo que os artistas aí trabalhando assumam as suas crescentes responsabilidades políticas e ideológicas. Esta política cultural tem por objectivo confesso a unidade entre a liberdade de criação, o socialismo e a tomada de posição em prol do progresso social. Como expressão de paciência e confiança permite também a existência de obras de arte que–não reflectindo em todos os seus aspectos pontos de vista marxistas–têm, no entanto, valor artístico e humano. A crítica tem o dever de analisar dum modo marxista estes fenômenos culturais, de louvar e dar a conhecer dum modo crítico os verdadeiros valores artísticos e de criticar duramente as tendências não conciliáveis com os ideais marxistas. Não permitimos a existência, na nossa vida cultural, de obras com conteúdo político hostil ao socialismo ou que possam destruir o bom gôsto ou ataquem o humanismo.

A concretização consequente dos princípios fundamentais da nossa política cultural foi uma das causas dos resultados obtidos, nos dois últimos decénios, no campo artístico. É por isso mesmo que o Comitê Central do Partido concluiu, no XI Congresso do Partido: "Consideramos como tendo grande valor os resultados alcançados na literatura e nas artes. Os escritores e os artistas contribuiram, de acordo com as suas responsabilidades, ao surgimento da atmosfera de bem-estar actual da nossa sociedade, à cooperação socialista a nivel nacional e ao fortalecimento da unidade nacional. Com as suas obras ajudaram a elevar o nível cultural do nosso povo."

O estado ideológico da vida artística tem, práticamente, as mesmas características do que a situação ideológica de toda a nossa sociedade. A maioria dos nossos artistas identifica-se com o povo, participa activamente na construção do

socialismo, está completamente de acôrdo com os nossos objectivos sociais. A prática confirma a justeza da nossa política, que viemos impulsionando desde há dois decênios, a saber: se bem que discutimos com êles, tivemos sempre muita paciência com aqueles artistas de renome que, do ponto de vista político, estavam próximos a nós, mas que tinham outra visão do mundo. Agindo assim conseguimos que se aproximassem cada vez mais do nosso ponto de vista, tanto política como ideologicamente e, assim, a nossa vida cultural enriqueceu-se com obras de grande valor.

Nós não podemos esquecer, contudo, de que a nossa vida artística nacional não é ainda homogénea, nem do ponto de vista ideológico, nem do ponto de vista da visão do mundo. As novas questões e contradições que vão aparecendo durante a construção do socialismo no nosso País, a existência de certas tradições maléficas, os problemas relacionados com a situação mundial e com o movimento operário internacional, causam instabilidade, embarço, por vezes a perca de perspectivas, que se reflecte no conteúdo de certas obras artísticas, na escolha de certos temas, no modo de expressão, na concepção "l'art pour l'art" num afastamento do presente, num formalismo vazio,ôco, no renascimento de modas há muito desaparecidas ou na cópia de modas novas.

Vejamos: que é necessário para que o escritor, o artista, possa criar obras para o povo, obras importantes e proveitosas, impregnadas de realismo socialista? Isso depende de dois factores, para além do talento. O primeiro é o seu grau de conhecimento da vida, e o segundo é a maneira como transplanta para as suas obras as experiências vividas, como interpreta o mundo. Por outras palavras: como êle conhece a realidade e qual é a sua visão do mundo?

É por isto que o Partido Operário Socialista Húngaro, partindo das necessidades sociais concretas, exige duas coisas dos artistas criadores: que conheçam melhor a realidade social e estudem o melhor possível a visão do mundo que interpreta essa realidade. Se não conseguirem corresponder

cabalmente a estas duas exigências, isso conduzirá fatalmente à perca de perspectivas, ao formalismo ôco, a um beco sem saída. Por isso os marxistas dizem que a revolução se dá fundamentalmente na sociedade e não nas formas de expressão artística, ou seja o essencial, no caso da creação artística, é o revolucionarismo que se manifesta no conteúdo e isso renova também a forma artística. Nós não somos contra a busca de novas formas, a experimentação, os métodos novos, essa busca de novas formas e processos não existir só por existir. Não concordamos com o formalismo sem finalidade. Se houver quem renove ou revolucione o conteúdo das obras de arte e, para atingir tal objectivo, também busque e experimente novas formas artísticas, nós consideraremos isto como um fenômeno natural. Por isso dizemos que as questões relacionadas com o estilo, com a busca de novas formas é competencia dos artistas. Todo e qualquer artista que vive em sociedade e com a sociedade, que se identifica com o povo, que não perceba só as dores que acompanham o nascimento do novo, os escombros do trabalho de construção, mas também aquêles que, dia após dia, resolvem as tarefas históricas, é capaz de encontrar o caminho que conduz à arte verdadeiramente contemporânea.

As obras que mais apreciamos são as que falam do povo e ao povo, de forma compreensível e com alto valor artístico. Não podemos no entanto restringir à classe operária ou ao campesinato o conceito de povo, porque nesse conceito cabe, para além da classe operária, o campesinato, a intelectualidade e todo e qualquer homem que trabalhe na construção do socialismo. Portanto, todos aquêles que, com o seu comportamento, não tenham-se excluido do nosso povo.

Quando procuramos julgar a qualidade de uma determinada obra, não podemos fazer a nossa apreciação partindo do facto de se essa obra representa ou não um operário, ou um camponês. Nâo é êsse o critério principal para a apreciação de uma obra de arte, mas sim a visão do mundo, o ponto de vista ideológico que reflecte. Não é portanto

correcto–por exemplo–medir a importância do papel dirigente da classe operária pelo facto de estar ou não representada numa determinada obra artística; o essencial é saber se a visão do mundo da classe operária se expressa ou não nessa obra.

No mundo dos artistas ajudamos a conhecer ainda melhor a nossa vida social, a realidade, fomentamos a divulgação das ciências sociais, a formação ideológica, ou seja, aumentamos a influência ideológica do marxismo-leninismo.

Necessitamos de obras de arte que, com a sua presença, com a sua influência, reforcem o espírito de participação na vida pública socialista e o seu prestígio e que possam ser compreendidas por todos. Também é necessário dar a conhecer essas obras às massas populares. Para atingir tal objectivo facilitamos a possibilidade de que os organismos dirigentes da vida cultural e os foros de creação artística encarguem obras de valor. Procuramos, por intermédio da intervenção activa e eficaz da crítica socialista, das discussões realizadas nos meios artísticos, limitar a influência das obras de arte que tratam de temas periféricos e dos esfôrços de busca formal sem objectivos definidos.

Também existem opiniões errôneas sôbre o julgamento de compreensibilidade. Nesta esfera necessitamos também lutar simultaneamente em duas frentes, como se passa geralmente com todas as questões ideológicas. Lutamos, por um lado, contra o conceito subjectivista de compreensibilidade, que afirma só deverem ser aceites como válidas as obras que possam ser compreendidas em seguida por todos. Compreensibilidade não significa primitivismo, simplificação, não significa dar apoio à falta de nível. Também devemos lutar contra uma espécie de snobismo existente, que declara que a verdadeira arte é aquêle que não pode ser compreendida. Se observarmos as coisas desta prisma, devemos considerar como aceitável a antipatia que se sente ao contemplar obras com conteúdo falso, ou que não tem nenhuma significação. Mas a antipatia já não tem razão de ser, quando

sofremos para poder compreender uma obra de arte e acabamos por compreendê-la. Porque, se só considerássemos como socialista aquilo que pudéssemos em seguida compreender, teríamos de rejeitar muitas obras de valor, como seja "O Capital".

Não devemos confundir a compreensibilidade com uma espécie de simplicismo, nem com a falta de valor artístico ou com o primitivismo. Lutamos sim contra a incompreensibilidade, contra o formalismo vazio e devemos, por isso, lutar simultaneamente em dois campos: contra a incompreensibilidade sem conteúdo e contra o dogmatismo, que parece apoiar a preguiça e desprezar o esforço intelectual e o estudo.

O interesse da sociedade consiste em conhecer o melhor possível a realidade–seja por intermédio da investigação científica, ou seja por intermédio da criação artística. Por isso, não limitamos o campo de acção do trabalho de criação responsável. A liberdade de criação expressa a confiança que o Partido deposita nos artistas: estamos confiantes que, nem os cientistas, nem os artistas–pelo menos a sua esmagadora maioria–hão-de abusar dessa liberdade. Seria inaceitável que, por causa dos poucos que abusam da liberdade concedida, se impedisse a expansão livre dessa energia gigantesca que a confiança libertou.

A liberdade pressupõe, na nossa sociedade, em todas as esferas de actividade, o aproveitamento racional das possibilidades existentes, porque essas possibilidades–especialmente as materiais–são limitadas. São limitadas mesmo quando as condições econômicas do País são muito favoráveis; isto obriga-nos a utilizar o melhor possível os meios materiais à nossa disposição. A liberdade pressupõe também o sentido da responsabilidade para com a sociedade e também discussões, sobretudo para a formação e representação do ponto de vista marxista, que reflecte a realidade objectiva.

As obras científicas e artísticas devem servir a sociedade e, por isso, não é indiferente que cheguem ou não àqueles

a quem se destinam. Duas das esferas importantes da nossa vida cultural, o ensino e a cultura pública devem ocupar-se em transmitir ao povo os resultados obtidos pelas ciências e pelas artes.

O democratismo do ensino

O aperfeiçoamento do ensino é uma das questões primordiais da construção do socialismo. No decorrer da nossa história nunca existiram tais condições de igualdade de possibilidades de estudo, como as que hoje existem, para as crianças vindas de todas as camadas sociais, se bem que essa igualdade ainda não seja absoluta. Para alcançar este objectivo já fizemos muito, mas devemos ainda fazer muito mais esfôrços. sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento das escolas primárias e dos institutos de formação profissional. O desenvolvimento das escolas primárias tem uma enorme importância: é nelas que as crianças recebem as bases culturais e é aqui que começam a se desenvolver as aptidões e capacidades, a maneira de pensar dos jovens, estes oito anos de escola constituem uma das mais importantes fases na formação da personalidade do homem socialista, e é aqui onde devemos desenvolver todos os esfôrços possíveis para diminuir as diferenças de nível cultural que as crianças trazem consigo do seu ambiente familiar.

Prosseguimos um trabalho proveitoso para aumentar o número de lugares nas escolas maternais, para melhorar o trabalho educacional e de preparação para a vida escolar desses estabelecimentos. A preparação pré-escolar organizada de cerca de 90% das crianças e o facto de que 71,8% dessas crianças frequentam as escolas maternais è uma imensa contribuição para diminuir as diferenças de nível cultural.

Das crianças que estudam nas escolas primárias 97,3 % recebem prerapação especializada. Aproximadamente 29,9%

dessas crianças passam o dia inteiro nas escolas, comem e estudam, só regressando a casa à tarde, porque os seus pais trabalham e não podem ocupar-se delas.

A ajuda a prestar ao estudo dos filhos de operários e camponeses é uma tarefa política capital. Para atingir este objectivo pomos meios materiais cada vez mais importantes à disposição das escolas: para que essas crianças possam prosseguir os seus estudos secundários e superiores criamos e organizamos cursos preparatórios e um sistema de bolsas de estudo e de auxílio social. Como resultado da estreita cooperação entre a sociedade e os corpos docentes, conseguimos alcançar que aumentasse para 56 % a percentagem de filhos de operários e camponeses que frequentam cursos secundários. O mesmo fenômeno se verifica no ensino superior onde, entre os alunos admitidos no primeiro ano, há mais de 29,9 % que são filhos de operários e camponeses.

Aos jovens operários especializados que se distingam no trabalho de produção, mas que não tenham terminado os seus cursos secundários, damos a possibilidade de prosseguirem um curso diurno nas escolas superiores ou universidades. Depois de seguirem um curso intensivo de um ano, curso em parte diurno, em parte por correspondência, prestam exame e se obtiverem bons resultados esses jovens operários– que recebem uma ajuda estatal considerável–podem matricular-se num curso superior. Assim ajudamos a formação de engenheiros, economistas, juristas, agrônomos e outros especialistas, vindos directamente da classe operária. Organizamos também cursos preparatórios para operários especializados que tenham terminado os seus cursos secundários por correspondência e desejam matricular-se num curso superior. O nosso apoio não se limita, no entanto, ao prosseguimento dos estudos superiores. Essa ajuda é também muito importante no que diz respeito aos alunos das escolas primárias, sobretudo quanto ao trabalho pedagógico a executar nas aulas.

Hoje mais de 90 % das crianças que acabam a escola

primária prosseguem estudos secundários, nas escolas comerciais e industriais, nos liceus, nas escolas de formação profissional. A declaração programática do Partido Operário Socialista Húngaro determinou uma perspectiva real de desenvolvimento do ensino secundário: de acôrdo com as exigências crescentes da sociedade socialista é necessário generalizar o estudo secundário à toda a nova geração dentro do 15-20 anos.

O desenvolvimiento social, o avanço da revolução técnico-científica, o rápido aumento da quantidade de conhecimentos exigem um estudo e aperfeiçoamento contínuo. Por isso preocupamo-nos com o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do ensino para adultos, melhoramos a possibilidade dêstes continuarem a estudar paralelamente ao trabalho. Com o cumprimento contínuo dessas tarefas desaparecerão gradualmente as diferenças existentes nas condições do ensino e do estudo e conseguiremos alcançar um dos nossos objectivos mais importantes, a saber, que a origem social já não desempenhe um papel determinante na formação do modo de vida seguido pelas gerações mais jovens.

O desenvolvimento social, a ampliação de revolução científico-técnica, o aumento vertiginoso dos conhecimentos exigem um estudo contínuo, uma formação contínua. É por isso que temos que apoiar o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do ensino para adultos, do amelhoramento das condições do estudo dos trabalhadores.

Com resolver contínuamente essas tarefas diminuem as diferenças ainda existentes nas condições de ensino e estudo e podemos atingir o nosso objectivo ou seja as condições sociais não tivessem um papel essencial na carreira da jovem geração.

Uma das importantes funções do ensino secundário é a de ajudar a formar o tipo de homem socialista. Para concretizar este objectivo necessitamos melhorar o trabalho educacional do ensino e reforçar a unidade entre a formação profissional e a educação política. A escola tem um importante

papel a desempenhar na formação da visão do mundo, no desenvolvimento da firmeza política, na sistematização das inúmeras influências que se exercem sôbre a juventude, na preparação da capacidade de cada um ser capaz de pensar por si próprio. Só poderemos alcançar este objectivo se os ideais marxistas-leninistas–que ajudam a descobrir e conhecer a realidade objectiva–penetrarem profundamente no processo educacional e no ensino.

Grande parte da preparação dos jóvens para a vida em comunidade é uma tarefa importante do trabalho educacional da escola. Devemos criar as condições para que os jovens, baseando-se nas suas próprias experiências, comecem a tomar consciência de que os seus êxitos pessoais só serão possiveis se estiverem de acôrdo com o interesse de toda a sociedade. Para tal devemos confiar-lhes tarefas úteis e proveitosas, através da concretização dos quais cheguem à conclusão de que o seu trabalho diário–o estudo, as tarefas em prol da comunidade, do movimento, o trabalho voluntario–é útil e interessante.

A educação da juventude, como é natural, não é só tarefa da escola, é tarefa de toda a sociedade. As famílias e as organizações sociais, especialmente as organizações de juventude das escolas têm importantes tarefas a cumprir neste sentido. São essas organizações que devem preparar os seus membros de modo a que estejam aptos a cumprir os seus deveres, a participar na vida pública, a saber utilizar responsavelmente os seus direitos. Devem sentir, no seu trabalho diário, a confiança e o apoio das organizações do Partido e dos organismos estatais no cumprimento das suas tarefas.

Cultura–ao alcance de todos

As tarefas de construção do socialismo exigem o desenvolvimento contínuo e multilateral da cultura, para além do estudo escolar.

A cultura pública tem uma grande importância na formação das condições humanas e dos factores intelectuais, políticos e morais da produção. A influência crescente da revolução técnico-científica exige cada vez mais um melhor trabalho de cultura pública. Não necessitamos só descobrir e aproveitar fontes de energia intelectual necessárias para dar a conhecer e aperfeiçoar constantemente a técnica, que se desenvolve dinamicamente, mas também necessitamos utilizar as conquistas da técnica e da civilização moderna de uma forma digna do homem. Consideramos como inaceitável o ponto de vista que deseja restringir a criação no âmbito produção e do consumo moderno às questões meramente técnicas e econômicas. Com certeza que as condições econômicas e técnicas são indispensáveis para aumentar as bases materiais do socialismo, mas não podemos nos esquecer que só trabalhadores cultos e politicamente conscientes são capazes de construir a sociedade socialista.

A cultura pública cria também as condições espirituais necessárias para a ampliação da democracia socialista. Faz chegar às amplas massas os conhecimentos necessários para poderem expressar a sua opinião e contribui à formação de comunidades culturais e de autoeducação que são verdadeiras pré-escolas para aprender uma visão colectivista e a participação activa na vida pública.

A nossa cultura pública ajuda também a formar uma atmosfera social positiva, na qual os principais valores são a inteligente vida, o trabalho para cumprir os objectivos sociais e comunitários na qual a posse de bens de consumo tem como fim satisfazer necessidades reais, de medida razoável.

A cultura pública ajuda a ir eliminando as diferenças fundamentais entre o trabalho físico e o trabalho intelectual, entre a cidade e a aldeia, entre as diferentes classes e camadas sociais.

Só conseguiremos resolver as tarefas fundamentais que

se apresentem, se conseguirmos transformar a cultura na causa comum de toda a sociedade.

No âmbito do trabalho ideológico e político que desenvolvemos no seio das massas realizamos continuamente trocas de impressões com os apartidários. Esta troca de impressões só trará bons resultados se nós, comunistas, nos mantivermos unidos, se soubermos o que queremos, se representarmos os nossos ideais e a nossa política abertamente e com conhecimento de feitos, e se apoiarmo-nos em argumentos convincentes. Ajudamos ao reconhecimento moral do valor dos partidários activos do socialismo e, principalmente, o trabalho realizado de um modo socialista. Procuremos formar uma opinião pública onde aquêles que vivem segundo as normas socialistas sejam os porta-vozes que condenem abertamente o comportamento anti-social, os prejuizos causados à comunidade e o cinismo. A tomada de posição aberta dos comunistas deve trazer como consequência que todo e qualquer cidadão saiba concretamente quais são as coisas que o Partido apoia, aprova, desaprova ou rejeita. O nosso combate nas discussões político-ideológicas desenvolve-se simultaneamente em duas frentes, nunca perdendo de vista o grande ensinamento da nossa história, que nos mostra claramente que, com processos sectários não é possivel lutar eficazmente contra as idéias direitistas e, geralmente, contra as opiniões e fenômenos estranhos ao socialismo. A fraseologia dogmática, sem conteúdo real, não é remédio que se possa utilizar contra o esquerdismo, o revisionismo e outras tendencias confusas, nem sequer para as podermos condená-las eficazmente.

No decorrer do nosso trabalho político entre as massas adquirimos muitas experiências, temos processos e princípios adequados a este trabalho que já deram provas do seu valor. Por exemplo: em vez de desconversarmos, falamos aberta e sinceramente; em vez de desconcertarmo-nos ou darmos ordens, procuramos convencer com paciencia; escutamos sempre com atenção o que nos querem dizer, mesmo que não tenham razão ou que seja desagradável ouvir coisas desse género; a unidade entre as palavras e os actos; a confiança nos homens. O nosso povo apoia e aprecia convenientemente o estilo de trabalho do Partido e, por isso, é nossa obrigação conservá-lo e aperfeiçoá-lo.

Temos todas as condições para prosseguir com êxito o nosso trabalho: possuimos uma classe operária forte, temperada nas lutas e no trabalho, o nosso povo está unido e firmemente decidido a construir, no nosso País, a sociedade socialista desenvolvida, o nosso Partido é forte e coeso, tanto do ponto de vista ideológico, como político e organizativo; podemos contar com toda a certeza com a solidaridade da comunidade socialista e de todas as forças progressistas. Com o nosso trabalho ideológico contribuimos para reforçar estes factores importantes e indispensáveis da nossa luta.

A társadalmi tudat és a müvelödés fejlesztésének idöszerü kérdései [As questões actuais do desenvolvimento da consciência social e da cultura] (fragmento). Reunião de agitação e propaganda, 1975. Editorial Kossuth, Budapest, 1975.

István Sarlós

Unidade popular–unidade nacional

Socialismo e democracia são dois conceitos inseparáveis. Uma das características essenciais do nosso sistema social é a ampliação da democracia socialista à todas as esferas da vida social. A democracia socialista é, ao mesmo tempo, meio e objectivo, condição e medida do nosso desenvolvimento. Significa simultâneamente para todos nós a utilização cada vez mais perfeita dos nossos direitos e a aceitação das nossas obrigações de construção nacional, a liberdade e a disciplina social.

No socialismo, as leis, a ordem estatal e o sistema de instituições sociais servem aos homens e, por isso, na nossa sociedade–mesmo nos pôstos de responsabilidade unipersonal–a democracia tem, necessariamente, de se expandir.

Na Hungria é bom o estado de espírito da população, os cidadãos vivem e trabalham num ambiente calmo.

A causa da boa disposição dos cidadãos: a política consequente, fiel aos seus princípios, do Partido Operário Socialista Húngaro. Essa política representa os interesses da classe operária e de todo o povo trabalhador: o sistema socialista está ao serviço do presente e do futuro de todo o povo.

Um dos elementos importantes da boa disposição política pública é: falamos sempre abertamente dos problemas existentes. Quando o Partido e o Govêrno viram que as condições de vida dos trabalhadores das grandes empresas industriais não se elevavam de forma correspondente à importância e peso desta camada social, elaboraram um plano, por

intermédio do qual se conseguiram obter grandes resultados nas relações salariais e nas condições de trabalho desses trabalhadores. Não procuramos sequer esconder as dificuldades que causam à nossa economia nacional as influências do mercado mundial.

É nossa prática corrente informar com antecedência a população das decisões a tomar, decisões absolutamente necessárias e justificadas do ponto de vista econômico, mas que vão sobrecarregar econômicamente a população, como por exemplo, no caso do aumento do preço, de certos artigos.

As pessoas aceitam em geral com compreensão as informações prestadas na devida altura. Não ficam felizes com as novas preocupações, mas têm em consideração que o Partido e o Govêrno não tomam decisões em questões de importância nacional sem os consultarem.

Os cidadãos participam cada vez em maior número, mais activamente e de forma mais directa na solução dos assuntos nacionais, locais e de trabalho. Queremos reforçar este processo: modificamos de tal modo o nosso sistema de orientação que possa ser facilmente compreendido pelos trabalhadores e ajudamos êstes a conhecerem melhor os seus direitos e obrigações e a utilizá-los.

Preocupamo-nos em incrementar ainda mais a preparação dos trabalhadores, o seu sentimento de responsabilidade para com a sociedade, o seu nível de conhecimentos profissionais e políticos, tudo isto com o objectivo de que, mais fácilmente, estejam dispostos a participar cada vez mais nas discussões da vida pública.

A Constituição da República Popular Húngara proclama a igualdade de todos os cidadãos. Mas a verdadeira igualdade só será realidade num espírito e prática democrática colectiva. Também é necessário que todos os cidadãos sejam capazes de reconhecer que: com o seu trabalho são úteis à sociedade, são homens iguais aos outros, e que a sociedade conta com êles e exige o seu parecer.

A Frente Popular Patriótica tem como obrigação aumen-

tar, por intermédio de suas instituições, do seu programa, das suas acções e de toda a sua actividade, o seu contributo ao fortalecimento da democracia socialista. Ajuda o desenvolvimento do clima democrático da sociedade, a expensão da actividade pública dos trabalhadores. As comissões do nosso movimento–partindo dos resultados já obtidos–devem incentivar a participação da população nas decisões, na sua execução e contrôle.

O movimento tem também importantes tarefas a executar no desenvolvimento da democracia parlamentar. Devemos ajudar o trabalho dos deputados e dos membros eleitos das autarquias locais, fortalecer os laços existentes entre os eleitos e os eleitores. A nossa actividade neste sentido é amplamente conhecida e apoiada.

Um dos processos fundamentais do democratismo socialista é o de fazer a população participar na preparação e discussão de importantes decretos-lei e portarias, na preparação e elaboração das leis. Prosseguiremos esta prática, adaptando-a sempre ao conteúdo do projecto de lei em discussão. Desta prática depende a profundidade e o alcance real da discussão que antecede a aprovação de qualquer lei.

Com um bom trabalho de esclarecimento político aumentamos a cultura geral e os conhecimentos técnico-profissionais dos homens. Esta é uma condição indispensável ao desenvolvimento da democracia. A participação nas discussões públicas é, ao mesmo tempo, uma boa escola prática. Desenvolve a competência das pessoas e dá experiências na participação nos assuntos de interesse público. Deste modo, a Frente Popular contribui, com os seus meios específicos e de uma forma muito directa, ao desenvolvimento da democracia no local de trabalho. Porque, qualquer pessoa que se habitue a expressar a sua opinião no lugar onde vive, também o faz sem medo no local de trabalho.

Que significa a unidade popular-nacional?

O poder operário, a aliança operário-camponesa e a unidade popular-nacional, que se fortalece constantemente, são as fontes do desenvolvimento socialista da nossa sociedade.

Todas as camadas do nosso povo estão de acôrdo com o programa de construção socialista e estão dispostas a colaborar na sua concretização. Durante o XI Congresso do Partido, as eleições para a Assembleia Nacional, os festejos do 30° aniversário da libertação, os Congressos Sindicais, da Federação, da Juventude Comunista, e da Frente Popular Patriótica, milhões de pessoas demonstraram significativamente interessar-se pelas questões políticas, participando nos milhares com espírito construtivo. Os participantes nos milhares de reuniões organizadas nessas ocasiões expressaram calorosamente a sua apinião sobre as questões relacionadas com o presente e o futuro da nossa sociedade. Operários e camponeses, cientistas e artistas, técnicos e pedagogos, empregados e pessoas com outras profissões, homens de Igreja declararam que é necessário prosseguir sem titubeos nem esmorecimento a construção do socialismo desenvolvido. Mas não se falou só da beleza dos objectivos a atingir, falou-se também do trabalho necessário para alcançar esses objectivos.

O nosso povo está políticamente unido. Como é natural, não se trata de uma unidade perfeita. Existem cidadãos que têm uma opinião diferente da nossa–mas a verdadeira imagem do País é dada pela esmagadora maioria que, nas eleições, responde afirmativamente ao nosso programa socialista.

Naturalmente que existem e aparecem contradições mesmo entre pessoas que estão políticamente de acordo. Tudo isto está relacionado com a sua visão do mundo, com o lugar ocupado na divisão social do trabalho e, de vez em quando, com interesses materiais concretos. Mas estas con-

tradições não são irreconciliáveis, a colaboração entre essas pessoas continua a ser possível. Como prova do que acabo de dizer basta citar o exemplo da Frante Popular Patriótica, no seio da qual trabalham em concórdia os comunistas e os crentes.

É por isso que o Partido, o Estado e a Frente Popular Patriótica, ao elaborarem os seus programas, se dirigem a todas as pessoas e apelam a que trabalhem. Respondendo a este apêlo, como o demonstram as nossas experiências, os membros das minorias nacionais vivendo no nosso Pais, os dirigentes das Igrejas e os seus fiéis, estão prontos a participar no trabalho.

As minorias nacionais que vivem na Hungria podem cultivar livremente as suas tradições nacionais, a sua língua pátria, os seus usos e costumes. As relações que mantêm com a população húngara são relações de amizade e baseiam-se na igualdade de deveres e direitos. Estas minorias consideram a República Popular Húngara como a sua Pátria e trabalham com ardor e entusiasmo na construção do socialismo.

Na sociedade húngara, tanto o Estado como as Igrejas respeitam os acôrdos que assinaram e, por consequência, os crentes colaboram, muitas vezes tomam mesmo a iniciativa, no trabalho de construção do País, sem que sejam prejudicados por causa da sua crença religiosa. Para tal são ajudados e apoiados pelos dirigentes das Igrejas, os quais, em tanto que patriotas, mas também em nome das suas Igrejas, apoiam os objectivos a atingir.

A nossa sociedade, que constrói o socialismo, dedica especial atenção ao círculo mais restrito da vida humana, a família, que é a pedra básica de construção da sociedade e faz tudo para que a família se desenvolva o mais harmônicamente possível. A educação familiar das crianças, o carinho e o nível cultural dos pais, a compreensão demonstrada para com os filhos, a tolerância mútua, tudo isto influencia a sociedade, o trabalho educacional e a expansão da personalidade.

O futuro de toda e qualquer sociedade depende da sua juventude, do tipo de geração que se forma, geração a quem caberá, um dia, a tarefa de dirigir o País. Podemos afirmar com toda a certeza, considerando as condições existentes no nosso País, que estamos absolutamente tranquilos: existem todas as condições para que os nossos sucessores possam trabalhar melhor e mais eficazmente que nós–naturalmente em melhores condições do que as que hoje existem.

No entanto há que saber aproveitar as condições. Fazemos tudo o que está ao nosso alcance para que a nossa juventude goste de trabalhar, compreenda os verdadeiros objectivos da vida humana e cresça de forma a estar apta a prosseguir o trabalho por nós começado, a construção do socialismo. Deve compreender que o trabalho dos seus antecessores merece todo o seu respeito e que a sua capacidade crítica só será boa se a souber utilizar para acabar com as deficiências existentes.

Há, na Hungria, leis que garantem a igualdade de direitos das mulheres. Também tomamos medidas práticas que fazem valer o espírito dessas leis. No campo político, a luta pela emancipação da mulher já começou no princípio deste século e, depois da libertação, as mulheres obtiveram a igualdade do direito de voto e de ocuparem postos dirigentes no movimento político. Aproveitando inteligentemente estas possibilidades, as mulheres já demonstraram inúmeras vezes que a capacidade de direcção não depende do sexo.

A sociedade procura facilitar a situação das mães que trabalham. Há que dar-lhes todas as facilidades possíveis, tendo sempre o cuidado de que as não considerem como um favor ou uma esmola.

Os aposentados têm o direito de descansar calmamente depois de longos anos de trabalho. O Estado assegura as condições necessárias a este descanso com as pensões de aposentadoria, com casas de repouso, clubes, e para os mais necessitados, casas de repouso social. Todos os organismos sociais têm obrigações a cumprir para que as pessoas da

terceira idade vivendo sózinhas possam viver melhor, mais facilmente, para que possam aproveitar utilmente, agradávelmente, de uma maneira culta, ao mesmo tempo que repousam, o tempo de que dispõem. A Frente Popular Patriótica aceita, como parte do melhoramento das condições de vida, confiar tarefas às pessoas da terceira idade, de modo a que possam participar activamente na vida política.

Há exigências morais e gerais que determinam a obrigação de todos cuidarem dos seus progenitores, quando estes se encontrem impossibilitados de trabalhar, até porque foram êles que os educaram e criaram.

Depois da libertação, o nosso País desenvolveu-se de forma considerável. O conceito de desemprego é desconhecido no nosso País–todos têm a possibilidade de trabalhar.

Podemos resumir a situação actual da nossa sociedade da seguinte maneira: como resultado do clima político favorável, a situação moral do País é satisfatória. Os nossos cidadãos sabem utilizar os seus direitos e cumprem também com os seus deveres. O cumprimento das leis jurídicas e morais tornou-se já habitual e é considerado como uma obrigação.

Apoiar a realização das tarefas que nos esperam não significa só, para a Frente Popular Patriótica, estimular os trabalhadores a concretizar os planos locais ou nacionais. Essa é só uma das nossas obrigações. Mas fazemos mais do que isso, visto que, com a troca directa de impressões com os cidadãos, conseguimos incentivar as massas a expressarem as suas críticas, propostas e observações, sendo a Frente Popular o seu representante junto aos organismos políticos e estatais.

Assinalamos os erros descobertos e fazemos chegar as nossas propostas, fundamentadas nas críticas e observações, a quem é de direito.

Encorajamos os cidadãos que participam no nosso movimento a expressarem as suas opiniões e a falar das suas

experiências pessoais. Temos sempre o cuidado de não deixar sem resposta as observações feitas.

A nossa experiência demonstra que é possível encontrar para todo e qualquer cidadão o caminho que lhe é mais conveniente, é possivel encontrar sempre um assunto que o interesse. E se já conseguimos obter êste género de ligação, isso pode ser o princípio que amplia o seu horizonte e o leva a ocupar-se de outros assuntos da vida pública.

Estamos agora, na Hungria, trabalhando no cumprimento do nosso quinto plano quinquenal. É este plano em cuja elaboração o Govêrno se apoiaba mais nos cidadãos e nos seus representantes. Realizamos reuniões preparatórias para discutir o plano em todas as províncias e em todas as grandes cidades do País com o fim de, a par de medirmos os desejos e exigências existentes, podermos também conhecer as propostas dos cidadãos quanto ao cumprimento do plano.

Os cidadãos, ao tomarem conhecimento dos planos da economia nacional, ficam, ao mesmo tempo, a conhecer claramente as suas próprias tarefas.

Examinamos e analisamos o cumprimento dos objectivos do plano quinquenal, confrontamos esses resultados com a prática e com a opinião da população. É esta a garantia de que o cumprimento dos objectivos do plano se concretiza sob o contrôle contínuo da sociedade.

O que significa viver de modo socialista?

Para a concretização da sociedade socialista são necessários cidadãos que, para além do seu próprio trabalho, se interessam também por outras questões, que exigem o seu próprio desenvolvimento cultural e que querem caminhar a par com o desenvolvimento da sociedade. Deste tipo de homens cultos saem os dirigentes políticos do País, dirigentes com uma formação política elevada, os cientistas e outros especialistas.

Tendo tudo isto em consideração, sabemos ser uma das

nossas tarefas mais importantes mobilizar as mais amplas camadas da nossa população para o cumprimento da política cultural do Partido e do Govêrno.

Procuramos obter que a escola, com espírito socialista, que ensina para além dos conhecimentos gerais o respeito e amor ao trabalho, se torne cada vez mais atraente para as crianças, para os País, para as organizações de juventude e para o próprio corpo docente.

Apoiamos toda e qualquer iniciativa que tenha como objectivo criar pontos de contacto e de compreensão entre os diversos níveis do ensino, de maneira a permitir que os cidadãos possam estudar não só quando são jovens, mas quando já são adultos.

Fazemos tudo o que está ao nosso alcance para que a educação, a formação do homem, a transformação socialista do homem seja não só uma tarefa da escola e dos progenitores, mas uma tarefa de toda a sociedade. Gostaríamos que se generalizasse o pensamento de que a auto-educação é uma necessidade natural dos homens.

De acôrdo com o espírito da Constituição, na Hungria o estudo é obrigatório para todos até aos 14 anos de idade. Para que essa lei possa ser eficazmente cumprida acabamos, progressivamente com a diferença de nível entre a escola na cidade e no campo, nos bairros centrais e externais, isto com o fim de assegurar, em todo o lado e para todos, condições iguais, para que as crianças possam encetar o seu caminho na vida em condições de igualdade.

Em todo e qualquer sítio onde se ocupem com crianças, o essencial deve ser sempre educá-las no amor ao trabalho, de forma a desenvolver harmônicamente a sua personalidade, de modo a que saibam viver na sociedade e em prol da sociedade. Este objectivo não pode ser alcançado só com o trabalho das instituições escolares, são necessários os esforços conjuntos da escola, da família e do local de trabalho.

Também desejamos que haja cada vez maior número de homens que consideram os bons livros como bons compa-

nheiros, que gostam de ler e, para que possamos atingir êste objectivo, é necessário, a par do bom trabalho de propaganda e de edição, da rede de bibliotecas dos sindicatos, criar bibliotecas familiares; também é necessário o bom exemplo dado pelos pais e amigos, das comunidades culturais. Como condição para o democratismo da cultura é necessário pôr as artes ao alcance das massas e que estas as compreendam. O conteúdo das obras de arte deve dizer algo aos trabalhadores, pois são êles que asseguram as condições da nossa existência.

Com a nossa actividade de política cultural queremos ajudar a generalizar a forma e o modo de vida socialista.

É uma condição do modo de vida socialista que o indivíduo–não só conservando, mas desenvolvendo a sua personalidade–faça tudo o que estiver ao seu alcance pela comunidade. E faça-o com a consciência de que, no nosso sistema social, o objectivo mais importante da comunidade é assegurar a cada indivíduo a verdadeira felicidade, o bem-estar, a verdadeira vida humana.

É uma condição do modo de vida socialista que todo e qualquer cidadão execute honestamente, de acôrdo com as suas capacidades e formação, o trabalho que lhe compete. O modo de vida socialista exige o respeito pelo homem e pelas obras humanas. Quem viva de modo socialista é culto, tem o coração puro e a cabeça para pensar, tem sempre objectivos em vista, anda no mundo de olhos bem abertos, interessa-se pela política e participa activamente nela.

Só nos tornaremos verdadeiros patriotas se–aceitando, reforçando e construindo o sistema socialista–corresponder-mos cabalmente aos nossos deveres para com nós próprios e para com a comunidade. Ninguém se pode confessar internacionalista se não cumprir os seus deveres para com a Pátria. O patriotismo começa no amor inteligente à terra natal, no bairrismo saudável, que nunca se deve limitar, no entanto, a provincionalismo. O patriotismo só será realmente patriotismo socialista se fôr acompanhado de interna-

cionalismo. O internacionalismo exige acção, exige uma tomada firme de posição em defesa da União Soviética, da comunidade socialista e da causa internacional do progresso social, exige cooperação com todo e qualquer povo que a tal esteja disposto, significa tentativa de aproximação entre os povos e determinação em ajudar os que necessitam da nossa ajuda e aceitar a ajuda dos outros quando fôr necessário.

Deste modo as imagens de Pátria e de Mundo ligam-se harmonicamente no nosso pensamento e estimulam-nos a actuar de acôrdo com os ideais socialistas.

A Frente Popular Patriótica tem como tarefa ajudar a educação socialista dos homens, trazendo-os a colaborarem activamente na vida pública.

"Informação do Conselho Nacional de Frente Popular Patriótica" (fragmento). *A Hazafias Népfront VI. Kongresszusa, Budapest, 1976.* [VI Congresso da Frente Popular Patriótica. Budapest, 1976]. Págs. 59-78.

Declaração programática do Partido Operário Socialista Húngaro

(Extracto)

II. As tarefas do Partido no fortalecimento do poder do Estado e no desenvolvimento da democracia socialista

A República Popular Húngara é um Estado socialista; que tendo em consideração o seu conteúdo de classe, é uma ditadura do proletariado. A base política fundamental do nosso Estado é a aliança operário-camponesa. A classe operária incorpora o campesinato cooperativista, a intelectualidade e as massas trabalhando na construção do socialismo no exercício do poder. No nosso sistema social se concretiza deste modo o poder de todo o povo trabalhador.

1. O fortalecimento do Estado socialista, o cumprimento das tarefas estatais a um nível elevado e o aperfeiçoamento da vida estatal é uma condição fundamental para continuar com êxito a construção do socialismo.

Como resultado do nosso desenvolvimento, destacam-se hoje, entre as tarefas do Estado socialista, as actividades de organização e direcção econômica e também as actividades culturais e educacionais. De futuro continuaremos a reforçar o papel directivo do Estado socialista no desenvolvimento da economia nacional, na satisfação das necessidades sociais, no amelhoramento das condições materiais de vida, na assistência à saúde, na assistência social, na formação da consciência socialista, na esfera cultural e na educação da juventude.

O nosso Estado garante a vigência da legalidade socialista,

exige de todos os cidadãos o respeito das nossas leis que expressam os interesses de todo o povo e garante a defesa da segurança dos cidadãos que respeitam as leis.

A polícia e os organismos jurídicos da República Popular Húngara defendem convenientemente, de acôrdo com as exigências da legalidade socialista, a ordem interna da nossa sociedade, a segurança pública e a do Estado e a propriedade individual. Colaboram na defesa da ordem pública–além dos organismos e corpos profissionais–os organismos e organizações sociais dos trabalhadores: as milícias operárias, em tanto que força armada voluntária social, os polícias voluntários e as unidades da jovem guarda.

O Estado socialista desempenha um papel importante no desenvolvimento das relações políticas, econômicas e culturais a nivel internacional. A sua actividade internacional está de acordo com o carácter democrático do nosso sistema social, com os nossos ideais socialistas, e com as exigências da nossa época. Tudo isto exprime-se no desenvolvimento multilateral da cooperação entre os países socialistas, no fortalecimento da amizade entre os povos e na luta consequente pela coexistência pacífica entre países com diferentes sistemas sociais e pela defesa da paz.

A nossa sociedade estima e apoia as nossas Forças Armadas. O desenvolvimento das nossas Forças Armadas é uma tarefa de grande importância para a defesa da nossa independência nacional e das conquistas que alcançamos. O Exército Popular Húngaro e a Guarda Fronteiriça, no âmbito do sistema de alianças da comunidade socialista, ao mesmo tempo que reforça a amizade entre as forças armadas dos países socialistas, defende a paz e a independência da nossa Pátria. Ajuda o trabalho de construção realizado pelo nosso povo e desempenha um papel importante na educaço moral, política e física da juventude.

2. Uma exigência de importância primordial para o desenvolvimento da sociedade socialista é o florescimento cada vez maior da democracia socialista. Durante este processo

os trabalhadores participam–por intermédio dos seus corpos eleitos, das organizações de massa e também directamente–cada vez mais activamente na direcção da vida da sociedade. São as seguintes as principais tarefas do desenvolvimento da democracia socialista.

Na base do centralismo democrático aperfeiçoamos a direcção centralizada da sociedade e, ao mesmo tempo, aumentamos a autonomia e a responsabilidade das autarquias locais. Devemos aumentar ainda mais os direitos e as possibilidades materiais dos conselhos municipais e distritais e aperfeiçoar a sua actividade de auto-gestão, de representatividade popular e de administração estatal. O aperfeiçoamento da actividade estatal deve contribuir ao desenvolvimento da democracia socialista.

No nosso País–onde o povo trabalhador é a fonte de todo o poder–todos os organismos e instituições de Estado, todos aquêles qui aí trabalham têm como dever servir o povo. O melhoramento do trabalho das instituições de Estado, o cumprimento consequente das nossas leís, a participação cada vez maior das massas no exercício do poder, a ampliação da democracia da vida pública, o aumento do papel das autarquias locais eleitas ajuda a reprimir todo e qualquer abuso de poder, burocratismo e fenômeno estranho ao socialismo.

Uma parte integrante do desenvolvimento da democracia socialista é o fortalecimento da democracia no local de trabalho. Este facto permite a participação cada vez maior dos trabalhadores na direcção, ajuda a desabrochar o carácter criador do trabalho e a aumentar o seu nível. Uma condição importante para o aperfeiçoamento da democracia no local de trabalho é o estilo de direcção socialista, a relação socialista entre os dirigentes e os seus subordinados.

O desenvolvimento da democracia no local de trabalho tem uma importancia determinante do ponto de vista do fortalecimento do papel dirigente da classe operária, do aumento da eficiência econômica e do aumento da responsabili-

dade dos trabalhadores. Para tal é necessário aproveitar melhor as possibilidades existentes e procurar novas formas e processos. Há que continuar a aperfeiçoar o sistema de direcção interna das empresas. Há que facilitar aos trabalhadores a expressão das suas opiniões, a sua participação na tomada de decisões no contrôle do trabalho.

A democracia cooperativa é uma parte integrante da democracia socialista. Os membros das cooperativas, no âmbito auto-gestionário que lhe é próprio, exercem os seus direitos de decisão, direcção e contrôle. Há que desenvolver os métodos já comprovados da democracia cooperativa e os traços que têm por objectivo reforçar a eficácia da produção e a consciência socialista dos membros das cooperativas.

Há que continuar a ampliar os direitos das organizações do Partido, dos sindicatos e da organização da juventude, de empresa para se obter o incremento da sua participação na elaboração das decisões locais e seus cumprimento e contrôle.

3. Enquanto a existência do imperialismo ameaça a paz mundial, enquanto as fôrças reaccionárias internas e externas procurem, com as suas manobras e diversões, dificultar ou impedir a construção do socialismo, é necessário manter e reforçar o Estado socialista. Por outro lado, o desenvolvimento actual da nossa sociedade faz com que seja necessário manter o Estado enquanto as tarefas de construção económica e social só possam ser resolvidas com o seu auxílio e sua actividade directiva.

Durante o desenvolvimento socialista da nossa sociedade, com a diminuição das diferenças existentes entre as diferentes classes, fortalecemos os traços da sociedade de todo o povo do Estado socialista. Com a criação da sociedade socialista desenvolvida, o Estado da ditadura do proletariado transformar-se-á gradualmente no Estado Socialista do Povo, onde a fôrça dirigente continuará a ser a classe operária. Na sociedade socialista desenvolvida desabrocharão e desenvolver-se-ão cada vez mais cheiamente os elementos de auto-governo da sociedade comunista.

Notas

Política de Frente Popular: ampla aliança de classes, forma comum de intervenção das amplas massas para atingir objectivos determinados, por exemplo, para aumentar os direitos económicos, políticos e culturais dos operários, camponeses e camadas médias, em defesa da Paz, da independência nacional, etc. As características da Frente Popular variam segundo as épocas e as circunstâncias.

Na Hungria, o movimento de Frente Popular Patriótica desenvolve-se no âmbito da política de alianças do Partido, sob a direcção do mesmo e com a colaboração activa dos organismos sociais e, assim, amplia as relações existentes entre os membros do Partido e os apartidários e ajuda as massas a participarem activamente no desenvolvimento multilateral da nossa vida política e social. Nos seus foros, milhões de pessoas trocam impressões e pontos de vista sobre as tarefas actuais de construção do socialismo, a necessidade de fortalecer a amizade entre os povos e a solidariedade internacional. A influência e a importância política da Frente Popular Patriótica aumenta constantemente em consequência da sua contribuição a elaborar e concretizar os objectivos da política urbana e rural de interesse direito pela população.

Na era da construção da sociedade socialista desenvolvida torna-se cada vez mais importante o prosseguimento da política de alianças, a reunião de todas as fôrças criadoras da sociedade e a ampliação da unidade socialista nacional.

Sistema de orientação económica: na sociedade socialista

a economia nacional é integralmente orientada pelo Estado. Os elementos básicos desta orientação são: a planificação da economia nacional, a regulação central e o sistema dos organismos de orientação econômica. No socialismo, existem, historicamente até esta altura, dois tipos básicos de orientação econômica: o directo e o indirecto. Na Hungria, a partir de 1968, entrou em vigor o sistema indirecto de orientação.

O aperfeiçoamento do sistema de orientação econômica tornou-se necessário e foi correcto: o sistema socialista se reforçou, aumentou o ritmo de construção da sociedade socialista, continuaram a se desenvolver as relações socialistas de propriedade e as fôrças produtivas, aumentou a autonomia das empresas socialistas, a eficácia da planificação da economia nacional e aperfeiçoaram-se os métodos modernos da economia planificada. O aumento da autonomia das empresas não fêz diminuir a importância do papel e da responsabilidade da orientação central do Estado. Esta maior autonomia das unidades de produção, a descentralização de uma parte importante do direito de decisão, processou-se a par com o aumento da eficácia da orientação e contrôle central.

Culto da personalidade: glorificação sem princípios de certas personalidades dirigentes. Tem as suas raízes no idealismo subjectivo, de que certos representantes atribuem à actividade de uma ou de outra personalidade destacada–herói, chefe militar, rei–os resultados obtidos pela humanidade, desprezando o papel das massas na formação da História. O marxismo-leninismo considera, por sua vez, face a esta opinião errônea de que a História é o resultado das lutas entre as classes, na qual as massas desempenham o papel determinante. Nos princípios dos anos cinquenta o culto da personalidade também se expandiu no nosso País em torno a Mátyás Rákosi e este facto, conjugado com outros êrros, teve gravíssimas consequências políticas. O Partido Operário Socialista Húngaro eliminou da sua prática política o culto da personalidade e condenou a aquêles que, durante

este processo, cometeram illegalidades. A arma principal utilizada pelo Partido Operario Socialista Húngaro na luta contra o culto da personalidade foi luta política-teórica aberta, sincera e consequente, e essa é a principal garantia de que este fenômeno não volte a aparecer na vida do Partido.

Contrôle dos organismos estatais pelo Partido: Nas condições de construção socialista, tanto o Partido, como o Estado servem um objectivo comum: assegurar, defender e fortalecer o poder político da classe operária. O Partido é o núcleo do poder, a fôrça dirigente da ditadura do proletariado, mas não pode ser identificado com o poder.

A finalidade do contrôle pelo Partido é, portanto, ajudar o cumprimento das decisões, a apreciação correcta da situçao dum determinado campo de atividade, a descoberta da origem dos erros e a preparação e elaboração de propostas adequadas para corrigir os desvios na concretização dos objectivos. O princípio fundamental da orientação e contrôle dos organismos do Estado pelo Partido é o seguinte: a orientação político-ideológica que se extende à todo o aparelho do Estado, se concretiza por intermédio dos comunistas que trabalham nesses organismos e das organizações do Partido.

Rei István (Estêvão): Primeiro Rei da Hungria, fundador do Estado–séc. X–XI.

Mátyás Hunyadi: Rei húngaro do século XV que refreou a grande nobreza e em cujo reinado o País floresceu

Ferenc II, Rákóczi: Dirigente da luta de independência, no comêço do séc. XVIII.

Lajos Kossuth e István Széchenyi: Dirigentes do movimento reformista húngaro, que, no séc. XIX conduziu à revolução.

György Dózsa: Dirigente da grande guerra camponesa húngara de 1514.

Sándor Petőfi (o grande poeta revolucionário) e *Mihály Táncsics:* Os maiores homens plebeios da vida pública nos anos 30 e 40 do século passado

"O húngaro está só, de pé, na tempestade" ou
"O húngaro afronta sózinho a tempestade"

– Verso de Petőfi, escrito na altura em que, entre as revoluções européias de 1848, já só sobrevivia a húngara.